



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 185

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 7 DE NOVEMBRO DE 2017

ANO VI



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	3445

TAQUIGRAFIA

4ª SESSÃO ITINERANTE EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

Em 19 de Outubro de 2017

Presidência do Sr.
MAURÃO DE CARVALHO - Presidente

Secretariado pelo Sr.
LEBRÃO - 1º Secretário

(Às 13 horas e 52 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Anderson do Singeperon (PV), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (PMDB), Jean Oliveira (PMDB), Jesuíno Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lebrão (PMDB), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PMDB), Rosângela Donadon (PMDB) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Alex Redano (PRB), Ezequiel Júnior (PSDC), Geraldo da Rondônia (PHS), Hermínio Coelho (PDT), Lázinho da Fetagro (PT), Leo Moraes (PTB); Ribamar Araújo (PR) e Saulo Moreira (PDT).

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro aberta

a 4ª Sessão Itinerante Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 9ª Legislatura. Solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Peço a dispensa da leitura da Ata, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão anterior e determino sua publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa.

Passamos a Ordem do Dia. Solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura das proposições recebidas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 176/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 228. Revoga a Lei Complementar nº 186, de 21 de julho de 1997, que “Institui Programa de Incentivos Tributários para implantação e ampliação ou modernização de empreendimentos industriais no Estado de Rondônia e altera dispositivos da Lei Complementar nº 061, de 21 de julho de 1992, alterada pela Lei Complementar nº 085, de 20 de julho de 1993”.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Vamos inverter a pauta, até que a assessoria arrume aqui o painel.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 793/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 233. Acrescenta o inciso XL ao § 2º, do artigo 5º da Lei nº 3.864, de 21 de julho de 2016, que “Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017”.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 793/17. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.
Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 792/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 231. Revoga a Lei nº 3.362, de 26 de maio de 2014, que “Cria o Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos Izildinha Marin da Silva dos Santos, localizado no Distrito de Extrema, município de Porto Velho”.

MESA DIRETORA

Presidente: MAURÃO DE CARVALHO
1º Vice-Presidente: EDSON MARTINS
2º Vice-Presidente: EZEQUIEL JUNIOR

1º Secretário: EURÍPEDES LEBRÃO
2º Secretário: ALEX REDANO
3º Secretário: DR. NEIDSON
4ª Secretária: ROSÂNGELA DONADON

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Departamento legislativo - Huziel Trajano Diniz
Divisão de Publicações e Anais - Róbison Luz da Silva

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 792/17. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 798/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 242. Autoriza o Poder Executivo a celebrar termos aditivos aos contratos firmados com a União com base na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e na Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, para adoção das condições estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 148, de 25 de novembro de 2014 e pela Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 798/17. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 783/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 225. Cria o Programa de Gestão Financeira nas Unidades Integradas de Segurança Pública, PROGES/UNISP, e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 783/17. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 791/17 DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Dispõe sobre a criação de reserva florestal pelo Poder Executivo do Estado de Rondônia, e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 791/17. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 766/17 DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos que comercializam produtos alimentícios, disporem em local único, específico e com destaque, os produtos destinados aos indivíduos celíacos, diabéticos e com intolerância à lactose.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 766/17. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 765/17 DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Dispõe sobre a afiação de cartaz em revendedoras e concessionárias de automóveis informando sobre isenções tributárias específicas, concedidas às pessoas com deficiência e adota outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 765/17. Os Deputados

favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 789/17 DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Institui a Semana de Incentivo à Participação da Mulher no Processo Eleitoral, a ser realizada anualmente na primeira semana do mês de junho.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 789/17. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 743/17 DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Proíbe a interrupção do fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora habitada por pessoa portadora de uma doença cujo tratamento requeira o uso continuado de equipamentos elétricos ou eletroeletrônicos e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 743/17. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 788/17 DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Determina a obrigatoriedade de afiação de placa informativa contra abuso, exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 788/17. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 786/17 DO DEPUTADO LEBRÃO. Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentar a caderneta de vacinação no ato da matrícula nas escolas públicas e privadas do Estado de Rondônia aos alunos de 6 meses a 14 anos da Creche ao Ensino Fundamental.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 786/17. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 753/17 DO DEPUTADO ALEX REDANO. Declara de utilidade pública o Instituto Kaleo, do município de Porto Velho.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 753/17. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 176/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 228. Revoga a Lei Complementar nº 186, de 21 de julho de 1997.

Institui Programa de Incentivos Tributários para implantação e ampliação ou modernização de empreendimentos industriais no Estado de Rondônia e altera dispositivos da Lei Complementar nº 061, de 21 de julho de 1992, alterada pela Lei Complementar nº 085, de 20 de julho de 1993.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei Complementar 176/17. A votação é nominal. O painel está aberto para os Deputados votarem.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- ausente
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Anderson do Singeperon	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Junior	- ausente
- Deputado da Rondônia	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- ausente
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só na Bença	- sim

O SR. LAERTE GOMES – Presidente, é a última vez que eu vou vir em uma Itinerante, Vossa Excelência que é Presidente da Casa e tem esse privilégio pode cobrir esse pleito que Vossa Excelência fez entre os Deputados para o loteamento, “para colocar de” ato de ofício de vossas emendas para atender esse novo loteamento aí a pedido da nossa prefeita Juliana. Senão quando Vossa Excelência fizer outra Sessão Itinerante, o Deputado pedir, ninguém vai mais.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Mas, aqui é um pagando para o outro. O Deputado Luizinho e a Deputada Rosângela Donadon, ela apoiou a emenda aqui, mas nós vamos pagar para eles lá em Vilhena no próximo mês. A hora que tiver em Ji-Paraná, nós vamos fazer da mesma forma, prestigiando a cidade que acontece e que tem a Sessão Itinerante.

Deputados, está aberta a votação no painel.

Vou encerrar a votação. Com 14 votos, está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 177/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 230. Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 940, de 10 de abril de 2017, que “Institui o Programa Escola Novo Tempo, no âmbito do Estado de Rondônia, vinculado à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC e dá outras providências”.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei Complementar 177/17. A votação é nominal. O painel já está aberto.

Deputados, nós já estamos encerrando a votação, vamos fixar aqui três minutos para cada Deputado falar? Nós temos 10 Deputados que querem falar, eu estou abrindo mão da minha fala e gostaria, eu já estou falando muito aqui; o Deputado Luizinho abre mão, o Deputado Anderson abre mão, o Deputado Jesuíno abriu mão, o Deputado Airton abriu mão, o Deputado Edson também já abriu mão.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Anderson do Singeperon	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Junior	- ausente
- Deputado Geraldo da Rondônia	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- ausente
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputado Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só na Bença	- sim

O SR. AIRTON GURGACZ – Presidente, Questão de Ordem.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. AIRTON GURGACZ – Presidente, se todo mundo abrir mão, eu também abro, a gente encerra aqui, eu acho que fizemos um grande trabalho, parabenizar o Deputado Só na Bença e o Deputado Cleiton Roque pelo grande trabalho, de terem trazido a nossa Assembleia Itinerante para cá e elogiar muito a estação rodoviária nova que tem aqui na nossa cidade, que é um exemplo, que eu vi hoje, eu não tinha vindo à inauguração da rodoviária de Pimenta Bueno, parabenizar o Deputado Cleiton, a sua Prefeita, a Câmara de Vereadores, os Secretários e a população aqui de Pimenta Bueno, por ter uma bela rodoviária, nós temos aqui o vereador Luan, viu Vereador, nós precisamos melhorar a nossa rodoviária da nossa Capital, que é uma coisa que não dá nem para falar aqui para a população de Pimenta Bueno, porque lá a situação é terrível e muito feia. Então se todo mundo abrir, eu também abro, fico muito feliz. Se o Deputado Adelino abrir, nós vamos todos abrir, senão...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado Deputado Airton.

O SR. AIRTON GURGACZ – Nada. Tranquilo.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Com 14 votos, está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 178/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 232. Acrescenta os artigos 192-A, 192-B e 192-C à Lei Complementar nº 68, de 9 de dezembro de 1992, dispondo sobre o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta como solução alternativa no âmbito das Infrações Administrativas Disciplinares.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei Complementar 178/17. O painel está aberto. A votação é nominal.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Aírton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Anderson do Singeperon	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Junior	- ausente
- Deputado Geraldo da Rondônia	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- ausente
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só na BENÇA	- sim

O SR. ADELINO FOLLADOR – Sr. Presidente, enquanto o pessoal vai votando, eu queria cumprimentar todas as pessoas que ficaram aqui até agora, parabenizar, pena que teve muitas matérias, a gente não pode falar, mas parabenizar o Deputado Cleiton Roque, o Deputado Só na Bença pela iniciativa e foi muito importante para que a população conheça como funciona o Poder Legislativo em nível de Estado. Então parabenizar todas as pessoas que vieram aqui, pessoas que vieram participar e para nós é um prazer e parabenizar também a prefeita que recepcionou a gente bem, todo pessoal daqui, onde estivemos em Espigão do Oeste, estivemos em Vilhena, estivemos aqui na região e foi muito produtiva essa viagem, esta participação. Então parabenizar o Presidente da Assembleia, também todos os Deputados que se fizeram presentes e que vieram aqui, participaram desta audiência tão importante. Parabéns a todos. Obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado Deputado Adelino Follador.

Com 15 votos está aprovado o Projeto de Lei Complementar. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Não há mais matéria. Está encerrada a Ordem do Dia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Não havendo mais matéria, eu quero aqui aproveitar para agradecer a todos os Deputados, nós tivemos a presença de 17 Deputados, o Deputado Dr. Neidson lá de Guajará-Mirim veio aqui prestigiar os nossos colegas Deputados Só na Bença e o Deputado Cleiton Roque; agradecer a presença de todos os Deputados, da nossa assessoria em nome do Manvailer e da Iris, eu quero aqui agradecer toda nossa assessoria que está aqui nos assessorando e apoiando para que pudesse acontecer essa Sessão Itinerante. Agradecer a presença de todos os Vereadores e amigos, Vereadoras, Prefeitos, já estive aqui presente a prefeita Juliana Roque, o Prefeito Nilton, lá de Espigão do Oeste. Agradecer ao Pastor Alberto, Pastor da Igreja Batista Nacional por conceder o templo, esse templo sagrado, que é da igreja, eu quero aqui fazer esse agradecimento, que Deus lhe abençoe e continue abençoando e prosperando e a igreja continue crescendo e que o senhor continue sendo essa benção, abrindo as portas para as pessoas e hoje, nesse momento, para a Assembleia Legislativa para que nós pudéssemos presidir e transferir a nossa Sessão, a nossa Assembleia aqui para o templo da Igreja Batista Nacional. Então o nosso agradecimento, Pastor, por tudo, por nos receber, pelo carinho, vamos procurar no final deixar tudo limpinho, cuidadinho, se tiver qualquer coisa estragada, vamos consertar, não vamos dar nenhum prejuízo aqui para a igreja, porque o Pastor já zela bem, cuida muito bem da igreja e nós precisamos deixar como estava. Agradecer a presença dos nossos amigos Vereadores Josiel, pessoal de Ji-Paraná, o Vereador Luan, Deputado Aécio, agradecer a presença do nosso amigo empresário Eugênio, mais uma vez Eugênio que prestigia esta Sessão, tira um pouco do seu tempo valioso, o seu tempo vale muito, sempre nos prestigiou e nós nos sentimos muito honrados com a sua presença em poder aqui prestigiar essa Sessão. Obrigado, Sr. Eugênio mais uma vez pelo carinho que sempre o senhor deu aos nossos colegas Deputados, a Assembleia Legislativa...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Sr. Presidente, também dia 24 de novembro nós temos lá em Vilhena, então convidar o pessoal, a pedido da Deputada Rosângela junto com o Deputado Luizinho.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - A Deputada está pedindo aqui, 24 de novembro, nós vamos estar lá.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente Maurão, uma Questão de Ordem, por favor. Estou aqui mofando...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Jean, Vossa Excelência não falou nada, eu estou aqui agradecendo aqui.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Eu quero no embalo dos agradecimentos, eu quero agradecer a equipe da Assembleia Legislativa, que sem ela não seria possível à realização desta Sessão. Agradecer a todos que vieram até aqui conhecer os trabalhos da Assembleia, como funciona o Parlamento Estadual; agradecer também e parabenizar pela iniciativa do Deputado Cleiton Roque e Deputado Só na Bença, que foram os proponentes da realização desta Assembleia Itinerante e dizer aqui, Presidente, importantíssimo esse ato da Assembleia trazer a sede do

Poder mais próximo as pessoas, reúne não só a população de Pimenta Bueno como das cidades vizinhas e eu quero aqui trazer uma notícia ao município de Cacoal que foi confirmada hoje à reserva orçamentária no valor de R\$ 150.000,00, por nossa autoria para a aquisição de um ônibus, um micro-ônibus para a saúde de Cacoal. Também quero aqui registrar a solicitação do Vereador Rogerinho e minha para que a POC – Policlínica Osvaldo Cruz venha até o município de Cacoal realizar a POC Itinerante. E peço aqui tanto para o Deputado Cleiton Roque como para o Deputado Só na Bença fazerem o pedido para a POC Itinerante, que eu acredito que Vossas Excelências já fizeram para o município de Pimenta Bueno, uma ação da Secretaria de Saúde importantíssima para os municípios, para as regionais. Obrigado, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Lebrão, obrigado; Deputado Marcelino.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Eu queria aqui parabenizar o Deputado Só na Bença, o Deputado Cleiton Roque, que foram os proponentes dessa Sessão Itinerante da Assembleia Legislativa aqui no município de Pimenta Bueno, um município que cada vez mais faz jus ao seu tamanho e a sua relevância no Estado de Rondônia, é um crescimento acima da média dos nossos municípios, os maiores municípios do nosso Estado, aqui em Rondônia, e para nós é uma satisfação receber todas as pessoas, não só aqui de Pimenta Bueno, mas dos municípios adjacentes, os Vereadores que vieram aqui participar dessa Sessão Itinerante, os Prefeitos e demais funcionários municipais, estaduais e federais. E também Presidente, parabenizar Vossa Excelência e também a sua equipe de trabalho que fez com maestria esse trabalho hoje aqui em Pimenta Bueno. Mas, eu queria aqui também, Sr. Presidente, trazer uma preocupação onde nós estamos aqui em 17 Deputados, o Deputado Luizinho Goebel, sobre a Portaria Federal dos funcionários municipais que agora passaram para o quadro federal. Chegou no nosso município de Ouro Preto do Oeste 25 pessoas que trabalham no setor, na prefeitura municipal que agora passarão para o quadro federal, agora, vai nos trazer um problema muito grande no Estado de Rondônia, lá são 50 funcionários, quase 50 e a SESAU já enviou à Secretaria Municipal de Saúde do nosso município, para que esses 25 profissionais sejam relatados, ou eles vão para um órgão federal naquele município ou o município vizinho, ou então ele tem que se deslocar para exercer o seu trabalho nos hospitais do Estado. Aí você tem que vir para Cacoal, Porto Velho ou outros lugares que tenham hospitais públicos estaduais. Então isso é em todos os municípios do Estado de Rondônia. Amanhã, Presidente, a partir de amanhã, eu não sei, acho que hoje, todos nós Deputados estaduais vamos está recebendo essas solicitações e nós devemos imediatamente entrar em contato com os nossos oito Deputados Federais e os três Senadores da República para que eles possam ter o entendimento que esses funcionários fiquem nos municípios de origem, porque já saiu a Portaria, já receberam e em 10 dias tem que tomar essa providência. Então, nós levando ao conhecimento de Vossas Excelências, para que todos nós pudéssemos ir ao nosso Governador Confúcio Moura, aos nossos 8 Deputados Federais e os 3 Senadores da República para que assim possamos encontrar uma solução que esses funcionários que agora passarão para a folha federal, continue sim nos municípios. Imagine, Deputado Cleiton Roque, sua esposa, prefeita daqui de Pimenta Bueno, não sei quantos funcionários desses irão passar para a folha federal e se ela tiver que substituir esses profissionais, a folha de paga-

mento dela vai aumentar e aí vai ser a dificuldade. Obrigado Presidente, um abraço, felicidades a todos.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado Deputado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, queria agradecer aos meus colegas Deputados, Deputada, a todos vocês que participaram dessa Sessão Itinerante da Assembleia Legislativa, Vereadores, imprensa, lideranças, a população como um todo. E eu quero parabenizar a região de Pimenta Bueno; Pimenta Bueno e os municípios vizinhos, em especial Primavera de Rondônia e Pimenta Bueno, porque mandaram para a Assembleia Legislativa esses dois Deputados, Deputado Só na Bença, do município de Primavera e Deputado Cleiton Roque, do município de Pimenta Bueno. Talvez as pessoas não percebiam, não sabem, muitas vezes não querem perceber ou não querem ver, mas, o envio deles através do voto para a Assembleia Legislativa tem sido muito importante para a região. Deputado Cleiton Roque, Deputado Só na Bença, eu estava fazendo visitas nas ruas da minha cidade de Vilhena na semana passada e um cidadão comum me indagou: para que serve o Deputado? E eu comecei a falar para ele que em qual setor que ele acha que um deputado poderia servir. E aí nós começamos a falar do setor social, da educação, da segurança pública, da infraestrutura, da saúde pública e aí eu comecei a contar para eles aquilo que nós conseguimos fazer durante os nossos mandatos, no meu caso, três mandatos. E três mandatos sempre aumentando os votos, porque eu entendo que as pessoas têm aprovado o nosso trabalho. E ele ficou perplexo do tanto de ação que nós fizemos. Então, vocês de Pimenta Bueno e grande região, você podem ter a grande certeza que eles estão no primeiro mandato, nem sequer concluíram o primeiro mandato e muitas coisas boas já aconteceram, muito feitos vieram e muitos feitos virão, porque cada um na sua cidade, cada um na sua região, tem desempenhado esse papel e a força de trabalho de vocês é invejável e eu até queria dizer que se um dia esta região chegar a refugar esses Deputados, eu teria todo prazer do mundo de que a minha região abraçasse vocês, recebessem vocês, porque daí nós seríamos mais fortes. Sucesso a vocês, porque o sucesso de vocês, Deputado Só na Bença e Deputado Cleiton Roque em especial que é daqui da cidade de Pimenta Bueno, Vossas Excelências muito fizeram e muito farão e eu posso ter a certeza que o trabalho de Vossas Excelências vai melhorar a vida de cada cidadão, do mais simples ao mais abastado. Que Deus abençoe a todos. Obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado Deputado Luizinho. Só fazer um registro aqui, o Deputado Jean esqueceu o compromisso com o Vereador Luiz Paraquedá, de R\$ 100.000,00, com a família, discutiam, ele é de Parecis, mas assumindo um compromisso aqui com Pimenta Bueno, com o Pastor Paulo, Júnior Coelho, de liberar R\$ 100.000,00, viu Deputado Jean, depois coloca as emendas, de 100 a 150, é um compromisso. Deputado Cleiton, cobra do Deputado Jean para pegar essa emenda dele.

O SR. EDSON MARTINS – Presidente, eu só gostaria também em rápidas palavras cumprimentar todas as pessoas aqui do município de Pimenta Bueno e também aqui dos municípios vizinhos, a todos os presentes. Parabenizar aqui o Deputado Só na Bença, Deputado Cleiton Roque, que tem feito um bom trabalho, sou testemunha disso, lá na Assembleia Legislativa.

Mas, eu gostaria, Presidente, para ser breve na minha fala, também de convidar o Deputado Maurão, todos os Deputados, nós marcamos uma reunião, Deputado Maurão, lá na SUDER, com o Basílio para a próxima segunda-feira, às 14 horas, porque, esses dias até numa entrevista, quando me perguntaram: qual é o maior problema de Rondônia? Que sempre a gente fala que é a saúde e a saúde realmente, apesar de que melhorou nesse Governo, teve um avanço, é um grande problema, mas hoje eu considero que o maior problema do Estado de Rondônia, é o problema da questão da regularização fundiária, Deputado Adelino. Hoje regularização fundiária, é uma voz que não cala e todo Estado de Rondônia tem problema, tem conflito, tem área de ocupação e nós convocamos essa reunião lá na Assembleia Legislativa, nós queremos até aqui reconhecer a importância do Governo Federal que tinha a Medida Provisória que é a 759, que hoje é Projeto de Lei 13.465, que essa lei trata sobre a competência, o Governo Federal transferir para o Governo do Estado a competência em legislar sobre a regularização fundiária em algumas áreas. Sabemos que ela não vai alcançar, essa lei sobre área indígena, algumas reservas, mas, têm muitas situações que podem ser discutidas, Presidente Maurão e eu estou sugerindo ao Governo do Estado, eu gostaria de pedir o apoio, porque já que essa lei é uma lei nova, que agora que nós vamos discuti-la imediatamente, Rondônia não pode mais esperar, nós constituirmos uma comissão, o Governo do Estado constituir uma comissão de pessoas, técnicos com conhecimento na área para que possa discutir caso a caso, as leis, para que a gente possa buscar uma solução e através dessa comissão apontar solução para que a gente possa avançar na questão da regularização fundiária. Nós esperamos tanto por isso, temos agora essa lei aprovada no Governo Federal, nós precisamos agilizar esses trabalhos para que possa o Estado de Rondônia resolver esse, que eu considero hoje o maior problema do Estado de Rondônia, que é o problema de Pimenta Bueno, dessa região, da região de Porto Velho, toda região do Estado de Rondônia, hoje tem problema, Cujubim, várias áreas ocupadas, que precisam ser regularizadas. Então, gostaria de deixar esse convite, esse registro, que esta Casa também tenha a preocupação com a regularização fundiária do Estado de Rondônia, que é um problema muito grave. É esse convite para a próxima segunda-feira, às 14 horas, para que a gente possa estar tratando desse assunto lá na Superintendência da SUDER, a questão da regularização fundiária. Muito obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado Deputado Edson Martins. Vamos estar lá sim.

O SR. LAERTE GOMES – Dois minutinhos, Presidente. O Deputado Edson ficou meia hora aqui querendo resolver o problema da regularização da SUDER, não vai resolver nunca, meu Deputado. Vamos criar o Instituto de Terra em Rondônia, que com essa lei federal passando as áreas para o Estado, colocar gente técnica, gente competente lá, não politizar, que aí, Deputado Edson, a sua luta é justa, aí nós vamos avançar na regularização.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Verdade.

O SR. LAERTE GOMES – Só para concluir, senhor Presidente, eu até vou sugerir ao Deputado Edson, nós fazemos uma reunião com o Governador, toda bancada, os Deputados da Assembleia, para sugerir ao senhor Governador a criação dessa Secretaria exclusiva para a regularização fundiária. É hoje

a ação mais importante que o Estado tem que fazer para nós podermos desenvolver da forma que precisamos. Só colocar, senhor Presidente, parabenizar o Deputado Só na Bença, nosso companheiro, amigo juntamente com o nosso vice-líder do Governo Deputado Cleiton Roque, pela recepção calorosa aqui no município de Pimenta Bueno, por todas as lideranças que aqui estão, vindo de várias regiões aqui nesta Assembleia Itinerante, aos nossos servidores da Assembleia, estão aqui todos, fazendo essa Sessão acontecer. Eu não poderia deixar de agradecer ao Pastor Alberto Maciel Carneiro, Pastor aqui da Igreja Batista Nacional que nos cedeu aqui esse espaço para que pudéssemos realizar essa Sessão, Pastor Alberto que é um amigo querido de longas datas lá de Alvorada do Oeste, é uma alegria estar aqui com você, a todos os amigos que estão participando e dizer, senhor Presidente, trazer o abraço do nosso Governador Confúcio Moura, que hoje esta Casa mais uma vez mostrou o apoio que tem dado ao nosso Governador, a sua governabilidade, aprovamos aí mais de 8, 9 projetos, matérias de interesse do nosso Governador e com certeza o Governador tem correspondido aos anseios da população rondoniense. É um Governo que mesmo chegando ao 7º ano do seu Governo, encaminhando para o final de dois mandatos, é um Governo que tem tido responsabilidade, que tem governado para as gerações futuras, que tem planejado o seu Governo para os próximos 20 anos. Então, nós ficamos felizes de poder estar aqui como Deputado estadual da base do Governo, com o líder do Governo aqui junto com os colegas nesta Casa, sob a sua presidência Deputado Maurão, estarmos aqui ajudando o Estado de Rondônia. Tenho certeza, Deputado Adelino que nós não estamos aqui ajudando o Governador Confúcio Moura, nós estamos aqui, Deputado Edson, responsáveis como somos, dando governabilidade a esse Governo que foi eleito democraticamente pela população e que está fazendo um trabalho, que com certeza, não tenho dúvida nenhuma, que está avançando a qualidade de vida e muito da população do nosso Estado. Trago o abraço então do nosso Governador, do Governador Confúcio Moura, o agradecimento aos nossos colegas Deputados que votaram as matérias aqui do Governo, mostrando a população um pouco do trabalho que a Assembleia Legislativa faz. No mais, Presidente, parabéns pela condução, pelo trabalho que Vossa Excelência tem feito, Vossa Excelência tem sido um Presidente desta Casa, da Assembleia Legislativa, municipalista, com os olhos e o coração voltados aos municípios e levando, administrando a Assembleia Legislativa de uma forma que a população rondoniense possa conhecer o trabalho de cada parlamentar e que a população rondoniense possa ter na Assembleia Legislativa uma visão de uma Casa que trabalha com os interesses voltados da sociedade. Parabéns, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado Deputado Laerte Gomes, líder do Governo. O Deputado Adelino quer dar um recado ali.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu já abri mão, tendo em vista que eu tinha vários assuntos para falar hoje, mas um assunto que eu gostaria, tem muitos Vereadores ainda, muitas autoridades, muitas pessoas. Está sendo discutido hoje a questão de Rondônia livre da aftosa sem vacinação. É importante que a sociedade discuta esse assunto, agora está sendo feita uma auditoria em todo IDARON do Estado de Rondônia e posteriormente vai ser discutido esse assunto e é muito importante que a sociedade participe, porque nós sabemos que é muito importante avançar, mas, avançar com segurança, avançar com

garantia, que jamais a gente regrida. Então, hoje, 16 anos que o IDARON junto com os produtores, está fazendo um trabalho, nós não podemos perder esse espaço que nós já adquirimos. Então é um assunto que se deve participar, porque hoje o maior patrimônio nosso é o gado, é a pecuária no Estado de Rondônia. Então, com certeza, é um assunto que é importante ser discutido na sociedade para que a gente decida isso com segurança. Obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado Deputado Adelino Follador. Queria agradecer aqui mais uma vez o Deputado Só na Bença e Deputado Cleiton Roque.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON – Sr. Presidente, rapidamente, só quero parabenizar o Deputado Só na Bença e o Deputado Cleiton Roque. Falar para eles também que coloco parcela da nossa emenda à disposição deles. Aqui na cidade de Pimenta Bueno eu tive 181 votos em 2014 e quero dobrar, então eles podem contar com esse Deputado aqui, podem contar comigo, com a minha força, com o nosso pessoal para a gente ajudar a região aqui de Pimenta, a região próxima aqui, a Zona da Mata, Espigão d'Oeste, uma situação que a população aqui em Pimenta vive e também lá em Espigão d'Oeste vive, Cacoal, é a unidade prisional dentro da cidade, então uma luta para a gente encampar junto ao Governo do Estado, a gente tentar criar aqui uma penitenciária regional e tirar, desativar essas unidades prisionais que estão arcaicas, sem estruturas sem condições, sem segurança e ainda desvaloriza os imóveis ali próximos, desvaloriza o comércio. Então nós temos que fazer um trabalho muito intenso, porque construir uma unidade prisional lá em Machadinho, mas Machadinho não é uma região regionalizada, próxima como aqui, eu acho que foi um prejuízo muito grande e aqui tem uma necessidade muito grande porque é um polo muito grande. Então nós temos a unidade de Cacoal, que é uma unidade prisional precária. Nós temos a unidade de Espigão, também que é muito precária, que já veio da estrutura da Polícia Civil e temos a unidade de Pimenta que eu não preciso nem dizer que todos conhecem. Então, nós temos que fazer um trabalho intenso para tentar construir uma penitenciária regional fora da cidade, dando mais segurança para a nossa população e em nome disso podem contar com o meu apoio para a gente trabalhar isso junto ao Governo do Estado e dá mais segurança para a região nossa aqui de Pimenta, de Cacoal e de Espigão do Oeste, que tem a necessidade de ter uma penitenciária regional. Então, parabéns a todos, a nossa equipe da Assembleia que fez esse brilhante trabalho e a toda população que está até agora aqui acompanhando a Sessão, acompanhando todo trabalho legislativo, que é um trabalho cansativo, são dois dias na semana, mas é um trabalho intenso, cansativo, que envolve um empenho muito grande de todos. Então, parabéns e obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Anderson.

E nada mais a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 24 de outubro, às 15 horas na sede da Assembleia Legislativa, no município de Porto Velho.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 14 horas e 31 minutos)

36ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Em 23 de Outubro de 2017

**Presidência do Sr.
LÉO MORAES - Deputado**

(Às 09 horas e 35 minutos é aberta a Sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia atendendo Requerimento do Excelentíssimo Deputado Estadual Léo Moraes, realiza Audiência Pública, objetivando debater a inclusão da pessoa com deficiência.

Para composição da Mesa, convidamos o Exmo. Deputado Léo Moraes, proponente desta Audiência Pública. Dr. André Munir – Superintendente Regional do Trabalho em Rondônia. Sra. Laura Cristina Souza Dantas – Coordenadora de Educação Especial, representando a SEDUC. Cel. PM Davi Moroni – representando a SESDEC. Exmo. Sr. Mardem Ivan de Carvalho Negrão – Secretário Municipal de Trânsito e Transportes de Porto Velho. Sra. Edislaine da Silva – Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Sra. Maria das Graças Costa Paiva – Vice-Presidente do Conselho da Pessoa com Deficiência do Estado de Rondônia – CONDEF. Sra. Soraia Rachid – Vice-Presidente da APAE. Sra. Delcy Mazzarelo – Gerente de Programa Estratégico de Saúde – representando a SESA. Dr. Júlio Iriarte – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB/RO.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Invocando a proteção de Deus, nós iniciamos mais uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa com a finalidade de debater a inclusão dos portadores de deficiência perceber assim como os benefícios que precisamos trazer através da mobilidade não só na Capital como no Estado de Rondônia. Sejam todos muito bem-vindos.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para ouvirmos o Hino Céus de Rondônia, letra de Joaquim de Araújo Lima e música de José de Mello e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Muito obrigado. Podem sentar. Antes das palavras iniciais de S.Ex^a Sr. Deputado Léo Moraes, registramos e agradecemos a presença do Sr. Marcos Loureiro, Alexandra Nogueira intérpretes de Libras da Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Rondônia. Sra. Giuseppina Maria Fulco - Diretora Geral da Associação Casa Família Rosetta. Senhora Margarida Maria de Paula - Presidente da Pestalozzi. José Roberto Cândido - representando a Federação dos Deficientes do Estado de Rondônia. Elcia Ramalho, Assistente Social do INSS. Sra. Izenilda Evangelista - Coordenadora da Saúde da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Saúde. Renata Oliveira - Assistente Social, representando o Hospital Santa Marcelina. Sra. Raísa Tavares, Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Rondônia. Sra. Alessandra Paula Martins Figueiredo - Gerente de Educação Especial Rural e EEJA, representando a SEMED. Professora Lidiane Tavares, Fonoaudióloga - representando o Centro Universitário São Lucas. Sra. Francisca Batista da Silva - Presidente do Conse-

Iho Estadual de Educação. Sr. José Hélio dos Santos - Presidente da Associação Sociedade Vida Ativa. Sr. Thiago Sitta - Coordenador substituto dos Direitos Humanos da SEAS. Rodrigo Moreira Campos - Coordenador do Centro de Reabilitação do Estado de Rondônia. Francisca Batista da Silva - Presidente do Conselho Estadual de Educação. Jailton Delogo, Auditor do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Augusto Silva - Diretor Geral do Trabalho Emprego e Renda, representando o SINE. Sra. Marcela Prado, Fisioterapeuta - responsável técnica pela reabilitação profissional do INSS. Senhoras e Senhores do Projeto Mães Coragem. Sra. Professora Márcia Sales - Instrutora de Braille na Escola do Legislativo. Fernando da Silva - Assessor Técnico, representando a Promotoria da Pessoa com Deficiência do Ministério Público. Senhores Professores de Libras da SEDUC. Queremos informar também que teremos dentro de instantes, Deputado, passagem de alguns vídeos, mas, a dinâmica na condução da fala é de Vossa Excelência.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado. Bom dia a todos! É um prazer muito grande, nós estarmos aqui na Assembleia Legislativa para debater a respeito de um tema tão sensível e ao mesmo tempo tão necessário, tão emergente no Município de Porto Velho, no Estado de Rondônia. Estamos falando da inclusão dos PCDs, dos portadores de deficiência, com deficiência. Tivemos alteração da nomenclatura, nos regulamentos, regimentos, e nós temos destravado alguns problemas históricos, desfraldado essa bandeira da necessidade de debater e mais do que debater, efetivamente resolver, solucionar ou minimizar os problemas que todas essas pessoas têm enfrentado. Eu gostaria de agradecer a presença de diversos órgãos até mesmo à sociedade civil como um todo; algumas entidades paragovernamentais outras tantas que fazem parte do eixo do governo do Estado, do poder central que tem acompanhado e participado, ao SINE que está presente, a Escola do Legislativo através dos nossos intérpretes; intérpretes de Libras que, inclusive, já é Lei, essas pessoas, os nossos profissionais devem estar aqui no plenário para esclarecer, para repassar aos surdos, o que tem acontecido, a fim de incluí-los, foi uma conquista realmente muito importante, mas, que nós precisamos efetivar. A Lei já existe, temos cobrado da Presidência da Assembleia Legislativa, já comentei com a Presidência que caso não seja cumprido, nós encaminharemos, entraremos com mandado de segurança a fim de judicialmente garantir que os surdos participem das Sessões Legislativas e saibam como cada parlamentar tem se comportado. Quero crer que nós vamos resolver isso de forma parcimoniosa, de forma administrativa e que de uma vez por todas nossa Lei já aprovada, comece a vigor aqui para o Estado de Rondônia. Quero deixar claro pelo prestígio da nossa Audiência, que todas as pessoas que fazem parte, que estão aqui no nosso plenário, podem participar, podem se inscrever através do nosso Cerimonial para que faça uso da palavra e que deixe consignado e nos Anais desta Casa, o seu posicionamento, e que ao final dessa mesma Audiência como nós sempre fazemos; possamos ter encaminhamento, e, lógico estabelecer prazo para que as coisas melhorem, e, lógico que mudem em favor de todos os nossos deficientes.

Gostaria de passar a palavra primeiramente o Senhor Dr. André Munir, que é o Superintendente Regional do Trabalho em Rondônia, e também já deixar anunciado que logo na sequência será o Sr. Marden Negrão, Secretário de Trânsito e Transporte da nossa Capital, que por motivo de uma agenda atribulada, se ausentará, mas, o Diretor de Mobilidade estará aqui conosco, mas, nós queremos ouvir também o Secretário

por conta disso será o segundo a falar, por favor, Sr. André Munir, se quiser fazer uso da palavra na nossa tribuna, fique à vontade, por gentileza.

O SR. ANDRÉ MUNIR - Bom dia, bom dia a todos em nome da Superintendência Regional do Trabalho em Rondônia e do Ministério do Trabalho quero agradecer a presença de todos; o comparecimento, a dedicação, agradecer ao Deputado Léo Moraes pela iniciativa, muito obrigado, de modo que nós estamos numa Casa de Leis. Mas eu gostaria que ao final desse Audiência nos atentássemos para outra situação também que não, que só de fazer cumprir a lei fazendo com que as contratações sejam levadas ao pé da letra na sua integralidade, mas, que também a inclusão seja levada muito a sério, por que contratar e incluir são estudos diferentes. E nós temos visto muita contratação, graças a Deus tem sido até num patamar satisfatório, porém, a inclusão muitas vezes é deixada de lado. Então que todos possam se conscientizar na parte da inclusão realmente de quem for receber essas pessoas, abraçar, incluir, criar realmente um ambiente agradável e produtivo para todas essas pessoas. Não vou me prolongar por que os nossos colegas têm assuntos bem interessantes, tem bastante material para passar para vocês, que a discussão seja muito produtiva de modo que eu só quero agradecer, desejar uma boa Audiência a todos. Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – A gente agradece e é importante dizer que nós vamos debater, e toda a Mesa que foi formada, ela estará à disposição para responder eventuais dúvidas e participar do documento oficial ao final desta Audiência Pública.

Passar a palavra para o senhor Marden Ivan de Carvalho Negrão, Secretário Municipal de Transportes.

O SR. MARDEN IVAN DE CARVALHO NEGRÃO – Bom dia a todos. Na figura do Deputado do Léo Moraes saúdo a todas as autoridades presentes. Meus amigos; muito falta, muito precisamos fazer ainda para melhorar a condição de acessibilidade em nossa cidade, em nosso Estado também, mas, eu vou falar exclusivamente da nossa cidade. Nós estamos vivendo um momento muito oportuno para conseguir grandes transformações, em razão de fatos administrativos e legais que ocorrem no momento. Fatos administrativos, pela primeira vez em 103 anos, nossa cidade vai ter um processo licitatório para o transporte coletivo, foi tentado um há dois anos e não teve sequência, agora nós estamos tentando atualizar esse procedimento com toda participação efetiva e os estudos técnicos necessários para democraticamente fazer a inclusão que a legislação determina, que a sociedade precisa. Recentemente eu estive conversando com o Secretário de Saúde, Dr. Pimentel, e ele nos apresentou dados estatísticos sobre o número de jovens e de pessoas que se acidentam na nossa Capital, é um número assustador e as consequências, nós conhecemos. Agora, o que mais me assombrou com o número de acidentes: foram dois dados estatísticos apresentados, o primeiro: 79% desses acidentes ocorrem em locais sinalizados. E só segundo: 80% dos condutores não são habilitados. Isso nos leva a um problema maior do que simplesmente fazer uma boa sinalização, ter um bom transporte público, isso nos leva a entender o porquê que estamos tão empenhados em trabalhar com educação de trânsito. Atitude transformadora tem que ocorrer em cada um de nós; nós temos que assumir também a responsabilidade de fazer mudar a situação da nossa sociedade, seja com o nosso exemplo, seja com nossa situação, seja pela

nossa necessidade, mas, principalmente pelo carinho e pela responsabilidade que nós temos que ter com o meio em que vivemos. Eu disse que seriam dois os grandes momentos, o primeiro, citei da licitação do transporte coletivo; o segundo, é uma obrigação legal derivada da Constituição, que é a necessidade de você atualizar o Plano Diretor Estratégico das cidades, que é onde e quando a população intercede e intervém diretamente junto a administração pública dizendo os seus pleitos e dizendo como ela quer que a cidade cresça, como ela quer que a cidade se comporte. Essa é uma condição especialíssima para a nossa cidade. Paralelo a isso e concomitante a isso, nós estamos conseguindo atualizar um plano de mobilidade urbana que também é uma lei derivada da nossa Constituição Federal, é uma imposição legal, toda cidade tem que ter um plano de mobilidade urbana, e nós estamos fazendo isso. Agradeço profundamente, Deputado, a oportunidade de poder estar participando aqui com vocês. O Deputado Léo Moraes é sempre muito eficiente nas suas proposições de trabalho e muito participativo também na interação com a sociedade. Nós gostaríamos muito de poder mais tempo nos dedicar aqui, eu pessoalmente terei que sair, mas, eu já encomendei a vinda da minha Diretora de Mobilidade que é a Dra. Luciana Ramalhão, uma arquiteta que vai está participando, tomando nota e auxiliando aqui no que for necessário. Eu peço sinceras escusas, eu vim para participar, mas, eu acho que todo mundo viu aqui que eu não levantei a cabeça, estou só trocando WhatsApp, inclusive a hora que o Deputado Léo me chamou, o telefone indelicadamente tocou, vocês entendem como é a função de gestor. Eu gostaria muito de colocar à disposição o nosso telefone que é o 08006475100 para que vocês possam interagir com a Secretaria de Transportes. Também na página da SEMTRAN, no facebook, que eu acho que é mais simples mandar por mensagem ali no facebook, é o SEMTRANPVH, por favor, participem com a gente, nos ajudem a gente melhorar um pouco mais a nossa cidade. Devagarzinho, nós estamos conseguindo colocar alguns pontos essenciais para a melhoria da condição de vida do nosso cidadão e vamos trabalhar para isso. Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Secretário, o processo já foi deflagrado da licitação do transporte coletivo?

O SR. MARDEN IVAN DE CARVALHO NEGRÃO – Léo, obrigado por perguntar.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – É porque é importante nós termos esses prazos.

O SR. MARDEN IVAN DE CARVALHO NEGRÃO – Nós temos um processo que estava parado, parece que vai a julgamento esta semana no Tribunal de Contas, mas, que nós já identificamos que é impossível dar continuidade, porque o último estudo de mobilidade que implantou linhas na cidade de Porto Velho foi de 1986, por isso que você pega um ônibus hoje, ele fica rodando duas horas e meia, porque nascia um bairro, ele puxava para cá, nascia um bairro para lá ele puxava para lá, os itinerários são complexos e as linhas demoram muito e não atendem, tem 09 bairros da cidade que não têm atendimento, então nós optamos por encerrar aquele procedimento, criar um novo adequado. Inclusive, estava esquecendo da parte mais importante aqui, a partir de amanhã haverá pesquisadores na rua, tanto embarcados nos ônibus quanto na rua, coletando

pesquisa de satisfação e de orientação para a nova licitação, então quando vocês forem abordados por esses pesquisadores, colaborem.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – O Processo não foi estartado ainda?

O SR. MARDEN IVAN DE CARVALHO NEGRÃO – Ainda não. Assim que for, vai ser dada ampla publicidade.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Vocês pretendem, almejam que seja feito até quando?

O SR. MARDEN IVAN DE CARVALHO NEGRÃO – Até o final do ano, Léo.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – O início.

O SR. MARDEN DE CARVALHO NEGRÃO – Até o final do ano eu quero soltar o edital.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Nesse edital, o novo transporte coletivo já tem a previsão de ônibus com os elevadores e todas as necessidades?

O SR. MARDEN IVAN DE CARVALHO NEGRÃO – Já. E mesmo nesse contrato que é precário, nós já exigimos, e 124 ônibus são dotados de elevador, e nós temos exigido a manutenção e temos fiscalizado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Mas, atualmente tem tido uma deficiência nisso.

O SR. MARDEN IVAN DE CARVALHO NEGRÃO – Nós estamos apurando isso. Os elevadores que estavam quebrados, a gente já obrigou a consertar.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Isso. Nós fizemos fiscalização, não encontramos um ônibus com elevador funcionando, a nossa Comissão de Direitos Humanos fez esse levantamento e não conseguiu encontrar ônibus.

O SR. MARDEN IVAN DE CARVALHO NEGRÃO – Eu gostaria de bater a sua revisão com a minha até para eu ter condição de aferir o que nós estamos verificando lá. Porque nunca havia sido feita a vistoria mecânica nos ônibus de Porto Velho, a vistoria era simplesmente visual, isso desde que teve transporte aqui. Nós trouxemos um modelo de vistoria mecânica e implementamos, mesmo que no contrato precário nós implementamos uma regulamentação de vistoria mecânica e com isso a gente tem conseguido dá uma resposta mais eficiente.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – O senhor pode encaminhar sempre que possível à nossa Comissão de Direitos Humanos, os relatórios que são elaborados a partir da Secretaria? Eu imagino que tenha um conselho, vocês têm um conselho, se puder, encaminhe cópia para a nossa Comissão, que é importante monitorar, acompanhar com vocês isso aí.

O SR. MARDEN IVAN DE CARVALHO NEGRÃO – Tranquilo.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Isso é importante. E outra coisa, a gestão anterior não tinha contratado uma em-

presa, que se não me falha a memória, é de Curitiba que iria elaborar o projeto a respeito do programa nacional, para cumprir exigência do Programa Nacional de Mobilidade Urbana?

O SR. MARDEN IVAN DE CARVALHO NEGRÃO – Léo, são dois momentos, em 2011 foi feito um primeiro estudo para o chamado Plano de Mobilidade Urbana, aí houve até uma confusão achando que a cidade teria o Plano de Mobilidade Urbana aprovado, e, ele nunca foi aprovado, porque o Plano de Mobilidade Urbana é um estudo que depois é debatido e depois ele é submetido a legislação.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Mas, a empresa foi contratada, não foi?

O SR. MARDEN IVAN DE CARVALHO NEGRÃO – Sim.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – E o projeto ficou aqui?

O SR. MARDEN IVAN DE CARVALHO NEGRÃO – Sim. Há um estudo de 2011, é o que eu estou te falando, é um de 2011 e um de 2013. Um não fala com o outro. Em questões essenciais como o de mobilidade de transporte coletivo...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – São empresas diferentes?

O SR. MARDEN IVAN DE CARVALHO NEGRÃO – São empresas e óticas diferentes aplicadas.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Perspectivas diferentes.

O SR. MARDEN IVAN DE CARVALHO NEGRÃO – Por isso que nós tínhamos uma verba de Jirau que nós optamos por investir esta verba no plano de atualização do Plano de Mobilidade Urbana, que era o quê? Adequar 2011 com 2013, na realidade 2017, prevendo um desenvolvimento da cidade para 10 anos, que é o mínimo que você pode prevê. Considerando que nós vamos ter o Plano Diretor Estratégico ainda em evolução. Quando do fazimento do Plano Diretor Estratégico os anexos da lei do Plano de Mobilidade são os vetores de onde você vai transformar ou não vias, ou segregar ou não vias, você vai poder adequar porque esta adequação você pode fazer anualmente ou bianualmente.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – E a licitação do transporte coletivo é o momento, é uma etapa que faz parte de uma política pública, na qual nós discutimos mobilidade geral. Existe já, então, projeto de mobilidade para a nossa Capital? Nesses últimos meses, foi elaborado algum projeto ou contratação para discutir? Porque eu lembro, Secretário, fui Vereador e tinha o programa nacional e o recurso vultoso do Governo Federal.

O SR. MARDEN IVAN DE CARVALHO NEGRÃO – Deputado Léo, vou falar, dentro da legislação de mobilidade, nós tivemos agora no final do ano passado a aprovação de uma das melhores coisas para quem tem necessidade especial atualmente, que foi a LBI, a Lei Brasileira de Inclusão.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – A nomenclatura e deficiência.

O SR. MARDEN IVAN DE CARVALHO NEGRÃO – Quem foi relatora, quem fez a redação deste Projeto de Lei foi a Deputada Federal de São Paulo, que é muito minha amiga, a Mara Gabrilli. Eu tive o prazer de trabalhar assessorando a Mara, por algum tempo, e inserimos, e trabalhamos juntos nesta legislação, que eu acho essencial. Então nós vamos ter muitas novidades ainda no correr deste ano no desdobramento desta legislação. Por isso no momento histórico muito importante para a gente conseguir fazer a nossa licitação e o nosso plano de...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Licitação de Transporte.

O SR. MARDEN IVAN DE CARVALHO NEGRÃO – Licitação de Transporte e o nosso Plano de Mobilidade. É o momento histórico muito interessante. Paralelo a isso, e concomitante a isso, vai está sendo feito esse ano na Câmara Municipal, o estudo do plano diretor estratégico, que é onde você determina como a cidade será nos próximos 16 anos.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Vocês têm discutido padronização das calçadas além da acessibilidade? Foi algo que começou na outra gestão e não foi continuada.

O SR. MARDEN IVAN DE CARVALHO NEGRÃO – Infelizmente começou e depois teve muita transversalidade e acabou enroscando a situação de uma maneira..., um imbróglio administrativo e social, virou um caos aqui. Mas, nós conseguimos, agora nós terminamos a elaboração da cartilha de calçadas dos municípios, em breve ela vai está sendo distribuído fisicamente e também disponível no site da Prefeitura.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Você acha que a partir do ano que vem já executa? Janeiro, fevereiro?

O SR. MARDEN IVAN DE CARVALHO NEGRÃO – Eu acho que antes disto.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Antes? Nós estamos no final de Outubro, não é?

O SR. MARDEN IVAN DE CARVALHO NEGRÃO – Eu acho que antes disso. Eu acho que agora até o finalzinho de novembro, no máximo, a gente está com esta cartilha lá. Talvez ela vá sofrer uma revisão porque a gente espera que a Legislação municipal sofra alterações.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Nós vamos deixar também consignado que isso, eu acredito que se entrar em vigor e ser executado é um avanço que nós precisamos e muito.

O SR. MARDEN IVAN DE CARVALHO NEGRÃO – É uma transformação, Deputado Léo, por que...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Porto Velho quase não tem calçada, e, quando tem, não é padronizado.

O SR. MARDEN IVAN DE CARVALHO NEGRÃO – E uma cidade que você prepara para quem pode menos é uma cidade inclusiva para todo mundo, uma cidade perfeita para quem pode mais. As calçadas são meios de integração, como o transporte coletivo é um meio de integração. Este respeito esta preocupação nós temos, mas, entendam, em 103 anos nós temos absurdos aí que às vezes caminhando em uma calçada

na região central, o senhor chega a um desnível no meio de quadra de 70 centímetros, no meio de quadra. Há um lote que ficou 70 centímetros maior que o outro, isso interfere na calçada.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – É a discussão do Plano Diretor que também passa por este sistema, é a mesma Lei Orgânica.

O SR. MARDEN IVAN DE CARVALHO NEGRÃO – E também, e principalmente, na forma com que cada um se sente dentro da cidade. Eu ando muito a pé na cidade, e uma coisa que é de fazer nota: você está andando na rua, você olha para dentro de um terreno, o quintal pode ser de terra batida, ele está limpinho, ele está arrumado, ele está ajeitadinho. A calçada pode ser na frente de uma mansão, às vezes ela está com um metro, com o mato de mais de um metro, com buracos, com entulho. O que espelha isso? Este fato? As pessoas às vezes não se sentem pertencentes ao local, ela acha que só tem que cuidar do portão para dentro. O portão para fora é nosso também, a nossa cidade e é isso que a gente tem que cuidar também. Eu peço desculpas por ter me alongado aqui, mas, é que eu gostaria muito de fluir mais nessa participação, mas, eu tenho que sair. A Dra. Luciana Ramalhão já deve estar chegando aí, assim que ela chegar eu vou orientá-la, pedir que ela acompanhe no meu lugar na Mesa. Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado. A gente agradece o Secretário.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Queremos também registrar a presença, Sr. Deputado Léo Moraes, a presença de Nilza Maria Ferreira - Presidente da Associação de Pais e Amigos Autistas do Estado de Rondônia. Maxilene Bezerra - Coordenadora do Projeto Movido Pelo Amor do Autismo da Associação da Igreja Wesleyana. Ruth Maria - Presidente da Associação de Pessoa com Deficiência. Indira Simionatto Stédile Assis Moura - Vice-Presidente da Associação de Surdos de Porto Velho. Irany Freitas de Franco - representando o Sine Municipal. Noêmia Fernandes - representando a CDL de Porto Velho. Muriel Ferreira Araújo - Diretora do CAPS Infantil. Senhoras e senhores da Associação dos Deficientes do Município de Ouro Preto do Oeste. Senhoras e senhores da Seleção Rondoniense de Basquetebol do Estado de Rondônia.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – É importante nós discutirmos; aproveitar a presença do Secretário, porque as calçadas, as nossas vias públicas são fontes integradoras, fonte de unidade, de urbanidade e de cidadania, lógico, que se existe uma missão, a obrigação da Câmara, por exemplo, é legislar e da prefeitura é executar, negligenciar e se omitir não pode fazer parte de quem preza e prima por uma mudança em defesa dos deficientes e da sociedade em geral. A gente espera que isso realmente ultrapasse a barreira do discurso e seja praticada em nossa Capital, porque nós sofremos muito com isso, sabemos que é uma dificuldade histórica antiga, mas, que é inadmissível que assim permaneça e se perpetue. E o trabalho de manutenção diz respeito a todos nós. Todos nós que temos uma propriedade devemos cuidar da frente das nossas residências, dos nossos lares e oportunizar que pessoas desfrutem desse local público. É muito importante que a consciência às vezes é mais importante do que a política pública, depende de todos nós.

Vamos passar a palavra aqui em ordem, lembrando que todos podem se inscrever a falar. Passar a palavra para a senhora Laura Cristina Souza Dantas, que é Coordenadora de Educação Especial e nesse ato representa a Secretaria de Educação.

A SRA. LAURA CRISTINA SOUZA DANTAS – Bom dia, bom dia a todos. Gostaria de parabenizar ao Deputado Léo Moraes em nome do nosso Secretário Florisvaldo Alves, por trazer essa temática tão importante no qual a nossa Casa, a Seduc, tem tido um olhar com muito respeito, com muita responsabilidade sobre a questão da pessoa com deficiência e principalmente com relação aos nossos estudantes incluídos nas nossas escolas da rede Estadual. Então, nós sabemos que através da LBI, como foi citado agora pelo Secretário Municipal; é dever do Estado através do capítulo 04 do artigo 27 no seu parágrafo único, no qual ele afirma que é dever do Estado, da família e da comunidade assegurar educação a todos os estudantes com deficiência. Então nessa questão nós possuímos 440 escolas, das quais 319 nós temos e ofertamos o atendimento educacional especializado através das nossas salas de recursos e, além disso, nós temos 299 escolas com acessibilidade. O que isso quer dizer, gente? Que nós estamos trabalhando: ideal? Está bonito? Não! Nós temos muitos projetos de escolas que estão atendendo, professores em sala de recurso, começamos o nosso processo de contratação de professores de Libras, intérprete revisor cego, cuidadores, mas, nós precisamos de mais. Compreendemos que a nossa sociedade, o nosso Estado precisa de mais e nesse viés nós estamos trabalhando. Então, nós estamos aqui à disposição de todos os senhores. Eu fico muito feliz de ver todas as associações envolvidas, porque perto da comunidade é que a gente pode sentir os seus anseios e o que a gente está precisando buscar mais, para melhor atendê-los e estaremos disponíveis aqui nesta manhã para a gente procurar compreender e atender os encaminhamentos que a Mesa irá fazer. Muito obrigada e bom dia.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – A gente agradece a participação da Laura, representando a Seduc. Nós entendemos que a Seduc tem um papel fundamental, primordial no que diz respeito a esse Tema, o avanço necessário para que pessoas com deficiência sejam incluídas na plenitude do seu acompanhamento pedagógico, do seu ano letivo. Muito há que se fazer; nós temos uma estrada longa, mas, que ela deve ser pavimentada, o poder público deve ser mais veloz do que as necessidades, afinal elas estão represadas há muito e muitos anos, e a gente sabe disso, é mais do que um ato de gestão, é um ato de solidariedade. A gente espera de verdade que a SEDUC se prontifique a promover as mudanças. Muitas vezes algumas leis que nós aprovamos são arduamente sancionadas pelo Poder Executivo. E quando assim acontece, não são implementadas em vias de política pública. A gente tem debatido a questão do Fonoaudiólogo para acompanhar os professores e os alunos, é uma lei aprovada aqui nesta Casa, de minha autoria e que eu ainda não entendi qual a dinâmica a SEDUC vai apresentar para enfim colocar o Fonoaudiólogo para trabalhar com a saúde vocal dos seus profissionais, evitando edemas, lesões, doenças, fruto da voz, assim como também para os nossos alunos da rede pública estadual. A SEDUC é importante, nós vamos, quando necessário for, sempre buscar suporte e mais, fazer as cobranças para que a mesma se prontifique e trabalhe em defesa dos deficientes do nosso Estado de Rondônia. Muito obrigado.

Vamos passar a palavra para o Coronel Davi Moroni, que representa a SESDEC. Coronel, seja bem-vindo, a palavra está com o senhor, por favor.

O SR. DAVI MORONI – Muito bom-dia a todos. Cumprimentar inicialmente o Deputado Léo Moraes, parabenizá-lo pela propositura desta Audiência Pública, cumprimentar a todos os presentes. Agradecer o convite estendido à Secretaria de Segurança. Sabemos que esse processo de inclusão, de acessibilidade é um processo que demanda certo tempo. Temos lá já muita legislação aprovada sobre isso, mas, quem sofre com isso todo dia não pode se dá o luxo de aguardar muito tempo. Os órgãos públicos precisam se mexer e resolver o mais rápido possível esses problemas que afetam aí boa parte, uma grande parte da nossa população. As nossas estruturas, só um adendo rápido aqui, Deputado, as nossas novas estruturas da Segurança Pública, como Vossa Excelência mesmo acompanhou, através do PIDISE estamos construindo e já inauguramos no Estado 12 Unidades Integradas de Segurança Pública. Todas elas já contempladas, já no formato da nova legislação, atendendo à questão da acessibilidade e demais outros requisitos necessários. Então estamos evoluindo, não estão todas as Unidades prontas, sabemos que tem muita coisa ainda para ser feita, assim como em outras Secretarias também, mas, as novas estruturas, são 12 que já foram inauguradas, mais 03 serão inauguradas este ano, e mais 03 em 2018, totalizando 18 estruturas novas dos órgãos de Segurança Pública do Estado, que já estão contempladas na nova legislação e com esse caráter da acessibilidade é atendido. Agradecemos e nos colocamos à disposição para as demandas que forem apresentadas aqui e atendermos no que for possível. Obrigada.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Coronel Davi, o senhor fica em qual setor lá da SESDEC?

O SR. DAVI MORONI – Trabalho na Gerência de Integração da Secretaria de Segurança.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – E ela fica subordinada imediatamente ao Comando da SESDEC?

O SR. DAVI MORONI – A Gerência fica. O Gerente é o Coronel Glanert, eu sou o Adjunto dele e nós trabalhamos diretamente assessorando o Secretário e envolvendo todos os demais órgãos da Secretaria. Nós que trabalhamos com Operações e etc., tudo que demanda para as outras Unidades, para a Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Politec, passa pela Gerência de Integração.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – É isso aí. Muito obrigado. Nós aqui da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa temos feito um trabalho inovador que ainda não havia sido feito. A gente ultrapassa as barreiras do sistema prisional, como tradicionalmente é conhecida a relação Direitos Humanos/Sistema Prisional, primeiro para defender também a condição de trabalho dos servidores do sistema prisional que trabalham em alto regime de estresse, com muita dificuldade de equipamentos e que, lógico, oferece, acaba oferecendo risco à própria sua atividade, para a sociedade e também para o sistema. E afora isso nós estamos fazendo agora acompanhamento, fiscalizações *in loco* nos prédios e órgãos públicos para que eles tenham acessibilidade. Quando nós construímos, na iniciativa privada ou um comerciante vai lá construir uma lanchonete ou uma boate ou um bar, um restaurante,

uma loja, imediatamente órgãos públicos vão lá fiscalizar para saber se tem acessibilidade. Isso é uma regra, e, é lógico, é de se exaltar, correto. Agora, órgãos públicos, como a gente tem visto, INSS já me passaram, alguns fóruns, inclusive o Tribunal de Justiça, tem faltado acessibilidade. Como é que um órgão público e o Poder Público de Estado de fazer, cobra resultado se o mesmo sequer faz para atender a comunidade em geral? É um contrassenso, é uma incoerência, é uma incongruência que nós temos que contornar. E é papel nosso; não adianta falar que o prédio público é antigo, que ele é histórico, que tem dificuldade de modulação porque isso não é o suficiente. Eu estou conversando com a Rossilena, uma amiga, nossa primeira campeã mundial paralímpica, que trabalha no Tribunal de Contas que aqui no prédio da Assembleia Legislativa que é um prédio combalido, nós sabemos, é um prédio antigo, mas, aqui nos banheiros não tem acessibilidade para os deficientes e nós já oficiamos, Rossilena, já encaminhamos para a Presidência, o Departamento de Engenharia já vai adaptar, não tem desculpas que nós vamos mudar em janeiro, em fevereiro, vamos para um prédio moderno, novo, tem que fazer imediatamente, quem necessita tem pressa e a gente já vai fazer essa adequação e também vamos contar com você, queremos contar com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, a Raísa, que é minha amiga particular há muitos anos para que acompanhe as nossas fiscalizações nos prédios públicos que nós vamos noticiar, nós vamos fazer um Termo de Compromisso Legislativo, nós vamos fazer diligência e vamos estabelecer prazo para que os prédios públicos se adequem e atendam os deficientes da nossa Capital e depois do nosso interior de Rondônia, tudo bem? Isso é importante que deixe consignado para que todos saibam.

Passar a palavra agora neste momento para a Sra. Edislaine da Silva, que é Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

A SRA. EDISLAINE DA SILVA – Bom dia a todos! Em nome da Conselheira Elaine Trajano, do Conselheiro Ícaro, e de um parceiro nosso que entrou esse ano no Conselho, Dr. Jailson, nós temos um orgulho de estar em mais uma vez em uma Audiência de tal importância para a sociedade e Políticas Públicas. É muito fácil falar de dados que temos isso, temos aquilo. O diferenciado é sentir na pele como a APAAE, como a AWAS, como a Casa Família Rosetta, como a APAE, a Pestalozzi, como a Vida Ativa, como a ASDEF que são, Libras, a Indira, aqui. Que são entidades que passa dia a dia, porque a sociedade, ela tem um olhar diferenciado para a pessoa com deficiência, aquela que ela está numa cadeira de roda. Ela não vê aquela pessoa que não escuta, que é a deficiência escura, onde as pessoas acham que é normal.

O Conselho, atuar, falar de Conselho Municipal é complicado, hoje o Conselho, nós estamos com as Entidades ativamente. Nós temos denúncias diárias. Nós não temos uma capacitação de Conselheiros. Nós não temos um carro para ir correr atrás desta denúncia. Então, às vezes, ser Conselheiro não é bom, não é questão de status, está lá no seu currículo, ser Presidente do Conselho. É saber da amargura da sociedade e às vezes a gente tem que ficar de mãos atadas porque não conseguimos fazer nada. Eu acredito que existe uma palavra-chave com os nossos problemas, educação. Quando a gente tem uma sociedade mais educada, nós não vamos ter esse problema de ter um camelô na calçada, de não ter uma acessibilidade, a acessibilidade. Eu não vejo a acessibilidade só com rampa, eu vejo a acessibilidade na educação, na saúde, na segurança, aonde a minha autista lá da AWAS, ela vai mar-

car uma consulta, nós não temos o profissional adequado para receber porque se aquela criança dá uma crise, ela é chamada de danada, o pai não teve a educação. Aonde, a minha amiga vai a um banheiro público que não está adaptado para ela. Aonde a gente não tem uma sociedade ainda que não veja essas pessoas de igual para igual. Não somos nós que somos deficientes, eu estava numa caminhada dia 21 onde aquele jovem lá, aquele segundo, vindo de lá para cá, que eu não me recordo o nome daquele jovem, ele me falou que não tem deficiente, é a sociedade que não está adaptada. Fiquei com aquilo pensando sabe, eu sou uma pessoa tão explosiva, eu falei: poxa, realmente! Então somos nós, a sociedade que não está preparada para receber vocês, hoje eu estou aqui, mas, amanhã eu posso estar numa cadeira. Então, nós precisamos ter esse olhar diferenciado nós precisamos que as Políticas Públicas, realmente, elas funcionem, que as quotas elas sejam cumpridas, mas, não daquela forma: eu vou te contratar e você fica em casa. Não é isso que o deficiente quer. Ele quer trabalhar, ele quer ter família, ele quer ter o salário dele, ele quer mostrar para sociedade que ele é capaz e ele pode, ele pode porque eu não sei onde está essa diferença que as pessoas falam, eu não consigo visualizar isso, eu vejo a minha pessoa de igual para igual. Lógico, clinicamente temos ciência que nós temos patologias que ela é diferenciada. Mas eu preciso com a minha escola, minha saúde, professores capacitados, eu tenho orgulho da Indira, ser professora universitária, eu tenho orgulho do Jailson, nível superior, nós precisamos mostrar isso, nós precisamos ofertar, que as políticas públicas, elas funcionem, que o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, que ela tenha um fundo, que ele se organize, que o Conselho Estadual tenha um fundo próprio, dessa forma à gente vai conseguir trabalhar com as entidades, porque são vocês que trabalham muitas das vezes com voluntariado, que a maioria trabalha com voluntariado, que fazem a diferença, são vocês. Eu espero que essa Audiência, Deputado Léo, muito obrigada por mais uma vez fazer parte disso, que nós possamos sair daqui sim, com propostas, por que eu acredito que essa seja a segunda, não é Deputado? Já a segunda, não é? Que a outra que eu participei foi..., então, e a gente evoluiu, a gente está evoluindo, precisamos evoluir um pouquinho mais, mas, que nós saímos daqui sim com um pouquinho mais de consciência e que a nossa sociedade, ela saía daqui com um pouquinho mais de interesse, buscar o seu conhecimento, pegar o estatuto, a gente não precisa gritar, a gente não precisa criar confusão em nenhum lugar, mas, só cobrar os nossos direitos. A partir do momento que a gente cobra os nossos direitos, a gente vai ser retribuída de uma forma diferente. Fica aqui um abraço do nosso Conselho, obrigada por essa oportunidade e peço desculpas porque eu também vou precisar me ausentar, porém, nós temos Dr. Jailson faz parte do Conselho Municipal, nós temos a Conselheira Elaine, que está nesta Audiência. Obrigada, Deputado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Eu agradeço a Edislaine, nós já temos trabalhado aí em conjunto em várias demandas não é? Em relação à inclusão e a oportunidade até do esporte para que representantes de Rondônia consigam se deslocar e participar dos campeonatos mais importantes do Brasil, tem sido uma luta muito grande, mas, temos avançado e conseguimos muitas vezes auxiliá-los. O que você disse vem ao encontro ao que o André, Superintendente do Trabalho havia comentado e que todos nós comungamos do mesmo pensamento, não adianta apenas contratar, nós temos que incluí-los, muitas vezes se contrata, deixa o profissional deficiente de lado,

Rossilena, e ele se sentindo menosprezado, inutilizado ou subutilizado, acaba entrando num processo até clínico de depressão e de outros transtornos mentais. Então, tem sido um grande desafio pautar a necessidade do deficiente, não pela Lei, mas, pela necessidade social que os mesmos têm ante uma sociedade que deve ser plural e que deve acolher todas as complexidades dos indivíduos, isso é muito importante. E aí é mais do que uma política pública, é uma conscientização, faz parte de todo o nosso interior de entender que são realmente iguais e que precisam com as diferenças, mas, que também tem as suas carências, as suas carências mesmo são sentimentais em relação a um monte de problema.

Vamos passar a palavra antes para a senhora Soraia Rachid, Vice-Presidente da APAE, por favor. A APAE que é uma entidade que já tem graças a Deus a credibilidade necessária de toda a sociedade, isso é importante para que elabore Projetos consistentes em defesa da sociedade.

A SRA. SORAIA RACHID – Bom dia Sr. Deputado, bom dia aos presentes, eu sou Soraia, Vice-Presidente da APAE, representando aqui o senhor Antônio Carlos Berssane, nosso Presidente, que se encontra em viagem. Nós da APAE, agora temos o prazer de falar que quando nós pegamos a APAE, nós contávamos com 52 alunos, e hoje, nós assumimos a Presidência nessa gestão de 01 de janeiro de 2017, nós temos matriculado na APAE hoje 129 alunos e cerca de mais vinte pessoas, outros alunos procurando vagas. Mas, se vocês forem a APAE, vocês vão notar que não estão todos lá, porque a gente tem uma série de dificuldade na questão de transporte. Nós estamos numa nova sede, sede própria e, por exemplo, no caso do meu filho, eu falo muito particularmente isso, nós moramos na zona sul, eles só conseguem ir a aula por que nós o levamos todos os dias e voltamos todos os dias por que ela fica lá no final da Cahúla, a nossa sede. Alunos da parte da tarde para poder estudar, eles têm que sair de casa antes do almoço para poder chegar no horário da aula e quando termina a aula, eles chegam à casa de noite, por causa da questão que às vezes tem que pegar duas ou três conduções. Então é muito complicada essa questão da ida à Escola, então a gente tem essa dificuldade muito grande na questão do transporte, nós tínhamos o ônibus como todo mundo sabe e o ônibus depois de tantos anos de uso, acabou que está que esfacelado lá, e nós não temos condições mais de arrumar, que nem peça tem para esse ônibus, então a gente está lá com ele parado. Então essa questão da mobilidade para nós é muito importante. Outra coisa também que está acontecendo, por que quê a gente teve esse acréscimo de aluno? Por que nós estamos atendendo muitos alunos que estão vindo da rede municipal, estadual que terminam o seu ciclo e não tem mais aonde ir, então a gente atende lá na APAE desde criancinhas pequenas que a gente conseguiu atender até crianças de dois anos, e nós temos lá alunos de 63, 64 anos que têm essa dificuldade, muita pela questão intelectual, a questão neurológica que nós atendemos lá, por isso que a gente recebeu muito alunos esse ano vindo das redes municipal e estadual. A questão também da mobilidade que foi falada aqui, além do transporte que é uma questão de integração a mobilidade também, a gente fala dos nossos cadeirantes, das nossas crianças que usam e utilizam também o transporte público que às vezes eles até andam, mas, ter acesso ao transporte é outra coisa, de poder subir, descer tem toda essa dificuldade que eles não conseguem nem subir, nem descer com a celeridade que a gente consegue. A gente também está fazendo muitos projetos e entre esses projetos está lá a questão de um Centro de Rea-

bilitação que a gente gostaria de fazer com um intercâmbio com a Prefeitura Municipal, estamos estudando isso. Esse Centro de Reabilitação nós já temos o projeto e estamos conversando com os Deputados estaduais como os vereadores na forma da gente poder ver como é que a gente pode fazer esse Centro de Reabilitação. Não só para atender os nossos alunos, mas, para atender todo o entorno e toda a comunidade em geral, e isso para a gente é muito importante dentro da APAE. A gente tem o CERO, mas, o CERO também fica num lugar muito distante, e acho que daria para fazer, a gente está conversando também com os fisioterapeutas e a gente tem o pessoal da FIMCA que nos atende lá e da São Lucas eventualmente, então a gente precisa...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Uma colaboração assim, um parêntese, será que não conseguiria um atendimento remoto dos profissionais do CERO para auxiliar a APAE?

A SRA. SORAIA RACHID – Isso seria interessantíssimo agora no momento para gente ter lá, a gente tem até uma sala de fisioterapia com alguns equipamentos e tudo e mais, mas, a gente não quer atender só os alunos da APAE, a gente quer fazer um Centro de Reabilitação para atender também todo o entorno da comunidade.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – A gente faz de repente um convênio da APAE com o CERO através do Governo do Estado, conseguiria atender de forma perene a toda as pessoas ligadas a APAE e o entorno também.

A SRA. SORAIA RACHID – É, poder ser, a gente também está conversando, podemos depois conversar isso com o nosso Presidente.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Fica aqui a deixa, de repente....

A SRA. SORAIA RACHID – E nós estamos conseguindo agora através de uma emenda parlamentar a construção da nossa piscina, que vai ser adaptada, não para nadar, mas, para fazer os exercícios necessários...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – De recuperação.

A SRA. SORAIA RACHID – De recuperação. Então as nossas demandas no momento são essas, graças a Deus, a gente quer agradecer muito a SEDUC, a Dra. Laura, não está mais aqui, mas ao pessoal da SEDUC pela ajuda na questão da cedência dos professores do Estado, nossas professoras são muito queridas e muito dedicadas, fazem muito mais do que dá aula, são pessoas que estão lá, realmente a gente percebe pelo amor que tem pela causa da criança com deficiência. É só isso, agradeço atenção de vocês e a APAE está aberta para que todos possam chegar lá visitar e conhecer lá o nosso espaço que aos poucos a gente está querendo deixar mais agradável e com maior mobilidade a todos os nossos alunos. Muito obrigada.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado. A gente que agradece a senhora Soraia pelo desprendimento que as pessoas que trabalham com o social têm para atender quem mais precisa, muito obrigado.

Passar a palavra para a Sra. Maria das Graças Costa Paiva, Vice-Presidente do CONDEF, que é o Conselho da Pessoa com Deficiência do Estado de Rondônia.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS COSTA PAIVA – Bom dia a todos, eu quero neste momento parabenizar o nosso Deputado pela ideia e a iniciativa de estar nos juntando, digamos a palavra assim mais certa, unindo todo esse povo que está a serviço da educação especial, que cada um com certeza desses nossos colegas que se encontram aqui nesta Sessão, cada um tem um motivo especial para estar trabalhando, se doando para esse serviço que ainda é muito difícil de nós trabalharmos, dificuldade persiste, vem muitas vezes da família por não ter como se deslocar até uma instituição, como não tem como ir a um órgão público para ser atendido, ter um atendimento para o seu filho. Eu tenho 30 anos, vão logo descobrir minha idade, eu não poderia deixar de falar da minha instituição, tenho 30 anos de Pestalozzi e desde quando resolvi me aposentar, eu cheguei do quartel me apresentei para a Dona Margarida, tratando-a como Major, como autoridade máxima, mais alta e voltei para o quartel, estou à disposição para o que der e vier, espero ter saúde e força para trabalhar, para estar sempre ao lado, sempre na instituição trabalhando em prol dessas pessoas que precisam do nosso serviço. Independente de nós termos salário ou não, de nós termos tempo ou não, mas sempre vamos reservar um espaço, o momento especial é aquele onde nós podemos estar ao lado, estar dentro da instituição. Hoje uma das coisas que mais eu lamento é não ter mais esse tempo suficiente. Como aposentada da Pestalozzi eu tive alguns presentes, esses presentes são representar a instituição e os conselhos, não é só neste, eu participo em outros conselhos, então isso me deixa muito gratificada. O conselho foi um espaço aonde eu cheguei e vi quantas possibilidades nós temos; quantas coisas que precisam fazer pela pessoa especial, em todos os sentidos. O espaço físico, a calçada onde você pisa uma hora embaixo, outra em cima, entendeu, isso é o que mais se encontra, mas se nós formos fazer uma reflexão em relação às dificuldades encontradas no nosso dia a dia, elas são inúmeras, cabe a nós dentro do nosso tempo e das nossas possibilidades estarmos juntas sempre, o conselho ou na instituição para procurar melhorar e mudar até a própria visão da pessoa com deficiência. Quem não convive com eles, pensa que eles não pensam, eles não têm vontade própria, mas se você tiver paciência de estar ao lado de uma pessoa especial, você com certeza vai perceber muita coisa: “meu Deus, como é que consegue pensar isso? Como é que ele consegue desejar isso, se ele não tem uma facilidade de se expressar? Eu estou encerrando a minha fala agradecendo mais uma vez, que o nosso Deputado tenha muita paciência e sempre ache na sua agenda uma data, um dia para nos reunir aqui, que cada vez que nós estamos aqui juntos, se percebe que cada dia, daqui uns dias o plenário não vai mais suportar a quantidade de pessoas que vão estar participando e prestigiando o seu trabalho. Mais uma vez muito obrigada, muito obrigada a todos.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito obrigado. A Sra. Maria das Graças é uma combatente histórica do trabalho social no nosso Estado de Rondônia, a senhora é sempre bem-vinda aqui. E fica também esse encaminhamento de fazer uma reunião que possa aglutinar todas as entidades e as pessoas interessadas em discutir temas da deficiência e causas sociais, nós podemos deixar isso como encaminhamento, uma vez por mês a gente faz uma reunião ampliada para saber o que

cada qual quem feito como política pública ou como um trabalho social, porque muitas vezes se comunicando se consegue muito sucesso, isso é importante.

Os colegas estão se ausentando, a gente agradece a presença de todos; a Pestalozzi que está aí, muito obrigado.

Vamos passar a palavra para o Dr. Júlio Iriarte que é Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, que tem sempre sido um parceiro neste debate, tantos outros aqui na Assembleia.

O SR. JÚLIO IRIARTE – Muito bom dia a todos. Consignar aqui a importância deste projeto, hoje, deste evento, organizado sob a pujança do nosso companheiro Deputado Léo Moraes. Ele que tem demonstrado ao longo de sua carreira política incansável vontade de produzir e de fazer com que as coisas aconteçam da forma mais favorável aos segmentos sociais. Eu represento a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com deficiência da OAB, esta Comissão que é integrada por bravos guerreiros e dedicados advogados e advogadas, que aqui, inclusive, estão acompanhando lá no Plenário, algumas pessoas que integram a Comissão, as quais eu saúdo fervorosamente, aqui, companheiras. Há pouco a senhora Gislaine se referiu a caminhada pela inclusão realizada no dia 21 de setembro lá no Espaço Alternativo. Nós casualmente nos encontramos e conversamos um pouco, quando eu disse a ela que a pessoa com deficiência na verdade não tem tanta deficiência como parece. A pessoa com deficiência em todos os sentidos, ela tem vontade própria, ela tem desejos, ela sabe amar, ela sabe até se cuidar se tiver as condições de trafegabilidade e acessibilidade pelo menos próximo do que seja o exigido, o recomendável. Na verdade quem é mais deficiente é a própria cidade de Porto Velho. São os prédios públicos e privados que não permitem que esta pessoa tenha mobilidade plena de acordo com a própria capacidade de se locomover. Então é muito comum. Nós lá na Comissão já estamos organizando, alguém falou aqui sobre isso, mas, nós queremos nos juntar, porque nós estamos organizando já umas visitas, eu diria não de fiscalização aos órgãos públicos, mas, de detecção de falhas de acessibilidade, de deficiências internas para poder fazer a recomendação aos órgãos públicos da necessidade de que haja um olhar com maior seriedade a este respeito. Inclusive, cabe falar até a própria OAB, o prédio da OAB é deficiente, ele não tem esta acessibilidade plena. Isso faz com que a própria Comissão perca um pouco a sua força diante dos outros prédios. Mas, já recentemente há pouco mais de 15 dias, nós tivemos uma reunião com o Presidente da OAB e chegamos à conclusão que é necessário adaptar plenamente o prédio da OAB para que seja, até como um exemplo de acessibilidade e que nos dê a possibilidade e a seriedade de cobrar de outros prédios a partir da arrumação da nossa própria casa. Pasmem, os senhores, um dos prédios públicos mais recentes que tem em Porto Velho é o Teatro Estadual. E o Teatro não tem acessibilidade. Isso é fácil constatar percorrendo ele por dentro. Então você vê já que era tempo de que neste prédio tivessem sido aplicadas todas as regras exigidas pela ABNT, pelas regras da ABNT, pelas regras da LBI e outras legislações infraconstitucionais que estão aí para reger o dia a dia destas pessoas que precisam. Eu diria assim: leis e mais leis não resolvem necessariamente as questões todas que se necessitam para fazer cumprir as determinações legais. Porque enquanto não houver plena consciência nossa para estas questões, as leis virão impor, virão criminalizar, evidentemente, e aquilo que não se faz pelo amor, a tendência é que se faça pela dor. Então atingindo até o bolso do infrator

com multas, enfim, em alguns casos até com privação de liberdade, pela infração, pelo abuso e tudo que possa ser contra as pessoas que têm esta deficiência. E estas pessoas com deficiências não são só aquelas que estão em uma cadeira de rodas, mas, sim conforme a própria LBI, a Lei Brasileira de Inclusão no artigo 2º diz: entende-se como pessoa com deficiência toda aquela que tem mobilidade reduzida de natureza física, mental, intelectual e sensorial. Então são todas as pessoas que tem deficiência. O idoso é um deficiente, tem a mobilidade reduzida; criança, enfim, a pessoa que está convalescendo de alguma cirurgia, de alguma doença, a pessoa que está grávida, enfim, todas são pessoas transitoriamente deficientes e que requerem um cuidado especial, um olhar diferenciado. Aqui é muito comum nos órgãos públicos, você vê, já existe na maioria dos supermercados, cinemas, enfim, órgãos públicos, a vaga reservada ao deficiente, a pessoa com deficiência, as grávidas, aos idosos. Mas é comum você chegar aos estacionamentos; eu não achei aqui uma vaga, eu tive que estacionar há duas três quadras, e eu sou idoso já, já tenho direito e eu tenho o meu cartão que me credencia. No entanto, o carro que está estacionado aqui à frente não tem a credencial exposta, e, isso é um crime, não importa se o veículo ou dentro do veículo tenha uma pessoa com deficiência, mas, se não tiver o cartão o seu carro está irregularmente estacionado. Então, você veja o próprio deficiente não se respeita, ele tem que ter noção de que é muito fácil tirar seu cartãozinho, basta ir à SEMTRAN, em 20 minutos você terá o seu cartão na mão e com ele você estará plenamente legalizado a estacionar na vaga que lhe é reservada, salvo, caso contrário, está irregular, portanto, comete um crime se estaciona num lugar que está reservado para quem tem o seu cartãozinho. Essa recomendação sempre que possível, nos fóruns, aqui na própria Assembleia, na OAB, os locais que têm a identificação, eu tenho feito a recomendação às portarias, aos setores de pessoal que tenham o máximo de cuidado com isso, porque o veículo se for para o funcionário da repartição pública estaciona lá, ele vai ser multado ou poderá ser multado por esse fato, e, não tem reclamação, a lei é clara, a lei está aí e ela criminaliza condutas que são atentatórias à dignidade e à mobilidade da pessoa que tem deficiência.

Então, Deputado Léo Moraes, em nome da OAB, em nome da nossa Comissão, eu quero deixar aqui consignado com o senhor que, nos regozijamos e apoiamos toda essa iniciativa que o senhor demonstra ao conduzir esse tipo de movimento, eu diria, esse tipo de evento que é muito bem-vindo e possibilita a reunião das forças, das forças que lutam pela defesa e proteção das pessoas. É um momento que possibilita discussão e o próprio reconhecimento entre os dirigentes de cada uma das organizações que lutam no dia a dia com tamanhas dificuldades em prol do seu semelhante. Muito obrigado a todos e parabéns pelo evento.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Nós que agradecemos ao Dr. Júlio Iriarte. É importante essa discussão, também, das pessoas da melhor idade que tenham seus direitos garantidos, e principalmente, que as pessoas com algum tipo de dificuldade de locomoção ou deficiência, eles compareçam ao órgão para adquirir sua carteira que legitime não somente a sua luta, como preserve seus direitos como de preferência para estacionamento. Alguma coisa que tem que ser feita também, existe lei, mas é o mínimo há de ser feito, apesar das dificuldades é fazer cumprir seu papel de ir lá retirar essa carteira. Outra coisa é que a SEMTRAN deve fiscalizar os locais públicos, se eles estão garantindo a preferência, a priori

dade de estacionamento, por exemplo, e caso não esteja, a SEMTRAN tem o seu papel, a sua obrigação de autuar, taca multa em tanta gente aí de forma equivocada, se fosse pelo menos com tanta vontade para também fiscalizar a questão das garantias das pessoas com deficiência e das pessoas da melhor idade, já seria um avanço. Então, fica aqui, também, a observação para que a Secretaria Municipal Trânsito e Transporte, que o Secretário veio aqui até nos dá um sopro de esperança de que as coisas vão acontecer. A gente vai ficar pe-rempitoriamente, semanalmente cobrando que de fato saia do papel e efetive várias políticas públicas que eu tenho certeza que ele tem condições técnicas e capacidade para fazer.

Passar a palavra para a senhora, enfim, a senhora Delcy Mazzarelo, ela é Gerente de Programas Estratégicos de Saúde, representando a SESA. E parece que também tem um vídeo aqui que a senhora Patrícia Nienow, cadê a senhora Patrícia? Tem um vídeo aqui que a senhora gostaria que passasse, não é isso? Então, complementa a fala, aproveita o ensejo, a senhora já vem aqui fazer uso da palavra, obrigado.

A SRA. DELCY MAZZARELO – Bom dia a todos. Para fortalecer ainda todos que estão aqui. Queria agradecer nesse momento a iniciativa do nosso Deputado Léo Moraes, por está sempre sensibilizado no apoio as pessoas especiais, principalmente na aquisição, Doutor, na oportunidade agradecer em nome de toda a população, a aquisição das emendas parlamentares que o senhor tem feito para beneficiar a saúde da população não só em Porto Velho como também em todos os municípios e, agradecer também a presença do Dr. André que acabou de sair, a senhora Laura Cristina, cumprimentá-la, o Coronel Davi Moroni. Queremos cumprimentar o senhor Marden Ivan; a Conselheira Edislaine; a Maria das Graças; a Soraia, que a gente teve a oportunidade de fazer um trabalho bacana com os idosos lá na Faculdade São Lucas. E o senhor Júlio Iriarte, Presidente da Comissão da OAB. E em especial cumprimentar todas as pessoas que estão aqui com interesse, imbuídas na vontade de querer ajudar as pessoas especiais, principalmente vocês que são especiais. Representar o Secretário, Dr. William Pimentel, Secretário Estadual de Saúde, ou o Dr. Maiorquim, que é o Secretário Adjunto de Estado, é muito difícil, porque eles têm o dom do conhecimento, o dom da fala mesmo, como diz o outro, mas, estamos aqui junto com uma equipe técnica que poderemos estar posteriormente, respondendo algumas questões que porventura virem a ocorrer. Queria dizer que a Secretaria de Estado da Saúde vem trabalhando já há bastante tempo nesta gestão em fazer várias ações, como uma das principais foi a implantação do CERO aqui no Estado de Rondônia e implantação de CER nos municípios, de Ariquemes, de Ji-Paraná, de Rolim de Moura, de Vilhena. Então, quer dizer, esses CER que foram implantados vêm para beneficiar também, não só o município de Porto Velho, mas, todos os municípios, os 52 municípios do Estado de Rondônia. E outras ações, como por exemplo, proporcionar os meios de locomoção, que são as cadeiras de rodas, e através de convênio com as Irmãs Marcelinas, a gente vem trazendo as órteses e próteses ortopédicas. Também as oficinas; chegou agora, recentemente, um caminhão que veio para dá o apoio total na manutenção das órteses e próteses. E o serviço do CERO que vem despoitando com os trabalhos de fisioterapia, o acompanhamento da criança com o Zika vírus, que muitas vezes, às vezes a gente pensa que o trabalho não está sendo desenvolvido, mas, está se fazendo um trabalho com todo esforço do Governo do Estado, com toda essa situação de dificuldade que vem assolando o País, mesmo assim, a Secre-

taria de Estado da Saúde vem desenvolvendo vários trabalhos. Diante dessa situação, eu gostaria de convidar a nossa Psicóloga que está aqui, ela vai apresentar os serviços que são oferecidos pela SESA. Posteriormente, nós temos aqui presente também, o nosso Diretor do CERO que poderá também fazer uma demonstração com relação ao serviço desenvolvido pelo CERO. Então, quer dizer, está bom? Não está. Nós estamos melhorando, o Governo do Estado não está parado, a Secretaria de Estado da Saúde vem fazendo um mega esforço para que todos sejam atendidos e nós estamos à disposição, em nome do nosso Secretário, em nome do nosso Governador, nós estamos à disposição. Vocês são pessoas especiais no coração dessas pessoas e especialmente aqui do nosso Deputado, esta Casa de Leis, que se dispõe a discutir os assuntos da pessoa com deficiência com a sociedade. Que quando a gente começa essa discussão, a população começa a ver os trabalhos que são desenvolvidos e os que estão faltando. E os que estão faltando voltam para que a gente possa estar aprimorando ainda mais o nosso atendimento. Muito obrigada e eu passo a palavra a nossa Psicóloga, Dra. Patrícia Nienow.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado, senhora Delcy Mazzarelo. A gente vai passar a palavra em ato contínuo para que possamos observar o vídeo.

A SRA. PATRÍCIA NIENOW – Obrigada pela oportunidade. Bom dia a todos. Vou fazer rapidamente, para não perder o tempo da discussão, que eu acho que é o mais valioso para vocês aqui, é só a título de esclarecimento de como tem funcionado a rede da pessoa com deficiência, através da Secretaria de Estado da Saúde. Aqui, rapidamente, são alguns marcos políticos que nós temos, como as Portarias que foram instituídas, o Decreto 7508 é um marco na organização do SUS, que é onde estabelece o funcionamento em redes de atenção à saúde, onde a gente não tem mais só um equipamento, mas, todos os equipamentos de saúde devem trabalhar e funcionar articulado. E também temos o Decreto 7.612, que é o Plano Viver Sem Limite, que foi um Plano discutido também pela sociedade, que isso veio em nível de Brasília e a Portaria 793 que institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência. Essa Portaria de 2012, e a Secretaria de Estado então, desde 2013 vem organizando, sistematizando e fortalecendo essa Rede no Estado de Rondônia. O objetivo da Rede da Pessoa com Deficiência. O grande objetivo é ampliar o acesso, qualificar o atendimento, integrar os pontos de atenção da Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência. Aqui são alguns dos pontos que nós temos no Estado, Unidades Básicas, Centro Especializado de Reabilitação, Centro Especializado de Odontologia, Oficinas Ortopédicas e atenção hospitalar de urgência e emergência. Não vou falar dessa questão, vou pular aqui, mas é o que todos nós estamos aqui para discutir a questão do direito e do acesso ao direito, não só ter o direito, mas ter acesso a esse direito que é fundamental.

O Centro de Especializado em Reabilitação, que é o equipamento que nós temos no Estado todo, ele é um serviço de referência regulado que presta atenção especializada as pessoas com deficiência temporária ou permanente, progressiva, regressiva ou estável, intermitentemente e contínua, severa e em regime de tratamento intensivo. É o lugar de referência de cuidado e proteção para usuários, familiares e acompanhantes nos processos de reabilitação auditiva, física, intelectual, visual, a questão das ostomias e múltiplas deficiências.

Então, esse Centro Especializado em Reabilitação, ele tem essa função de atender a quase todas as questões de

deficiência, porém, eu vou colocar aqui para vocês o que nós temos no Estado o que cada CER faz. Esse aqui são algumas fotos do CERO, o CERO é um Centro de Especializado em Reabilitação de Gestão Estadual, então quem faz a gestão desse equipamento é a Secretaria de Estado da Saúde e nesse CERO, a gente tem alguns atendimentos que depois o Rodrigo pode fazer mais esclarecimentos que ele coordena esse espaço.

Aqui um pouco dos dados, nós temos aí o último IBGE de 2010 onde nós temos cerca de trezentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e oitenta pessoas com deficiências distribuídas nas diversas situações de deficiências.

Aqui, é o que eu queria chegar para mostrar para vocês quais são os equipamentos que nós temos. Lembrando que a Secretaria de Saúde se organiza por regiões de saúde, nós temos que ter uma região onde tem os equipamentos que atende a vários municípios não só um. Então, os nossos Centros Especializados em Reabilitação, eles atendem a um quantitativo de municípios que pertencem à região de saúde, no caso, da Madeira-Mamoré que é uma região de saúde nós temos o CER que tem ali, que atende a Deficiência Física e a Deficiência Auditiva. Nós temos o CERO, mas, também nós temos convênio com as Irmãs Santa Marcelina que prestam esse serviço pelo SUS. Nós temos ali na Jamari, também temos um CERO que fica em Ariquemes, que é da Deficiência Física e Auditiva, nós temos um na central, nós temos um CER III, quando a gente fala isso são: CER I, II, III e IV são as deficiências que ele atende.

Na região do café nós temos um CER II; no Cone Sul, um CER IV e na Zona da Mata nós temos um CER II. Deficiência Intelectual então nós temos dois lugares que são, três lugares, os quatro ali que são habilitados e que prestam esse serviço.

Aqui são poucos fluxos eu não vou me ater para não demorar, mas, a gente colocou todas as nossas regiões de saúde, ele está organizado em rede e atende a população daquele território.

Um fluxo que nós temos aqui na Madeira-Mamoré, então as pessoas são atendidas na Unidade Básica de Saúde, dependendo da situação são referenciadas para a Policlínica Osvaldo Cruz e o Osvaldo Cruz é quem faz a referência para o CER, para o Centro de Especializado em Reabilitação. Não só a Policlínica, mas, também o Hospital João Paulo, faz referência quando necessário o atendimento dessas pessoas no Centro de Especializado.

Incentivos Financeiros. Para a construção do CER II, cerca de dois milhões e quinhentos; CER III, três milhões, setecentos e cinquenta e o CER IV, cinco milhões.

E a Reforma e Ampliação para o CER, cerca de um milhão. Esses são os recursos que são destinados a esses equipamentos da saúde via Ministério da Saúde, para aquisição de Equipamentos e outros materiais permanentes nós temos aí CER II, cerca de R\$ 1 milhão; CER III, R\$ 1 milhão e meio; CER IV, R\$ 2 milhões e esses equipamentos também eles recebem o incentivo através do Ministério da Saúde para o custeio desses equipamentos. Lembrando que dos outros municípios quando esse Centro de Referência está no município, é de Gestão do Município, mas, o Estado tem a responsabilidade de acompanhar e de também monitorar esses serviços, o que nosso de Gestão Estadual, ele é de custeio também da Secretaria de Estado da Saúde.

Aqui são alguns dados que vocês, provavelmente já têm, e o que eu gostaria de colocar para vocês é o que foram as ações que a gente conseguiu fazer durante esse ano de 2017 que ainda está em execução. Então, o monitoramento é acompanhamento do Centro de Especializado em reabilitação junto

ao Ministério, já teve dois monitoramentos feitos, um final do ano passado e outro este ano, que é para vê como eles estão funcionando, se eles estão conseguindo investir o investimento que eles recebem.

Segunda Edição da Campanha de Triagem Auditiva em Escolares do 1º Ano que foi uma ação realizada pelo Grupo Condutor em parceria com outras Instituições como a SEDUC, SEMED, Instituições de Ensino e Santa Marcelina, que a gente realizou a Campanha Auditiva que é fazer a triagem de todos os Escolares do 1º ano Escolar no Município de Porto Velho.

Elaboração do Projeto da Campanha de Triagem Visual. A gente está em elaboração para poder oferecer essa campanha também, mas, a gente está em estudo e trabalhando na perspectiva de também poder realizar a campanha de triagem visual. Estruturação da sala de estimulação precoce no CERO para o acompanhamento dos casos de microcefalia; Projeto de formação em órteses e próteses e meios auxiliares de locomoção, temos muita dificuldade de ter profissionais qualificados para as nossas oficinas de órteses e próteses, mas, o ano que vem a gente tem a perspectiva de ter um curso em parceria com o Ministério da Saúde para formar novos profissionais para trabalhar nessa área. Projeto de formação, reestruturação do fluxo processual, e, físicos dos meios auxiliares de locomoção. Também estamos revendo nossa portaria que tem esse fluxo para organizar e poder garantir o acesso mais rápido possível das pessoas que necessitam desse meio auxiliar. Então, era isso a apresentação, ficamos à disposição para qualquer esclarecimento. Obrigada.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito obrigado, isso é importante. A gente pede também que deixe esse material conosco aqui, como que é o nome? A senhora pode deixar? O CERO também já está aqui no vídeo, à gente só vai ouvir. Você vai fazer uso da palavra Rodrigo? É importante, porque daí a gente apresenta o vídeo e a gente sempre pede que deixe também todos os vídeos aqui para que possam nos municiar. Então, aqui nós já encerramos as falas da nossa Mesa composta, e nós vamos ouvir a todos que se inscreveram. O Rodrigo já pode fazer, o vídeo é longo ou não? Uma apresentação rápida, vamos então escutar o Rodrigo, que é importante, o Rodrigo é Diretor do CERO, do Centro de Reabilitação do Estado de Rondônia, que fica localizado na Zona Leste, e com certeza vai nos ajudar.

O SR. RODRIGO MOREIRA CAMPOS – Bom dia a todo mundo, eu agradeço a oportunidade de estar aqui, agradeço ao Deputado Léo Moraes, Presidente da Mesa, a todos da Mesa. Lembro aqui a todas as instituições presentes e principalmente as pessoas com deficiência aqui presentes que eu acho importante que a participação como sociedade civil organizada podendo reestruturar o próprio futuro. Eu sou fisioterapeuta de formação, vou apresentar para vocês o que é o Centro de Reabilitação de Rondônia. Bom, essa é uma primeira imagem que eu gostaria de apresentar para vocês terem noção da nossa organização, limpeza, os profissionais atendem de forma humanizada e com qualidade os pacientes que lá chegam, às pessoas com deficiência que lá comparecem ao atendimento. Bom, o CERO eu já falei, é o Centro de Reabilitação, foi fundado em 2014, tem aqui a missão, prestar atendimento com qualidade em reabilitação nas áreas que lá temos hoje Fisioterapia Ortopédica, Fisioterapia Neurológica, Terapia Ocupacional, Psicologia, Psicopedagogia, Fonoaudiologia em clientes com deficiência transitória ou definitiva. Nossa visão é ser reconhecido em todo âmbito estadual com referência da

qualidade de tratamento e atendimento especializado nas áreas específicas. Os valores que a gente tem é a ética, humanismo, profissionalismo, competência, inovação e excelência, isso é a nossa proposta para a sociedade, nós pensamos assim, nós queremos que seja assim. Essa é a sala nova de estimulação precoce, uma foto do atendimento da Dra. Silvia, atendendo um paciente, ele fica na Rua Petrolina, Bairro Mariana, Zona Leste de Porto Velho. População alvo: são os pacientes que chegam com encaminhamento médico ou de especialistas, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, enfermeiros encaminhando paciente para ter essa atenção no atendimento em reabilitação. A Zona Leste é um local que tem um foco muito grande de pessoas acidentadas, pessoas que passaram por procedimentos cirúrgicos ou ortopédicos, é uma população muito grande também, foi um dos motivos do Centro de Reabilitação ter sido pensado na região até por conta também que já existia um Centro de Reabilitação dentro do Ana Adelaide municipal, como existe um centro de reabilitação que presta atendimento do SUS Municipal na região central de Porto Velho, foi pensado esse na Zona Leste. As especialidades que lá compõem, eu já falei no começo a Fisioterapia, Centro de Ortopedia, Neurologia Adulto e Neuropediatria, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Psicologia, Psicopedagogia, Clínico Médico. Meios de Locomoção: o setor de meios auxiliares de locomoção no CERO, ele faz uma regulação de laudos da dispensação dos benefícios de todas as regionais do interior de Rondônia e Porto Velho, lá são dispensados cadeira de rodas e são diversas modalidades, cadeira de roda padrão, monobloco, elétrica, motorizada, cadeira de banho, andadores, muletas e outros. Esse é um caminhão da oficina ortopédica que ele está em fase de testes, a gente está conseguindo adquirir alguns insumos e colocou já à disposição do técnico Elizan para fazer a confecção de manutenção de algumas órteses de pacientes do centro de reabilitação. A nossa estrutura hoje, é de 53 servidores, sendo 28 especialistas, tem recepção, setor de boletim e faturamento, núcleo de meios auxiliares de locomoção, uma sala de estimulação precoce, salões de fisioterapia que o Ministério de Saúde, ele não preconiza consultório, ele quer que todo mundo atenda de forma multinterdisciplinar, e uma ampla recepção. As especialidades hoje, a gente coloca aqui como 10 fisioterapeutas, 3 fisioterapeutas infantis, uma psicopedagoga, 4 psicólogos, 4 fonoaudiólogos e 5 terapeutas ocupacionais. Aqui eu evidencio para vocês uma quantidade de atendimento por especialidade, eu não vou falar uma a uma, por que consta no slide e eu deixo à disposição aqui também do Deputado Léo Moraes já que ele pediu as outras apresentações, eu vou deixar isso aqui também. É importante lembrar que até agosto de 2017 o Centro de Reabilitação já atendeu mais de 4.4306 pessoas, sendo 20.777 procedimentos, cada procedimento equivale a um atendimento, então aquele atendimento do psicólogo que durou uma hora, está dentro daquele número de atendimentos lá, de procedimentos. Aqui está o número de procedimentos entregues em 2017 que também é até final de setembro, no total de 1.727 itens, dentre eles, 697 cadeiras de banho, 46 andadores adulto e 665 cadeiras de rodas, só neste ano. Lembrando que anualmente as pessoas dão entrada em novas cadeiras de rodas por que aquela se deteriora.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Rodrigo, como se faz a requisição das cadeiras?

O SR. RODRIGO MOREIRA CAMPOS – Importante, pergunta importante.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Qualquer pessoa pode ir lá e solicitar?

O SR. RODRIGO MOREIRA CAMPOS – Qualquer pessoa munida de um laudo, que a gente chama de laudo APAC, prescrita por fisioterapeuta, ortopedista, neurologista, ou terapeuta ocupacional, com esse laudo, também cópia do cartão do SUS, comprovante de residência, RG e CPF, se a pessoa não responder por ela, pode ir um acompanhante de preferência parente de 1º ou 2º grau para anexar esse laudo. É feita uma regulação e a parceria do CERO é com o Hospital Santa Marcelina, a Oficina Ortopédica do Hospital Santa Marcelina que faz essa aquisição pós-regulação. Essa regulação quando vem pelo CERO, que é o órgão da Secretária de Estado da Saúde, primeiro, passa pelo GRECSS, que é a Gerência de Controle e Regulação, para depois disponibilizar o CERO os meios de locomoção.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – E por exemplo, ali eu vi cadeira de rodas motorizadas, ela é mais cara...

O SR. RODRIGO MOREIRA CAMPOS – É alto custo.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Eu não sei se requer alguma necessidade especial ou algo a mais? Precisa?

O SR. RODRIGO MOREIRA CAMPOS – Requer, posso falar?

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Pode.

O SR. RODRIGO MOREIRA CAMPOS – Bom, além da cadeira de rodas motorizada, eu já vou ampliar outras situações; cadeira de rodas monobloco e algumas outras cadeiras especiais, por exemplo, cadeira de rodas para obeso, cadeira de banho reclináveis, elas precisam constar no laudo outros laudos, de outros especialistas; psicólogo, oftalmologista, psiquiatra, otorrino, por quê? A pessoa para poder conduzir uma cadeira de rodas dessas, especial, ela tem que ter condições psicológicas, condições físicas, isso tudo tem que estar muito bem detalhado por que é uma exigência do Ministério da Saúde. Essas exigências podem ser conservadas na tabela SIGTAP, que a gente afere nessa tabela lá, os procedimentos e a forma que ele tem que ser conduzido. Nessa tabela também do Ministério da Saúde, você pode consultar, é pública, você vê o tipo de laudo que tem que ter, a regulação do Estado que exige que a gente tenha isso em mãos, e lá também tem os custos de cada procedimento que custa para quem compra.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Então qualquer pessoa que tenha problema, dificuldade, deficiência física, assim como seus familiares podem requisitar as cadeiras de rodas lá no CERO?

O SR. RODRIGO MOREIRA CAMPOS – Podem.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Diretamente, desde que municiados de atestado, encaminhamento, diagnóstico?

O SR. RODRIGO MOREIRA CAMPOS – Perfeito. E lá no CERO, o setor de meio de locução, no primeiro contato, os servidores já tem um check list que entrega para os pacientes.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – E existem aqueles profissionais que naquele ato atestar a necessidade da cadeira de rodas, não?

O SR. RODRIGO MOREIRA CAMPOS – Então, o que acontece? Para o paciente ter o laudo, ele tem, teoricamente já passou por um profissional. Existem muitos casos que o paciente vem de uma Unidade Hospital ou passou por um encaminhamento de um ortopedista no Centro de Especialidades médicas ou na Policlínica Oswaldo Cruz, ele atesta aquilo ali, só que o retorno é um pouco mais complicado para esse tipo de especialidade. O Centro de Reabilitação, nós solidarizamos com o paciente e fazemos de tudo para tentar resolver aquilo lá mesmo, para se tornar mais breve a aquisição. Por exemplo, eu estou na direção da Unidade, todos os casos que chegam ao setor, meios auxiliares de locomoção que o paciente vai, corpo presente, e tem um problema desses, eu imediatamente já faço a reavaliação, uma nova prescrição. Para evitar o transcurso do paciente ter que voltar, fazer uma nova avaliação. Eu e os meus colegas também usualmente fazemos isso. Temos aqui na plateia uma atleta da Associação Vida Ativa, a Fabiane, ela trabalha na recepção do Centro de Reabilitação e também é atleta da Associação Vida Ativa e está aqui, ela joga basquete em cadeira de rodas, ela também por ser sensível a essas situações, e, pela manhã também nós temos o Antônio que também é uma pessoa com deficiência e trabalha na recepção, são pessoas muito sensíveis, elas trazem sempre essas situações à direção, essas demandas para a gente, não estão lá à toa, não é, é muito importante para trazer à luz essas problemáticas e a gente tenta resolver isso de forma mais imediata possível.

Bom, essas são umas das nossas ações do Centro de Reabilitação, nós conseguimos algumas parcerias, essa foi no Porto Velho Shopping, eles fecharam o shopping para o Centro de Reabilitação no Natal do ano passado, deram para a gente muita coisa, alimentação para as crianças e família, brincadeiras, brinquedos, papai Noel, foi tudo para eles, e essa demanda externa é uma forma de terapia multiprofissional, é uma forma de terapia, é uma forma ressocializar esse paciente e ressocializar a mãe, tem muitos pacientes, tem muitas mães que nunca foram ao shopping e nós conseguimos, foi um transcurso muito grande de logística, mas nós conseguimos fazer essa ação. Isso tudo, todos aqui nesta foto são do Centro de Reabilitação de Rondônia, todas as pessoas foram provenientes dessa ação. Ali o papai Noel, é o papai Noel que voz fala naquela foto no Centro de Reabilitação, e uma festa que já é tradicional que é a festa junina do Centro de Reabilitação que também com essa visão de ressocializar e trazer sempre o paciente para junto dos profissionais. Sem querer me alongar, deve ter mães aqui, parentes de pacientes do Centro de Reabilitação, e que a gente sabe que o fluxo de demanda, de necessidade dos pacientes muda conforme a necessidade de cada um, inclusive a organização estrutural do Centro de Reabilitação da forma que foi pensada até hoje, já mudou muito. Por exemplo, quando inaugurou o CERO não existia, nunca havia sido falado tanto em zica vírus, depois disso surgiu a necessidade para atendimento das crianças de estimulação precoce, estimulação precoce pelo Ministério da Saúde é pensado de 0 a 3 anos, então o CERO já se remodelou para atendimento dessas crianças. Por exemplo, existia uma sala lá chamada de Tecnologia Assistida, tecnologia assistida nada mais é do que criar meios para o paciente conviver na sociedade se readaptando, hoje o CERO está focando nesse ponto na nossa parceria com a oficina ortopédica do Santa Marcelina, então

por exemplo, o paciente que necessite uma prescrição de uma órtese, de uma prótese já sai do Centro de Reabilitação com essa prescrição orientada pelo técnico em órtese, que nós já temos lá que é o Alizan, encaminhado diretamente ao serviço que já existe que é o Centro Ortopédico do Santa Marcelina. Deixo aqui o contato do CERO que é o e-mail e o telefone da recepção e estou aberto a qualquer eventual dúvida.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado Rodrigo, uma apresentação de utilidade pública, é importante que as pessoas saibam a serventia do CERO ao que ele se propõe a fazer, e eu tenho acompanhado e realmente é um trabalho muito bonito, que atende quem mais precisa. Fui lá mais de uma vez e pude constatar pessoalmente, isso é muito importante, melhor do que a gente escutar, ouvir dizer e tudo mais, e é importante também para quem tem dificuldade de locomoção, mobilidade, os deficientes, que eles possam também entender que o CERO está lá para atendê-los. Muito obrigado. A gente vai passar a palavra aqui, o tempo é meio apertado e ainda bem que tem muitas pessoas interessadas em participar, o Giovane e o Marcos, o Giovane queria se manifestar, então avisa o Giovane Vasconcelos de Souza. O Giovane é surdo.

O SR. GIOVANE VASCONCELOS DE SOUZA (Marcos – Intérprete/tradutor) – Bom dia a todos, especialmente a Mesa aqui composta, a toda população, satisfação enorme estar aqui, abraço a todos, gostaria de cumprimentar a todos. É muito importante a presença do instrutor, a presença do intérprete no meio da sociedade, no meio da nossa comunidade, nós temos problemas com surdas que estão grávidas e não tem intérpretes na hora do atendimento e falta esse profissional, é importantíssimo a presença do profissional intérprete/tradutor. Muitas pessoas surdas acabam falecendo pela ausência do intérprete na hora de uma intervenção médica, cirúrgica, então é importante sim o intérprete, o instrutor surdo também precisa estar presente dentro da comunidade. A Dra. Márcia tem lutado muito, a Dra. Márcia tem ido às empresas fazer a fiscalização, temos visto muito preconceito. Em 2017 ficamos preocupados como vai ser a vida do surdo dentro das empresas, no mercado de trabalho, as nossas vagas não são respeitadas. Então na área de administração, na área pedagógica em todos os sentidos, em todos os setores. Então a gente vê este preconceito muito forte. E a gente está esperando com que as duas associações a SPVH e a ASRO consigam alcançar o nosso objetivo. As pessoas na verdade pegam os nossos currículos e engavetam. E o surdo precisa deste atendimento, precisa de vaga no mercado de trabalho. A gente vê a grande maioria de ouvinte conseguir, mas surdos não. As pessoas fazem exatamente isso: engavetam os nossos currículos e a gente fica à míngua, fica esperando durante muito tempo. Nós das associações, nós surdos lutamos, temos ido atrás junto com intérpretes ou não, qualquer vaga no mercado de trabalho, qualquer trabalho, em qualquer situação. No Brasil inteiro a gente vê que falta, mas, em Porto Velho é humanamente impossível pensar na nossa situação como falta. Esquecem dos surdos. Nós somos iguais aos cadeirantes, nós temos a mesma dificuldade, mas, a nossa é de comunicação. E eu nunca vi coisa igual, sofremos muito, à míngua mesmo. Então esta é a minha posição. Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – O Geovane é sempre muito envolvido. É um ativista, um lutador aí pela causa dos

surdos, e costuma mandar muito bem. Já veio aqui na Assembleia várias vezes, a gente tem lutado, foi um dos promotores do nosso projeto, foi um dos maiores incentivadores para que a gente apresentasse um projeto da necessidade do profissional de Libras durante as nossas Sessões Legislativas e também nas nossas Comissões. Já foi aprovado e agora se Deus quiser vai ser toda vez assim, com intérprete. Parabéns Geovane! Parabéns a você e a todas as pessoas que se interessam em mudar a nossa sociedade rondoniense. Obrigado.

Eu vou passar para a senhora Luciana Ramalhão, que é arquiteta da SEMTRAN para que fale a respeito da mobilidade aqui em Porto Velho. Este é um tema muito importante e a gente não pode deixar de dar ênfase e prioridade também para ela.

Eu vou pedir a todos os outros que respeitem o tempo que o Kid vai colocar de dois minutos na fala para que a gente possa ouvir a todos. Caso tenha necessidade de se prolongar faça o pedido que a gente de plano delibera.

Por gentileza senhora Luciana Ramalhão, por favor.

A SRA. LUCIANA RAMALHÃO – Bom. Boa tarde a todos. Primeiramente eu gostaria de introduzir que eu acho que este debate aqui hoje é muito importante, não só porque a calçada, eu acho que ela é um elemento fundamental da qualidade urbana e ela reflete também a qualidade de vida das pessoas. Então eu acho que a acessibilidade tem que ser tratada não só como um direito social, mas, também como de grande importância, de grande relevância. As calçadas eu acho que elas têm que atrair, não só possibilitar a mobilidade urbana das pessoas, mas como também atrair estes cidadãos a estarem caminhando, a estarem se deslocando. Existem estudos hoje de que as pessoas estão caminhando cada vez menos. Por que as pessoas estão caminhando cada vez menos? Porque não só pela forma como a cidade tem se organizado e tem crescido, nós temos cidades que elas estão cada vez mais se dispersando. Temos aí uma malha urbana cada vez mais longa e também resultado desta qualidade que a gente tem hoje das calçadas. Hoje uma calçada, ela não permite que a gente se desloque, não permite, por exemplo, que uma mulher ela ande com salto alto, por exemplo, que ela vai ter dificuldade de andar. Então nós temos estas limitações no nosso deslocamento hoje. E aí é importante a gente tratar também as ruas como um espaço de vitalidade urbana. Essa vitalidade que ela vai promover a qualidade do comércio. Se você tem uma calçada ali no seu comércio, adequada, ela vai valorizar o seu comércio e vai atrair mais pessoas ali para aquele comércio, ela vai valorizar o seu imóvel, então a calçada é muito importante nesses quesitos de qualidade urbana. E são diversos esses benefícios que a calçada pode trazer para gente, então ela vai trazer mais segurança, mais autonomia para garantir o seu direito de ir e vir, quando você tem uma calçada segura, uma calçada adequada. E quando a gente fala uma calçada adequada, a gente está falando não só de uma rampa acessível, de um piso acessível, a gente está falando de iluminação pública. Então uma calçada escura, por exemplo, que não tem iluminação ninguém vai andar ali naquela calçada. Então uma calçada que promove uma drenagem adequada na via, então todos estes tipos de questões que a gente levanta quando a gente fala o que é uma calçada de qualidade. E para complementar gostaria de falar de algumas ações também que a SEMTRAN tem feito com relação a acessibilidade, mobilidade. Hoje nós já temos alguns projetos que estão sendo desenvol-

vidos, tal como na Duque de Caxias, que já está sendo ali uma reestruturação da via e está sendo feito também, já existe um projeto de acessibilidade, que vai ser disponibilizado para os moradores construírem a calçada de forma adequada. Que hoje um dos grandes problemas que a gente tem também quando vai construir a calçada, é que a pessoa não sabe até onde a calçada dela termina, que tipo de piso ela pode colocar ali, como ela faz o rebaixamento da garagem dela. Então, todas essas orientações foram feitas dentro de um projeto que vai ser disponibilizado pela SEMTRAN para os moradores construírem a sua calçada ali de forma adequada. Nós temos outros projetos também como na Avenida Jatuarana para fazer todo o projeto de calçada ali também acessível, esse projeto já foi feito, já está sendo também como é que isso vai ser tramitado agora. Nós temos também outras demandas que recebemos, então têm outros projetos para Farquar, ali mais ou menos com a Imigrantes, que já veio uma demanda da Secretaria de Obras para a gente estar fazendo esse projeto de calçadas e, além disso, nós temos trabalhado com uma padronização de forma geral. Nós já tivemos dois estudos do Plano de Mobilidade, um que foi feito em 2011, outro em 2013, que já existiam essa padronização dentro desse estudo do Plano de Mobilidade e que nada foi feito com esse estudo até hoje. Então, nós estamos resgatando esses projetos que já foram contratados, que já foram pagos e que não foram destinados para a execução, para nada. Então nós estamos resgatando também esses projetos e também vai ser discutido isso dentro do Plano de Mobilidade. Ainda para complementar, nós temos a cartilha de calçadas que já está em finalização, provavelmente agora em novembro essa cartilha já esteja pronta para distribuir para população. Temos, inclusive, recursos de mitigação de polos geradores, inclusive, para rodar essa cartilha para estar disponibilizando para todo mundo.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Cartilha sobre o quê?

A SRA. LUCIANA RAMALHÃO - Para estar disponibilizando para todo mundo. Cartilha de calçadas, de padronização de calçadas. Então, é uma cartilha orientativa que vai falar com o cidadão o que a lei fala; como deve proceder para regularizar a sua calçada hoje conforme a lei existente. Que hoje nós temos uma lei existente que coloca a obrigação do proprietário do imóvel sendo construído ou não; seja um lote vago, ou seja, uma residência ou qualquer tipo de comércio, a obrigação do proprietário de estar construindo essa calçada. Então, mas, muitas vezes essas pessoas têm dificuldade de como ela vai construir essa calçada, então essa cartilha vai vir para orientar isso. E tem também a fiscalização, que a gente trabalha também com fiscalização, junto com o Departamento de Posturas, a gente recebe notificações, reclamações das pessoas e sempre vamos averiguar na medida do possível esses fatos in loco, notificar e pedindo que a pessoa se adeque e tome uma providência.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito obrigado. Vamos passar a palavra para uma das responsáveis de nos reunirmos aqui hoje, que procurou o gabinete, conversou com a Assembleia Legislativa e que pudemos concretizar essa Audiência, que é a senhora Temis Teodoro Gomes Cordeiro, Coordenadora Regional do Projeto de Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho da Superintendência do Trabalho em Rondônia, muito obrigado, a gente agradece o interesse e sua participação é de vital importância aqui para o debate. Muito obrigado.

A SRA. TEMIS TEODORO GOMES CORDEIRO - Bom dia a todos, inicialmente cumprimento o Deputado Léo Moraes, proponente desta audiência, Presidente da Mesa, em nome de todos os Parlamentares desta Casa cumprimento também ao Superintendente Regional do Trabalho André Munir Noak, em nome de quem saúdo todas as autoridades governamentais aqui presentes; cumprimento a Auditora Fiscal do Trabalho, Adriana Afonso Coelho Figueira; em nome da Inspeção do Trabalho em Rondônia a senhora Maria das Graças Paiva, Presidente em exercício do Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CONDEF; o Giovane Vasconcelos de Souza, Presidente da Associação dos Surdos de Rondônia, em nome de quem cumprimento as entidades civis que representam as pessoas com deficiência; cumprimento a todos os presentes; os demais presentes. E agradeço a participação de todos e a oportunidade de poder manifestar em nome do Ministério do Trabalho a respeito da questão da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e principalmente a inclusão social dessas pessoas. O dia 21 de setembro foi designado como o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, sendo essa uma das razões das atividades em alusão ao chamado Dia D, organizado pelo Ministério do Trabalho em conjunto com o Sine e o INSS. O objetivo do Dia D é a contratação das pessoas com deficiência pelas empresas que têm a obrigação do cumprimento da cota legal, este ano, no entanto, nós decidimos ampliar as ações voltadas para a inclusão social tendo em vista que, as dificuldades já expostas aqui são maiores do que somente a inclusão profissional. Ouvimos aqui, relatos de pessoas com deficiência que vezes são contratadas, mas, não se efetiva realmente a inclusão dessas pessoas no ambiente de trabalho. Muitas vezes, como foi citado pela Presidente do Conselho Municipal de Deficientes, as empresas apenas visam o cumprimento da cota e chegam ao absurdo de contratar pessoas com deficiência e deixá-las em casa, só para o cumprimento legal da cota, para não serem autuadas. Então, diante dessas dificuldades que a gente tem conhecimento, foi que pensamos numa forma alternativa de ações alusivas ao Dia D. Antes de mais nada; eu acho que é preciso dizer que a responsabilidade pela inclusão social das pessoas com deficiência, tanto nas questões que envolvem a acessibilidade quanto nas que se referem à mobilidade urbana, assim como também a dificuldade de comunicação dos surdos e deficientes auditivos, não é só do Estado e dos órgãos públicos, ela é, antes de tudo, responsabilidade de toda sociedade, de todas as pessoas. Essa é a razão, então, pela qual a Superintendência do Trabalho decidiu ampliar a questão da inclusão social, realizando várias reuniões com instituições públicas que têm o dever de solucionar essas questões e as entidades que atuam em defesa dessa causa. Em cumprimento dessa agenda, foi realizada no dia 05 de setembro, uma reunião com a participação ampliada das diversas entidades civis de pessoas com deficiência, no Auditório do Tudo Aqui, onde foram apresentadas por essas pessoas as principais dificuldades enfrentadas no seu dia a dia. Dentre as quais queremos salientar a primeira delas, que já foi exposta aqui pelo Geovane, ainda a pouco, que é a inclusão no mercado de trabalho. Compete à Inspeção do Trabalho, a fiscalização do cumprimento da cota de contratação de pessoas com deficiência pelas empresas que estão obrigadas a fazê-lo, que são as empresas que possuem acima de 100 empregados, e, que possuem matriz no Estado. Assim também, é nosso dever fiscalizar as práticas discriminatórias que limitam o acesso à relação de trabalho ou da sua manutenção por motivo de deficiência. Analisando os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do

Ministério do Trabalho – CAGED, dos últimos 04 anos, relativos ao Estado de Rondônia, constata-se que em 2014 foram contratadas 473 pessoas com deficiência ou reabilitadas. Em 2015 foram 463 e em 2016, 395. No primeiro trimestre deste ano, a Fiscalização do Trabalho aqui em Rondônia, notificou as empresas que deviam a maior quantidade de vagas para que contratassem as pessoas com deficiência. Por isso, até agora, até o mês de agosto chegamos ao resultado de 273 contratações no Estado de Rondônia. Observando os dados mais atuais, referentes ao CAGED de agosto, conclui-se que em Rondônia as vagas correspondiam ao número total de 1.137, sendo que desta quantidade 939 vagas encontram-se preenchidas, restando somente 198 vagas em todo Estado, o que é muito pouco para contemplar a quantidade de pessoas com deficiências desempregadas até o momento. Visando a solução de mais uma demanda apresentada pelas pessoas com deficiência, qual seja, aqui também foi exposta aqui pelo Geovane, de que, inclusive, mulheres grávidas, pessoas com deficiência auditiva, surdas, que precisam de atendimentos, chegam até a morrer por falta, por dificuldade de comunicação. Essa dificuldade de comunicação se dá em todos os órgãos públicos. Ou seja, na maioria, na grande maioria dos órgãos públicos que não possuem intérprete de Libras para um atendimento especializado dessas pessoas. Então, nós convocamos uma reunião com os órgãos de controle, tais como o Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado, Controladoria Geral da União, Controladoria Geral do Estado e do Município de Porto Velho e realizamos lá na sede da fiscalização, no dia 16 de outubro, essa reunião que ela visava discutir dentre outros assuntos essa baixa cobertura de atendimentos que contam com intérpretes de Libras, que contraria uma legislação, que é o Decreto 5.626/2005. Esse Decreto ele diz: que os órgãos públicos devem dispor de pelo menos 5% de servidores, funcionários e empregados capacitados para o uso e interpretação de Libras.

Um relatório de Auditoria Operacional do TCU que trata da acessibilidade nos Órgãos Públicos Federais, realizada em 2012, identificou a insuficiência de oferta de treinamento como um dos pontos críticos para que as unidades de atendimento ao público contem com pelo menos um atendente por agência com treinamento em interpretação de Libras. A competência de fiscalizar o cumprimento dessa legislação é dos órgãos de controle e por isso que nós realizamos essa reunião com os órgãos de controle. Resultando de um compromisso dos representantes dos órgãos de controle cobrarem a implementação de medidas pelos órgãos públicos para a efetividade dessa Política Pública. Para isso nós temos várias Instituições de Ensino que ministram Cursos de Libras e algumas de Braille podendo citar dentre outras, a Escola do Legislativo aqui presente fazendo a tradução. O Instituto Federal de Rondônia – IFRO, a Universidade Federal de Rondônia, Escola de Contas e o SENAI também que dispõe de cursos para qualificar as pessoas, os servidores públicos e as pessoas em geral para se comunicarem através da Linguagem de Sinais.

Visando também solucionar outro problema apontado pelas pessoas com deficiência na reunião em que realizamos, relacionados à percepção do Benefício de Prestação Continuada – BPC, o INSS através da Assistente Social Mayra Rodrigues, forneceu esclarecimentos sobre o assunto em um evento realizado no Tudo Aqui, no dia 22 de setembro também voltado para a inclusão social da pessoa com deficiência realizada pela SEAS – Secretaria Estadual de Assistência Social através da Laudicéia que está aqui presente também e

prestou esclarecimento e se colocou à disposição para atender as pessoas que estavam com problemas relacionados a essa questão.

Dentre a agenda que nós nos propusemos a implementar com o objetivo de buscar solução para os problemas apresentados pelas entidades civis que trabalham com as pessoas com deficiência, essa Audiência Pública também faz parte dessa agenda e visa, o objetivo dela junto com o Deputado Léo Moraes, nós, nos propusemos a participar conjuntamente visando que as autoridades presentes apontassem solução para os problemas apresentados pelas pessoas com deficiência.

Espero que realmente daqui surjam soluções para esses problemas, a fim de que realmente, seja implementada a Política Pública e a Inclusão Social verdadeiramente das pessoas com Deficiência, não só no mercado de trabalho, mas que essas pessoas possam com dignidade exercer a sua cidadania. Muito obrigada.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecemos a Temis, esse belíssimo nome, muito obrigado pela sua participação e que no encaminhamento a gente alerta aqui a Secretaria Legislativa para que façamos encontro mensal de todas as Entidades, Órgãos Governamentais interessados para discutir Políticas para os Deficientes no Estado de Rondônia. Isso é muito importante.

Passar a palavra para o Sr. Jailton Delogo, me perdoe se não for esse sobrenome, faça uso da palavra aqui, converse conosco, pode fazer aí mesmo, fique à vontade, só peço que ligue, está ligado, a palavra está com o senhor, por gentileza, se manifeste.

O SR. JAILTON DELOGO – Em primeiro lugar eu quero agradecer a você, Léo Moraes, por capitanear esta Audiência Pública tão importante para as pessoas com deficiência. Quero também agradecer ao Tribunal de Contas por ter me permitido estar aqui. Eu faço um trabalho no Tribunal de Contas, para quem não me conhece eu sou deficiente visual, e a minha deficiência visual ela é total desde nascença, eu sou o primeiro deficiente visual total do País a fazer um trabalho como auditor de Controle Externo de um Tribunal de Contas. Então, eu entendo ter uma obrigação moral de ser útil às pessoas com deficiência, diante dos avanços que o nosso todo Poderoso vem me permitindo ter. Então, eu fui convidado para fazer um trabalho todas às quartas-feiras para a Prefeitura Municipal aqui de Porto Velho, um trabalho votado para a pessoa com deficiência. E nós estamos com três frentes de trabalho, a primeira é um levantamento nas Secretarias do que vem sendo feito do que tinha sido feito nas gestões anteriores, posteriormente estamos fazendo um levantamento das legislações que temos para que possamos juntos discutirmos as legislações vigentes e está sugerindo alguma coisa no âmbito municipal. E aí partindo para um terceiro projeto que aqui começo a sugerir, se me permite, Deputado. Nós dividimos o município em aproximadamente quatorze polos onde nós vamos tentar provocar reuniões para ouvir as pessoas com deficiência, porque nós entendemos que é só quem vive isso é que sabe passar isso, nós ouvimos aí um depoimento muito bacana do Geovane, que é uma pessoa com deficiência auditiva que pode passar de forma detalhada as dificuldades que ele como deficiente auditivo tem, então, ninguém melhor para nos informar quais são as deficiências do que o próprio deficiente, o deficiente visual sabe as duas deficiências, o deficiente auditivo sabe as suas deficiências, então, nós temos que ir onde essas pessoas estão. Então, Deputado, cabe aí uma sugestão, se me permi-

te, essa Audiência feita aqui, brilhante ideia, mas, seria importante nós estendermos isso para o interior, as pessoas do interior também precisam falar, precisam se manifestar. Inclusive, eu sugeri isso há um ano e meio aqui para a Presidência da Casa, Excelentíssimo Maurão de Carvalho, e agora estou fazendo de público, seria muito importante também fazermos uma divisão em polos para estar ouvindo essas pessoas, estar ouvindo, estar oportunizando a pessoa do interior que sabe a sua realidade, que sabe as suas dificuldades para que a gente consiga materializar as ideias, as sugestões vindas de lá também, o que é muito difícil, por exemplo, eu estou aqui com um companheiro de Ouro Preto, que veio até aqui, quer dizer, ele veio em três pessoas, mas, lá certamente tem mais pessoas que poderiam estar dando a contribuição, e o artista tem que ir onde o povo está. Então, nós temos que ouvir essas pessoas é uma sugestão. Eu gostaria também, Deputado, porque assim é muito interessante discutirmos questões, mas, se não trouxermos nada em termo de sugestões, eu acho que a Audiência perde o cunho, perde o intuito. Então, nós fizemos uma Audiência Pública, me perdoe se eu tiver me alongando, eu vou tentar ser mais objetivo; nós fizemos uma Audiência Pública em 2014, no âmbito municipal, fizemos também no interior em Ariquemes, onde eu apresentei algumas sugestões de projeto, que eu gostaria também de apresentar aqui. Eu sugiro que nós, eu não sei se porventura já tem, até me perdoe, eu não tive realmente tempo para fazer o levantamento das Leis existentes no âmbito do Estado, mas se porventura já existe, por favor, as minhas desculpas. Mas, seria interessante que nós tivéssemos no Estado o Dia da Pessoa com Deficiência, talvez uma Lei nesse sentido, quem sabe o dia 23, que é o dia de hoje, fica aí uma sugestão. Uma segunda sugestão é o seguinte: que nós, inclusive, esse projeto foi sugerido e foi aprovado, foi sancionado pelo chefe do Executivo anterior que nós, que tivéssemos uma lei em que obrigasse as concessionárias encaminharem para as pessoas com deficiência as contas em braile. Por exemplo, a Companhia de luz está enviando para as pessoas que tem deficiência essa conta em braile para que ele pudesse acompanhar, para esse morador, pessoa com deficiência; a questão de água também, outra sugestão. Uma terceira sugestão, é uma questão muito polêmica que a gente tem, inclusive, está tendo uma discussão de âmbito nacional, é a respeito das autoescolas, existem autoescolas aqui na cidade e em todo o Estado, mas, não tem esse conhecimento de autoescola que tenha carros adaptados, não é? Então o cara é cadeirante, ele tem que fazer, como é que ele faz? Ele tem que comprar o carro antes? Então se tiver alguma autoescola, que me perdoe, mas, seria interessante de repente elaborarmos, juntos, uma lei, que obrigue essas autoescolas, que têm uma frota maior, que tenha pelo menos 10% dela com carro adaptado, ou 20%, não sei, são sugestões. E para finalizar seria interessante também que nós fizéssemos uma obrigatoriedade para o Estado, no caso de estágio, que se destine uma vaga ou determinado percentual para as pessoas com deficiência. Por que nós estamos vivendo uma realidade muito triste, no meio privado oferece-se vagas, mas, as pessoas estão ficando em casa. Será que estão ficando em casa por que as empresas não querem a pessoa com deficiência no seu órgão de trabalho? Ou será que é por que a pessoa com deficiência não está preparada para fazer o trabalho? Então é importante também nós tentarmos oferecer cursos para essas pessoas, para que essas pessoas possam se profissionalizar. Por que eu tenho certeza que as pessoas com deficiência têm condições de fazer um trabalho brilhante, um trabalho exemplar digno de aplauso, mas, tem que ter a oportunidade. Nós temos que trabalhar

esse material humano que é o material do cidadão, a pessoa com deficiência, nós temos que trabalhar o ser humano. Não é só aquele que vai receber, mas, aquele que está ali para prestar o trabalho. Então é muito importante a gente pensar nisso, nós acenarmos para isso e ter essa preocupação. Meu muito obrigado, eu quero pedir perdão se porventura me alonguei, e quero parabenizá-lo, Deputado Léo Moraes, por capitanear essa Audiência Pública, é um trabalho brilhante que você faz, eu acompanho o seu trabalho e você realmente é uma pessoa ímpar, merece os nossos parabéns. E eu quero também parabenizar a todas as pessoas que são deficientes ou que são eficientes, que estão aqui, que tiveram a coragem de sair de suas casas para discutir assuntos nossos, por que vocês estão mostrando de forma inequívoca e concludente que são pessoas que querem melhorar, que são pessoas que acreditam na melhora, por isso estão aqui. Para dar a sua contribuição, para expor a sua condição e o seu posicionamento. Meu muito obrigado, meus parabéns a todos.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – É isso aí, muito obrigado Jailton isso aí, também te conheço, sei do seu trabalho, te escuto na rádio e você contribui muito com a nossa sociedade com seu ativismo, com a tua vontade de transformar o status quo. Já estamos fazendo levantamento da existência ou não do Dia da Pessoa com Deficiência, vamos submeter ao plenário, a vocês ao final da nossa Audiência, que caso não tenha a gente possa aprovar em comum acordo. As contas, já foi debatido aqui em outro momento por entender que existe despesa para implementação dos sinais do braile e tudo mais, não evoluiu em outro momento, é algo que a gente tem que voltar ao debate, à baila, o próprio Governo Federal, ele não tem mais interesse em que tenha conta física, que é um ponto dificultador, a gente sabe. Então a gente pode retomar essa discussão. Reservar vagas também já tem previsão legal de vagas do deficiente tanto na administração pública quanto na iniciativa privada e também na disponibilização de vagas de estagiários. O que nós podemos já de imediato é encaminhar um requerimento aprovado em plenário, pode ser amanhã, a nossa equipe vai ficar atenta a isso, solicitando informações se estão cumprindo, e daí como a gente vai fazer uma reunião por mês, algo próximo disso, também vamos deliberar, a gente passa a resposta que foi dada pelas autoridades do Governo do Estado e também do município, pode ser?

O SR. JAILTON DELOGO – Ok. Em relação à sugestão das audiências se estenderem aí para o interior, como é que o senhor percebe?

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Essas audiências é algo mais delicado, porque tem toda uma estrutura armada para tal finalidade e o momento de contenção de despesas, de austeridade; acho difícil a Assembleia como Poder Legislativo que representa o espelho da sociedade, conseguir se deslocar, mas, a gente pode fazer em parceria com as Câmaras Municipais.

O SR. JAILTON DELOGO – É o que eu ia sugerir. De repente um trabalho feito com as Câmaras Municipais, a gente fazer um conjunto de Câmaras e de repente encaminhar um representante da Assembleia ou dois para poder fazer esse acompanhamento e de repente fazer leis tanto para o município e depois estender ao Estado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Até cobrar que a Comissão de Direitos Humanos seja instalada nessas Câmaras Muni-

cipais e que seja a Comissão de Direitos Humanos e temos a dos deficientes, ou de acessibilidade ou alguma coisa parecida.

O SR. JAILTON DELOGO – E contar também com o apoio dos conselhos, não é Deputado? Os conselhos municipais.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – O Conselho Estadual está aqui, o municipal está aqui e saber se existe o conselho municipal nos diversos municípios do nosso Estado também, é algo que a gente tem que levantar. Está bom, Jailton? Muito obrigado, a gente vai manter contato, o telefone seu e tantos outros já está armazenado aqui com a nossa assessoria.

O SR. JAILTON DELOGO – Perfeito. Muito obrigado Deputado. Estou às ordens.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado. Maxilene Bezerra Vieira, Coordenadora do Projeto Movidos pelo Amor ao Autismo. Por gentileza, eu vou pedir para que seja limitado em 02 minutos, apesar da riqueza e da necessidade de conversarmos, porque senão a gente não consegue encaminhar o tema aqui. Depois nós vamos ouvir os nossos colegas, também apresentar o vídeo que os nossos colegas aqui já solicitaram.

SR. JAILTON DELOGO – Deputado, só um questionamento, a questão da autoescola que foi sugerido também pode ser feito um levantamento? É o último ponto.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Podemos encaminhar.

O SR. JAILTON DELOGO – Me perdoe, Deputado, eu sei que a minha fala está um pouco prolongada, porque ficou esse ponto, eu acabei não ouvindo o senhor a questão da autoescola.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Da autoescola a gente pode solicitar informações, Jailton, do DETRAN e do sindicato a respeito da instalação, não é isso? De veículos adaptados.

O SR. JAILTON DELOGO – Na verdade a existência de veículos adaptados, porque parece que as autoescolas não têm.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – É tem que ter cuidado, solicitar informações. A legislação é regida pelo DENATRAN e CONTRAN que é o Conselho Nacional de Trânsito. A lei elaborada pelo Estado está inapta e se torna inócua, não tem serventia porque a disposição é Federal, então é melhor a gente solicitar informações e cobrar através de uma pressão política propriamente do que uma legislação, é algo que rapidamente a gente consegue esvair nesse sentido, entendeu? Então a gente tem que solicitar informações primeiramente. Obrigado a Ruth que está aqui conosco também, lutadora. Por favor, Maxilene.

A SRA. MAXILENE BEZERRA VIEIRA – Bom dia a todos. Agradeço ao Deputado Léo por essa iniciativa e estendo os cumprimentos a toda Mesa. Antes de falar que eu sou Coordenadora do Projeto Movidos pelo Amor, que na realidade é um projeto que não partiu de uma ideia, mas, de uma necessidade, eu gostaria de dizer que eu sou mãe da Marina, então a Marina representa neste momento com certeza todas as pessoas no espectro do autismo, ela está no auditório, está lá participando, está ouvindo, em alguns momentos ela fala al-

guns trechos que vocês estão falando aqui também, é isso que eu gostaria de dizer que eles compreendem, que eles entendem, que o autismo é um mundo colorido e um mundo de possibilidades, e eu gostaria de agradecer esta oportunidade. Como tem pessoas no espectro do autismo que se comunicam, tem linguagem verbal, outras não têm, mas, existem também pessoas com síndrome de Asperger que também podem vim aqui e falar das suas necessidades, mas neste momento eu estou sendo a voz dela e eu espero ser a voz de todas as pessoas e familiares do espectro do autismo. Nós coordenamos o Projeto Movidos pelo Amor há 05 anos, um projeto que tem como ênfase o voluntariado. Nós temos uma equipe de profissionais dentre esses pedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos, assistentes sociais, psicopedagogos, educadores físicos, ou seja, temos uma equipe completa que nos auxilia todas as tardes, doando uma tarde de amor. São pessoas que não são remuneradas, que não recebem financeiramente, mas, doam amor porque esse é o primeiro passo fundamental. Eu estava refletindo ali, milhões, nós temos milhões para isso, precisamos de milhões para aquilo, é importante? Com certeza. Mas, mais do que isso é sabermos realmente otimizar essas questões e essa é uma preocupação presente, e, eu enquanto centro multidisciplinar quero dizer que, e aproveitando a fala de uma mãe que também está no auditório, nossos filhos são autistas, mas, são todos os dias, não apenas hoje, nem apenas no dia D, não apenas no dia 02 de abril que é o Dia Mundial da Conscientização do Autismo, mas, todos os dias nós vivemos, nós lidamos com esta questão. Mas eu quero dizer que tenho desafios sim, mas, também somos felizes por isso, independente de denominação de religião, o importante é que eu creio que nós somos escolhidos para podermos ajudar de alguma forma a sociedade. O que eu peço neste momento é que nós reflitamos sobre o processo de inclusão. Eu sou pedagoga também. Em alguns momentos a fala da mãe, ela se mistura com a pedagoga profissional Maxilene, funcionária pública também, quero dizer para vocês e atuo na escola, e eu vejo que nós precisamos realmente de mais organização, de mais otimização. O que é que nós pedimos? É que nós possamos refletir que a inclusão, eu sei que o tempo já passou, mas, é que a gente também tem desejo de falar e eu vou só concluir. A inclusão é um processo que está sendo construído e aprendido, eu não posso dizer se ele é parcial ou que não acontece. Todos nós estamos aprendendo. Então eu peço neste momento aqui e sugiro, como eu sou educadora, em relação à inclusão, que seja revista a Lei 680, que não apenas contemple o cuidador na escola, mas, que contemple também o acompanhante especializado. Porque ele está na Lei do Autismo e eu estou verificando todos os dias essas necessidades. Imagine, eu vou chegar à escola e você não ter esta pessoa para poder atender, acompanhar a sua filha ou seu filho. Nós precisamos disso e principalmente nós pedimos nesta manhã, quase de tarde, que as leis sejam operacionalizadas, sejam cumpridas. Nestes cinco anos já participei de muitas audiências públicas, hoje eu agradeço por estar aqui, mas, eu pensei novamente: se for para apenas falar, não tem sentido, nós queremos que a Lei seja cumprida, e nós estamos aqui para ajudar. Tanto é que eu sou, espero, não sei que a Laura vai falar, mas, eu sou parceira enquanto Associação Movidos Pelo Amor e como mãe, auxiliando em uma minuta em relação ao autismo. Porque da forma que está, não dá mais para continuar, nós precisamos sim, não apenas garantir o acesso, mas, a qualidade dos nossos filhos na escola, no transporte, na saúde, no mercado de trabalho, onde

quer que seja. Porque a Constituição nos garante. Então o princípio, a Lei Magna, a Lei maior é a Constituição. E eu gostaria de dizer sim, em parceria com as famílias, sim; em colaboração com a sociedade, sim, mas que realmente, Deputado Léo e todos que aqui estão, nós estamos abertos para conversar em outros momentos também, que possamos fazer de fato com que as leis se cumpram. Muito obrigada.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Lei 680 é a minha responsabilidade, minha obrigação de cobrar informações, solicitar esclarecimentos.

Mas vou passar a palavra também para a nossa representante da SEDUC para que ela possa já também manifestar.

O senhor Paulino Marques já fica aí a postos quer o senhor é o próximo.

A SRA. LAURA CRISTINA SOUZA DANTAS – Bom dia novamente. Com relação a esta questão do professor mediador, que é uma necessidade dentro das nossas escolas, nós já estamos em processo de amadurecimento, tanto a professora Maxilene, quanto a todos que estão aqui presentes, Deputado, nós não somos contemplados. A legislação nós não temos, então por isso a SEDUC não oferta. Quem que é ofertado hoje em dia? Os profissionais de apoio, professor de sala regular, professor do atendimento educacional especializado, que está na escola, revisor cego, cuidador e intérprete. Estes nós temos. E é uma necessidade maior, a comunidade tem pedido isso, de um professor juntamente com um professor de sala de aula regular, que é o professor mediador. Muitas vezes eles dizem o professor mediador. Então este processo a gente já está em amadurecimento na Casa para ver de que forma será contratado, recursos humanos e de todos os procedimentos administrativos cabíveis.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Este professor auxiliar que se referiu a nossa colega tem previsão, ou é difícil?

A SRA. LAURA CRISTINA SOUZA DANTAS – A previsão nós não temos ainda. Não temos uma data correta de quando ele estaria na sala de aula juntamente.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Mas, existe; a Lei 680, eles estão inseridos nesta Lei?

A SRA. LAURA CRISTINA SOUZA DANTAS – Não.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Não.

A SRA. MAXILENE BEZERRA VIEIRA – É isso que nós queremos, que sejam contemplados. Não adiantam paliativos. Não adianta contratar hora extra para cumprir para suprir, nós queremos que o direito seja garantido em Lei, para que todos possam ter acesso, não apenas a Marina, mas, todas as Marinas do mundo.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – É isso aí.

A SRA. LAURA CRISTINA SOUZA DANTAS – E só para complementar a fala. A gente tem até a questão de critérios. Não são todas as deficiências que teriam direito ao professor mediador em sala de aula. Então todas estas situações a gente já está em análise, e já começamos a ter um trabalho para poder estar executando e ofertando a comunidade.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Então, vocês estão em análise que submeta, na verdade faça o encaminhamento para a gente também monitorar estas análises? Para que no momento da elaboração da política, na formulação a gente também esteja ciente do que está sendo feito.

A SRA. LAURA CRISTINA SOUZA DANTAS – E eu acho que até nesta proposta que o senhor colocou das reuniões mensais a gente possa ter um dia de pauta para falar sobre isso.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Ótimo. Iremos nos reunir. Aí eu coloquei 45 dias para não ficar puxado, difícil para que as pessoas se desloquem, mas, que também tenha efetividade...

A SRA. MAXILENE BEZERRA VIEIRA – Na realidade vai mexer com a palavra chave: orçamento. E aí então nesse momento é que não tem que haver apenas a razão, mas tem que ter a sensibilidade e tem que ter a lei cumprida na prática.

A SRA. LAURA CRISTINA SOUZA DANTAS – Mas, a nossa proposta de dá fortalecimento nessa questão, aí, a gente já tem essas reuniões de 45 dias. Então a gente pode está vindo numa pauta.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – A cada 45 dias, a gente vai debater em conjunto, a senhora vai estar presente.

A SRA. MAXILENE BEZERRA VIEIRA - Muito obrigada.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Manda abraço para a Marina. Paulino Marques a palavra com o senhor por 02 minutos. Não posso nem lhe cobrar dois minutos, porque ninguém respeitou os dois minutos, mas, se puder ser rápido para que outras pessoas sejam ouvidas.

O SR. PAULINO MARQUES – Meu nome é Paulino Marques, sou Presidente do Conselho Municipal de Direito da Pessoa com Deficiência de Ouro Preto do Oeste. Fiquei sabendo da Audiência, procurei o Município, solicitei um transporte e me encontro aqui com mais três amigos cadeirantes, porque o interior não pode ficar de fora nesses momentos tão importante para a pessoa com deficiência. O interior também é muito penalizado, eu acredito mais que a Capital. Eu vou ser bem rápido e aproveitar que alguns representantes ainda se encontram aí do Governo. Eu vou começar pela Educação em relação ao transporte no interior. Eu não sei por que, Deputado, eu não sei se é só em Ouro Preto ou se em outros Municípios acontece. Transporte, ônibus, todos os ônibus escolares, nenhum é adaptado lá no meu município, eu vou falar pelo meu município, nenhum é adaptado. Aí se cobra de por a criança na escola, a pessoa com deficiência, eu não sei por qual motivo, a maioria deles moram na periferia, nos bairros mais afastados e muitas vezes eles não são alcançados pela Educação pelo simples fato de não ter um transporte adaptado para essa criança ou esse jovem que está lá na escola exercendo o seu direito, a sua cidadania. Tem uns ônibus aí, eles colocam os meninos, carregam nos braços, passam por dificuldade, nós que somos deficientes a gente sabe. Falando em transporte, vamos falar também do transporte intermunicipal. O intermunicipal não existe um ônibus sequer adaptado, não existe. Mas vamos falar mais, vamos também não só da Educação. A Saúde, no meu município eles comprem van, micro-ônibus, tudo isso, mas, nada é adaptado. Afinal de contas quando é que vão lembrar real-

mente da pessoa com deficiência? Temos muitas leis atuais em defesa da pessoa com deficiência, mas, quem é para fiscalizar, realmente está fiscalizando? Foi falado aqui dos órgãos públicos que também não são adaptados, as empresas privadas rapidamente se consegue fazer com que ela cumpra a Lei da Acessibilidade e da Inclusão, mas, quando a gente passa para o público a coisa complica. Tivemos uma questão na justiça em relação ao Banco do Brasil, por não ter caixa eletrônico adaptado lá em Ouro Preto, depois de aproximadamente uns seis meses, recebi um convite do MP para comparecer lá para receber a seguinte informação: tinha ido um técnico lá no Banco do Brasil feito a vistoria e concluiu que o caixa eletrônico era adaptado. Agora, me diga uma coisa? O mesmo caixa que o deficiente usa lá é o mesmo que qualquer outro cidadão usa, não é rebaixado, não tem nada, que adaptação é essa? Eu não entendo porque a gente cobra, cobra. Eu vi muito aqui o seguinte: está em projeto, vai acontecer, está acontecendo, mas, na realidade é pouco. Eu sei que as coisas não vão acontecer rapidamente, as coisas vão acontecer gradativamente, mas, transporte, as autoescolas também se falaram aqui. Em Ouro Preto, as pessoas com deficiência não têm lá, as autoescolas não têm nenhum carro adaptado. Como é que eu como cidadão vou ter o meu veículo, se eu não posso fazer minha carteira, porque não tem carro adaptado.

Vamos falar também das órteses e próteses, cadeiras de rodas. Vamos lá, cadeira de rodas, a pessoa com deficiência, eu vi falando aqui da facilidade, será que é assim? No meu município não tem CER, mas, tem em Ji-Paraná que é ali próximo. Desloquei-me a Ji-Paraná, quando eu fiquei sabendo que até há um mês eu não sabia da existência da CER. Procurei lá, porque uma pessoa com deficiência que além das pernas, tem um braço também que não funciona e um médico já tinha solicitado que ele me procurasse para a gente ver como conseguiria uma cadeira de rodas para ele motorizada. Aí que eu descobri essa CER e, fui até a CER. Chegando lá foi me informado a seguinte documentação como o palestrante já falou, toda aquela documentação. Aí eu pensei: Nossa! No meu município só tem clínico geral, o restante que tiver é tudo pago; o cadeirante, é uma pessoa, esse principalmente é assalariado do benefício da prestação continuada, aquele dinheiro não dá nem para comprar a medicação que ele necessita; como ele vai pagar consultas que o ortopedista que hoje está custando lá R\$ 300, R\$ 290, por aí, como é que ele vai pagar um psiquiatra, como ele vai pagar um fono, não é? Mas mesmo assim, ele, como estava interessado, ele sacrificou a medicação dele e pagou. Montei o procedimento dele e encaminei para a CER. Me disseram que com 04 meses deve chegar. Estou tentando acreditar que sim. Como é que vai acontecer? Como é que eu cobro, se eu não oferto? Como é que o governo cobra, se ele não oferta? Na educação está sendo cobrado; a pessoa com deficiência tem que provar que é deficiente através de um atestado para poder matricular a criança na escola. Se a criança com deficiência ou qualquer criança, o direito dele é educação, se tem uma deficiência, ele quase ficou vetado, senhores, porque não tinha vaga no Postinho para agendar uma consulta com o médico. Seria para daqui a 90 dias e as matrículas estavam encerrando naquela semana. Olha o desespero que a mãe entrou! Ligo para o Secretário e falo com o Secretário Municipal de Educação: “Secretário, por que vocês estão cobrando isso e vocês não ofertam a facilidade, pelo menos, dessa mãe levar o filho ao médico. É o Ministério da Educação que cobra”. Então, por causa do Ministério da Educação cobrar, por que vocês não matriculam e cobram sim para que a mãe entregue esse ates-

tado, logo que ela consiga passar no médico. Então, Deputado, é muito complicada a nossa situação, da pessoa com deficiência. Deixa eu falar mais sobre o trabalho, o emprego. Se comentou do emprego aqui, a questão do emprego da pessoa com deficiência no interior. Eu estou falando pelo meu município que é aonde eu vivo, aonde eu conheço. No interior é o seguinte: tem umas três empresas lá que são, que a lei consegue alcançá-las. E essas empresas simplesmente contratam porque são obrigadas, não dá 90 dias esses deficientes já estão demitidos. Certa vez, uma das empresas chegou lá com documento solicitando, eu fui, sinceramente, fui ignorante com a pessoa que veio me entregar. Eu falei assim: “rapaz, aqui não é fábrica de aleijado. Você pega o seu ofício e leve lá para o seu pessoal porque eu não acredito, tantos deficientes que já passaram por lá, nenhum teve condição de permanecer nessa empresa”. Então, Deputado, precisamos vigiar a questão da pessoa com deficiência com mais eficácia, com mais carinho, porque eu não estou falando aqui o cadeirante, eu não estou falando o auditivo, nem o visual. Eu estou falando, as pessoas com deficiência no geral, porque todos nós estamos nesse mesmo barco. Eu fico cismado quando a pessoa: Ah! Especial. Especial o quê? Que especial, se não somos respeitados na maioria das vezes, não é? Então precisamos que realmente se fiscalize para que essas coisas aconteçam em prol da pessoa com deficiência. O esporte, a pessoa com deficiência, Deus me livre! No meu município temos uma equipe lá, que nem os meninos do Vida Ativa aqui tem, temos lá também o basquete em cadeira de roda, nossas cadeiras já estão no final. Os meninos sempre chamam para participar, nós não viemos porque nós não vamos passar vergonha. As cadeiras caindo aos pedaços, parece que estão até leprosas de tão velhas que estão. Mas, a gente tem o interesse de permanecer. Não recebemos um incentivo do Estado, um palito de fósforo da Secretaria de Estado dizer assim: está aí para vocês, pelo menos uma bola. Para dizer que não recebemos, eu me alterei um pouquinho, a bola nós recebemos, umas bolas que foram enviadas, feitas no presídio. E essas bolas de basquete quando nós enchemos, elas simplesmente estouraram em nossas mãos. Esse é o material que a gente recebeu. Então, essa é a realidade do interior. E eu gostaria que nas próximas Audiências Públicas o interior fosse convidado sim, mesmo que não venham muitos, mas, vindo pelo menos um representante de cada município para a Capital, já que pode gerar muito custo para o Legislativo ir lá, mas, se falou também das Câmaras Municipais, então que aconteçam essas Audiências também nas Câmaras Municipais. Está bom? E eu agradeço e muito obrigado. Foi mais um desabafo mesmo, do interior para a Capital. Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado. A gente agradece. Nós temos lá o Presidente da Câmara, o J. Rabelo, de Ouro Preto, não é isso? É uma pessoa muito sensível, a gente vai oficiá-lo para que ele promova uma Audiência também lá em Ouro Preto do Oeste para discutir as questões atinentes às pessoas com deficiência. Em relação a ir ao encontro, de repente o senhor também consegue nos auxiliar para encontrar quem são as pessoas que militam em diversos municípios do Estado. E aí a gente se organiza, daqui um tempo para fazer um grande evento, nem que esse evento, especificamente, seja no meio do Estado. Aí sim a gente consegue se deslocar com antecedência e fazer um grande debate, mas, a gente precisa avançar. Só se reunir também é o suficiente. Vamos ver qual será o avanço, fruto, desta Audiência, para daí nos municiar e nos trazer segurança para debater com o restante

do Estado. Tudo bem? Eu agradeço o nosso colega que saiu lá da galeria para auxiliar nossa Sessão, o Marcos e a outra moça, tinham que buscar filhos na escola e aí a gente consegue deixar bem evidente, bem flagrante a carência que temos no próprio Poder Legislativo para fazer a apresentação, para auxiliar os nossos surdos durante as nossas Sessões. Se existe uma lei, como é que nós vamos fazer isso durante toda a semana nas nossas Comissões Temáticas, no nosso plenário. Então fica aqui o alerta para a Mesa Diretiva da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Muito obrigado ao nosso colega que está aí. Muito obrigado pelo carinho.

Vamos chamar o José Roberto, da Federação dos Deficientes Físicos. E vai ter um vídeo.

O SR. JOSÉ ROBERTO CÂNDIDO – Antes do vídeo, eu queria fazer uma colocação aqui, que a inclusão ao deficiente, não é só acessibilidade, mas sim também o esporte. O esporte é fundamental, porque a gente tira as pessoas, muitas vezes chegamos em busca de deficiente que queria morrer, queria se matar e a gente traz ele para o esporte e ali ele começa a viver de novo. Então o nosso time de basquete, já está efetivado já há uns 11 anos, 12 anos e somos vice-campeões do norte/nordeste, nós estamos no ranking de norte/nordeste, o segundo colocado de norte/nordeste e somos no Estado de Rondônia, no ranking o 1º. Então, Sr. Deputado, eu agradeço a sua preocupação com o deficiente e queremos enfatizar aqui também um caso a respeito do Bolsa Atleta, foi um pouco, não o Senhor, mas, a votação da Casa toda, de colocar o Bolsa Atleta com uma idade de alto rendimento de 28 anos, sendo que no meio de 150, 200 atletas, separa 5 melhores atletas e aqui no Estado de Rondônia, temos 2, que quase todos os anos é o melhor de todo campeonato. Essas pessoas de alto rendimento já têm acima dos 28 anos e o basquete ficou jogado para um lado a respeito disso aí. Então, querendo enfatizar aqui, pode soltar o vídeo aqui, isso aqui foi o ano passado, fomos premiados, temos aqui, não fomos campeão, eu julgo isso aí a respeito desse 99, ele machucou o braço no primeiro jogo de basquete, isso aí prejudicou bastante o time, mas nós lutamos, fomos guerreiros, representado o Estado de Rondônia e trouxemos aqui o troféu de como vai lá fora, eu queria que o pessoal visse para ver o nosso sofrimento, o sofrimento é aqui para correr atrás disso, daquilo, passagem e tudo mais. Mês que vem, no começo do mês, temos um campeonato no Acre e nós queríamos fazer presença, sabe porquê? A gente não está levando a gente não, a gente está levando é o Estado de Rondônia, representando Rondônia lá fora. Mais para o meio do mês, nós temos o campeonato brasileiro em Goiânia e lá queremos fazer melhor do que fizemos ano passado, queremos trazer com muito afeto, estamos crentes que nós vamos trazer pelo menos, campeão. Isso que eu quero, porque eu já estou no final de carreira, mas, eu ainda vou fazer o meu melhor possível para trazer o título aqui para o Estado de Rondônia e mostrar que nós somos capazes disso aí. Pode soltar o vídeo, por gentileza.

(Exibição de Vídeo)

O SR. JOSÉ ROBERTO CÂNDIDO – Obrigado, pessoal.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Parabéns. Depois você vai ao final fazer uma letra, soltar um rap? No final a gente precisa de você para encerrar nossa audiência. É um artista aqui de toda a natureza, é desportista e artista. Muito obrigado e continue contando conosco aí na promoção do esporte

paralímpico. Nós vamos fazer um debate ainda esse ano a respeito do Bolsa Atleta que foi uma conquista que nós mediamos em que pese capenga, ainda deficiente, mas, avançou, já existe Bolsa Atleta no Estado de Rondônia, tantas outras unidades da Federação não tem, e a gente precisa ampliar o número, incluir faixas etárias e outras modalidades esportivas porque realmente está falho. Mas, graças a Deus, o pontapé foi dado, vinte anos que se discute a Bolsa Atleta e não acontecia, isso é muito importante, eu até agradeço a sensibilidade do Rodney, Superintendente de ter nos atendido nessa situação.

A Senhora Rossilena Marcolino, Membro da Associação de Pessoas com Deficiência de Porto Velho, eu fiz questão de convidá-la mesmo em cima do laço, mas, eu não poderia perder a oportunidade de ouvir essa lutadora que é a Rossilena, que eu conheço há muito tempo, na época eu era pequeno e a Rossilena, já tinha essa cara, só eu envelheci.

A SRA. ROSSILENA MARCOLINO – Bom dia a todos! Quero cumprimentar na pessoa do Deputado Léo Moraes, toda a Mesa que está aqui composta, quero cumprimentar na pessoa da Ruth, do Jailton, do Paulino que está aqui, do interior e também do Hélio, nossos colegas representando as nossas pessoas com deficiência, a Indira, o Geovani, que está aqui representando os surdos, cumprimentar todas as pessoas, as demais pessoas aqui presentes. A gente teria assim uma gama de coisas para dizer para vocês, mas, começamos primeiro dizendo que a iniciativa que foi feita aqui é muito louvável, eu corroboro a fala da colega que falou a respeito de que realmente as Audiências muito nos entristecem porque muitas vezes não passam de falácias, mas, a gente sempre está presente porque acredita que em qualquer momento, em algum lugar de alguma forma alguém vai ouvir a nossa voz e ela vai ecoar de forma positiva a surtir efeitos concretos, não basta falarmos como acabei de dizer, temos que realmente trazer algo de concreto. O Deputado está de parabéns juntamente com a Casa que abriu as portas, mas é nesta Casa, que eu gostaria de começar falando que se hoje eu deputada fosse como cadeirante, não teria como chegar aquele plenário ali e falar com as pessoas me vendo, não é que eu não pudesse falar, é alguém me ver falar estando ali naquele plenário, para começar no púlpito. A gente já falou dos banheiros, eu mesma estive aqui pessoalmente semana passada para conversar com o Deputado, em conversa com o Deputado, participei para ele que tive a necessidade de ir ao banheiro e infelizmente eu fiquei numa situação de constrangimento considerando que a porta do banheiro feminino que é destinada a pessoa com deficiência, ela não fecha, ela abre para dentro e aí a cadeira entrando, ela não consegue fechar, e tem uma porta enorme aberta bem de frente, como eu iria tirar minhas roupas, fazer as minhas necessidades com todo mundo passando nos corredores e me olhando? Essa situação, não é diferente na Câmara Municipal de Porto Velho, onde também teve uma Audiência Pública, e lá para que eu também fosse ao banheiro, passei pela mesmíssima situação, um banheiro amplo, maravilhoso, não sei se as medidas do vaso, parece que não estão adequadas também, mas isso são detalhes, mas a porta também não fechava e eu passaria o mesmo constrangimento, falei: bem, eu não vou fazer uso do banheiro, mas, eu vou fazer uso de um copo com água no bebedouro como todo mundo pode fazê-lo e ao tentar fazê-lo, pasmem vocês, se uma criança ou um cadeirante como eu, uma anã, uma pessoa anã tentasse pegar um copo com água na Câmara Municipal, ela teria que pegar uma cadeira e tentar pegar lá porque não conseguia, o bebedouro fica mais de um metro e meio praticamente de altura,

quase um metro e meio, perdão deve ser um metro e vinte mais ou menos. Pessoal, são detalhes pequenos que eu estou colocando aqui que pode parecer nada na vida de vocês, mas, na nossa faz toda diferença, beber água é importante, urinar é importante, sabe, eu vou falar uma coisa que pode até servir de piada, está fora dos parâmetros dos limites da fiscalização pública direta, mas, se eu como cadeirante quisesse ir a um motel em Porto Velho, não existe um adaptado, tem aquelas escadas lindas e maravilhosas que fazem a cama ficar belíssima para o casal ir até lá, mas, eu não consigo, eu até tentei, eu confesso, pode rir, é para rir mesmo porque é engraçado, mas ao mesmo tempo ele traz certo constrangimento. Restaurantes, escolas, banheiros de hospitais de postos de saúde, e aqui eu estou me atendo somente a Porto Velho, que é a minha geografia, o Paulino deve saber melhor e outras pessoas companheiras também podem falar melhor sobre os outros lugares. Mas, eu quero dizer também para vocês, que a Lei Brasileira de Inclusão também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, ela veio marcar, ela veio trazer um marco divisório da questão da pessoa com deficiência, a questão da mobilidade das pessoas de uma forma geral. Porque muitos acreditam que deficiente como chamam erroneamente e aí eu trago aqui para vocês que a convenção da ONU em 2008, a convenção da ONU em 2008 ela adotou o termo Pessoa Com Deficiência, não é mais deficiente, não é mais especial, não é mais pessoa com necessidades especiais, é Pessoa Com Deficiência, não é mais pessoa portadora de deficiência, pessoal, parece besteira essas palavras que eu aqui digo nesse momento, mas não são, não. Por que eu não porto a minha deficiência, eu não a levo para onde eu quero: hoje eu não quero levar e a deixo em casa. Eu sou uma pessoa com deficiência, tenho as minhas limitações, sou diferente de alguns como outros que estão aqui, mas dentro dessa minha diferença, dessa minha limitação eu sou uma cidadã que quero na plenitude da minha capacidade contribuir como tenho feito com a melhoria do meu Estado, com a melhoria do meu Município, e por que não arriscar dizer até do meu País, como já fiz muitas vezes a participar dos Congressos nacionais que discute as questões relacionadas aos direitos e as garantias das pessoas com deficiência. Somos muitos, como foi mostrado aqui, só em Rondônia são 345 mil pessoas, então assim é um número grande, e aí alguém pode pensar: “mas, eu não faço parte dele, então isso não em interessa”. Eu queria dizer para você, que se você não perecer no teu caminho, você vai envelhecer e nesse envelhecer a tua debilidade é líquida e certa, a surdez vai te vir, a cegueira vai te vir e a sua mobilidade vai reduzir, se a sua casa não está preparada para você transitar dentro dela com as suas limitações que virá no futuro é uma questão pessoal sua, mas, os locais de circulação pública e locais considerados públicos, eles devem estar contemplando todas as pessoas com deficiência, todas as pessoas com mobilidades reduzidas. Essa cidadania e essa participação plena ela deve acontecer em igualdade de condições. É preciso, por exemplo, o representante do CERO quero dizer para ele que a qualidade dos equipamentos auxiliares que são destinados as pessoas com deficiência, eu já fui contemplada em muitas falas aqui de quem me antecedeu, mas, por exemplo uma cadeira de rodas doada para uma pessoa que realmente utiliza-a na sua plenitude ir para a escola, ir para o trabalho, ir para aonde ela precisa ir, garantida pela Constituição, onde diz que o direito de ir e vir é assegurado lá no artigo 5º da Constituição é para todos, essa cadeira de rodas ela tem vida útil, pasmem, de 3 meses, quando muito 6 meses, não demora mais do que isso essa

mesma pessoa vai estar lá de novo, percorrendo de novo o Poder Público se humilhando para pegar os mesmos documentos para ela novamente ter direito a outra cadeira, que daqui a pouco vai ter a mesma situação. E aí tem uma limitação até contraditória, esquisita até, você pega a cadeira e lá está escrito que você só pode pegar outra daqui a um ano e aí? Eu conheço pessoas que me procuraram para auxiliá-las, que elas não estavam indo para a escola por que não tinha uma cadeira de rodas, por que ao longo do processo escolar a cadeira dela não teve mais condições de prosseguir. Essa pessoa estava pensando em pedir o benefício da prestação continuada, pessoas que podem benefício da prestação continuada e aqui é uma visão pessoal, são pessoas que realmente não têm condições de prover o seu sustento, de estudar, de fazer determinadas coisas e de fato elas têm essa necessidade, mas a pessoa que vai a escola, ela é produtiva, ela é capaz, ela precisa só dá oportunidade e ela às vezes é dada nesse equipamento que eu acabo de falar, uma cadeira decente, muletas e outros aparelhos auditivos e outros mais, como também no transporte público coletivo que é colocado à disposição de qualquer cidadão, que, aliás, é isso que nós somos, pessoal, nós somos pessoas que antes de tudo nós somos cidadãos como qualquer um aqui, nós temos direito a educação, a saúde, a segurança, ao transporte a tudo. Tudo que você que não tem aparente deficiência também temos direito. Eu acho esquisito, eu estranho, sobremaneira, o tratamento que é dado de gueto para algumas pessoas com deficiência, ou para as pessoas com deficiência. É um departamento X, é um núcleo Y para tratar, que não trata, mas, lá vamos dizer, é para tratar desse aspecto da pessoa com deficiência, é louvável a iniciativa? É, por que infelizmente nós esbarramos na maior barreira para o ser humano que é a barreira atitudinal, não é a barreira arquitetônica que nos impede de ser cidadão não. Não é o tipo de barreira, senão, não é a comunicacional, não, gente, está aqui eu falando com vocês apesar da minha limitação física. Está aqui o jovem traduzindo para o Geovane e para outros surdos que aqui estão. Então a barreira atitudinal, a ausência de atitude do Poder Público em conjunto com a sociedade civil, é que atrapalha o andamento de uma sociedade justa, igualitária. Eu tenho aqui também umas anotações que eu fiz para não me alongar muito, por que se deixar eu falo aqui a manhã inteira e vocês vão se cansar, e, eu não quero isso. Eu vou deixar a pergunta lançada e é claro que depois a fica a critério do Deputado Léo como vai conduzir essa situação. Falei da qualidade dos equipamentos auxiliares, quero saber também quantos profissionais do CERO tem o conhecimento de Libras para atender as pessoas que lá vão e precisam daquele serviço. De igual modo fica no posto de saúde, como já foi falado aqui, nas escolas, o profissional cuidador, como a Laura Dantas já colocou aqui para a gente, está sendo providenciado, mas, a morosidade dessa discussão, ela é prejudicial, porque eu tenho hoje, senhores, apesar de ser mulher, eu não tenho problema nenhum com a minha idade, eu tenho 49 anos de idade, e desses, pelo menos 35 eu milito na defesa dos direitos e das garantias da pessoa com deficiência. E de lá para cá, muito se fala desse cuidador, que até hoje não foi cuidado para que ele exista. As calçadas, a pessoa do município está aqui, não é? A calçada, há um capítulo específico na lei brasileira de inclusão que ela diz, que ela condiciona isso ao município, em parceria com o Estado e com a União. Ela não fala que é responsabilidade do município, a questão das calçadas. Eu sei que tem muitas discussões acerca dessa questão por que eu faço parte do CONCI DADE e ali a gente debate muito sobre a questão, mas lei é lei. A lei brasileira de inclusão, ela é o Estatuto da

Pessoa com Deficiência, é aquilo que vem definir o que é correto diante das políticas públicas voltadas para a inserção dessas pessoas. Então é preciso observar esse detalhe, para que de repente essa cartilha, ela vai ser muito legal em nível de orientação, mas, ela pode cair no marasmo por não ser o município, o responsável pela calçada e sim o poder público, é preciso levantar essa questão.

Da autoescola, como foi trazido pelo Jailton Delogo e bem falado pelo Deputado Léo Moraes, é uma iniciativa que deve vir do poder federal, porque é o DENATRAN que cuida disso. Agora nós temos deputados federais em Rondônia, nós temos uma Deputada Federal em Rondônia, que ela é pessoa com deficiência, vocês sabiam disso? Quantas vezes alguém de vocês aqui, representante da sociedade civil organizada da pessoa com deficiência ou pessoas mesmo com deficiência foi procurada por essa senhora, para saber qual é a demanda da pessoa com deficiência? Eu tenho certeza que não foi nunca, tenho certeza absoluta, porque eu a conheço nesse viés da política há mais de 20 anos, já formou aí um...., deixa pra lá. Então, a gente precisa ter representantes nos locais, a gente agradece sobremaneira a pessoa do Deputado que tem sensibilidade para nos ouvir, para promover esse momento e outros mais, que eu sei que ele já está desenhando, porque eu tenho estado com ele segurando o lápis também junto com ele para desenhar um quadro bonito para a sociedade. Um quadro onde a inclusão é a tônica dessa pintura. Atletas, querido Léo Moraes, com deficiência, eles são classificados de forma funcional e não por idade. Então essa correção que precisa ser feita aí sobre o Bolsa Atleta, tem que contemplar esses conhecimentos. Tudo isso que eu falei, senhores, e falaria muito mais, eu queria dizer-lhes que é fruto dessa barreira atitudinal e de uma frase que vai definir tudo isso que eu estou dizendo e outras coisas que foram contempladas na fala de quem me antecedeu: nada sobre nós, sem nós. Não vão fazer nada nesse Estado, nas políticas públicas, seja, ela de que esfera for, municipal, estadual ou da União, sem que fale conosco, porque embora as leis, elas digam lá que deve ser, por exemplo, uma barra de apoio para vaso sanitário, para banheiro, deva ser uma lateral e outra no fundo, eu como usuária, digo que não é bom para mim isso. Agora se uma pessoa for promover acessibilidade no seu órgão público, for promover acessibilidade no seu restaurante, no seu local de circulação pública e me convidar ou a outro colega aqui, eu tenho certeza que nós vamos lá dizer qual é a melhor forma: Mas, é individual. Não, não é. Tem coisa que ela é geral e aí a gente vai falar nesse contexto, porque se for individualizar realmente é complicado, a gente tem esse conhecimento. Eu agradeço, peço desculpas pela forma, talvez ríspida, com que eu falei até de algumas situações, mas é fruto desse silêncio que a gente tem por muito tempo, porque não é dada essa oportunidade, uma vez ela aqui; quero dizer acima de tudo, que eu estou me colocando à disposição, já falei para o Deputado Léo Moraes, do gabinete dele e de qualquer outro Deputado que precisar para contribuir, porque eu acho que é isso que nós devemos fazer, qualquer cidadão, contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Para finalizar mesmo, já falei isso duas vezes, mas agora é de verdade, eu quero agradecer aqui ao Deputado Léo Moraes de uma forma especial que ouviu um pedido que eu fiz, porque até para corroborar a fala que eu disse de que atleta é classificado pela deficiência, numa classificação funcional, vocês estão falando aqui, vocês estão vendo, vocês estão olhando para a primeira atleta de Rondônia, que trouxe para esse Estado o título de campeã mundial, nenhum outro atleta com ou sem deficiência tinha trazido ainda para Rondônia

um título mundial. E eu fui à Inglaterra em 1997, esse ano faz 20 anos e trouxe para Rondônia, esse orgulho eu tenho comigo e o Deputado Léo Moraes em reconhecimento esse ano vai promover uma Medalha de Honra de Mérito Legislativo, não é isso Deputado Léo? Como reconhecimento disso, e, eu quero desde pronto aqui agradecer e me colocar à disposição para contribuir naquilo que for melhor para a sociedade. Muito obrigada.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Nós que agradecemos, Rossilena, é bom que ela não espera a sorte chegar. A sorte prestigia os competentes, e vai atrás participa dos Conselhos. E a gente agradece e tenho certeza que você vai enriquecer muito o nosso debate e a nossa luta incessante por direitos, por garantias, por previsões constitucionais, não favores, isso não é favor, a gente não está fazendo nada aqui que seja por favor, lógico, quando se envolve com amor você faz melhor, ou faz mais bem feito, mas, é nossa obrigação lutar pelas garantias e prerrogativas constitucionais de todas as pessoas que fazem parte da nossa sociedade. Muito obrigado, Rossilena.

O Rodrigo quer responder em relação aos equipamentos. Por favor.

O SR. RODRIGO MOREIRA CAMPOS – Bom. Primeiro Obrigado pelas palavras. Parabéns pela sua história. Eu quero aqui deixar claro, evidente, que o Centro de Reabilitação de Rondônia ele regula, ele não compra, ele apenas disponibiliza após a entrada de um Laudo. Porém, todos os benefícios que existem a aquisição, ele é baseado na tabela de Sistema de Gerenciamento, na tabela de Procedimentos e Medicamentos e OPMs do SUS, que é o SIGTAP, que, inclusive, eu abri aqui: cadeiras de rodas adultas e infantil tipo padrão, para que as pessoas tenham conhecimento. A qualidade é comprada baseada neste relatório aqui, é de meu conhecimento isto. Bom. Por exemplo, descrição de cadeiras de rodas, padrão. Cadeiras de rodas tipo padrão, infantil, juvenil e adulto. É confeccionada em tubos de alumínio, liga metálica, barra aço, cromada ou com pintura eletrostática, dobrável, etc. etc. etc. Aqui estão as descrições destas cadeiras que vem. As cadeiras que geralmente o Santa Marcelina faz aquisição são de duas empresas que eu conheço até hoje. Uma é a Ottobock, que é alemã, a cadeira vem da Alemanha. E a outra é a Ortomix, que é brasileira. Até hoje, o tempo que eu estou à frente do Centro de Reabilitação são estas duas marcas que vem. Onde são utilizadas estas cadeiras? Geralmente o nosso público: ruas sem asfalto, pedras, quintais, dentro e fora de casa, muitas das vezes a manutenção e guarda desta cadeira às vezes não é feita de uma maneira ideal, com qualidade. Tem pessoas que eu já vi que mesmo tendo a cadeira de banho, o cuidador dá banho na pessoa na cadeira de rodas, por ser mais prático, e acaba molhando e isso vai deteriorando. Bom, independente de qualquer coisa a qualidade da cadeira quem responde pela qualidade do material é a fábrica. Segundo ponto: realmente existe a ...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Me diz uma coisa, Rodrigo. Você tem recebido notícias, informações de quem adquire que a cadeira é de qualidade inferior?

O SR. RODRIGO MOREIRA CAMPOS – Raramente, já apareceu. Raramente nós escutamos.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Rossilena, isso é importante porque é um debate, mesmo, a audiência tem esta fina-

lidade, ouvir a todos. Sabe o que é importante? Pessoas que conquistam esta cadeira, elas têm que relatar o problema. Porque muitas vezes elas comentam com uma segunda, uma terceira pessoa, mas, às vezes o gestor da Secretaria, o Rodrigo que também não é quem faz a aquisição, nem toma conhecimento, aí parece que está tudo bem. Uma questão que tem que ser feita, e parece que não tem qualidade, então, tem que ser feita.

De Ouro Preto o colega queria falar alguma coisa rápida, sobre esta questão?

O SR. PAULINO MARQUES - Em relação à cadeira como o senhor está comentando, existe uma parte técnica, existe uma parte nós usuários que usamos a cadeira. Essa cadeira ottobock, inclusive, tem uns colegas meus aqui cadeirantes de Ouro Preto, que utilizaram elas, elas são ruins demais, meu amigo. Queima a mão da gente, porque ela é plástica.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Ele está usando ela agora?

O SR. PAULINO MARQUES - Não, não usa mais, ele largou aquilo lá.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Quem é ele é o de vermelho?

O SR. PAULINO MARQUES - É o José Nelson, ele está ali atrás, é um cadeirante.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Cadê o José Nelson? Levanta a mão, José Nelson.

O SR. PAULINO MARQUES - Ele não jogou fora porque é até um desrespeito, mas passou para outra pessoa com deficiência que tinha necessidade e não tinha condição de adquirir a cadeira e nem de vir aqui na Santa Marcelina. Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Então só para a gente tentar entender isso aí. Está bom, então.

A SRA. ROSSILENA MARCOLINO - Deputado Léo, a título de esclarecimento. A cadeira de rodas, ela é como um calçado para você. Ela é sob medida. Às vezes compra uma cadeira de 50 centímetros de profundidade e 40 de largura e a pessoa obesa que vai usar, não consegue, ou vice-versa, uma pessoa muito magra dentro de uma cadeira daquelas. O recomendável é que você tenha um assento rígido e o encosto rígido para ela não piorar um problema de coluna que é natural ter a pessoa com deficiência física ter. Então assim, tem detalhes que é preciso que saiba para que não faça a compra inadequada. Isso aí foi um padrão, Rodrigo, que foi colocado, mas que não é obedecido, não é obedecido. A cadeira não pode ser pesada, gente. A gente tem que manuseá-la, empurrá-la com leveza, porque ela é um objeto pesado, ela vai piorar a nossa situação. Se alguém for nos auxiliar, colocar dentro de um carro, transportar para outro local, a pessoa vai sentir dificuldade em fazê-lo e aí vai até nem querer mais fazer. Só que a ideia é independência e isso não acontece quando a cadeira não é de qualidade. Eu tenho conhecimento, sim, Rodrigo, que não são vocês que definem a cadeira exatamente, mas, é ver aquela máxima de novo, nada sobre nós sem nós. E outra frase que eu faço questão de dizer, o povo sofre porque lhe falta conhecimento, meu amigo.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Tem uma questão que existe o Conselho, o Conselho pode participar desse processo decisório, não é isso? Na aquisição, na escolha, eu acho que é algo democrático, republicano, ouvir os conselhos, até porque o Estado, o Governo fortalecer os conselhos. Eu digo isso porque eu consegui encaminhar algumas criações de conselhos aqui na Assembleia, isso é importantíssimo. Eu até quero enaltecer de alguma maneira que o Governo é importante.

O SR. RODRIGO MOREIRA CAMPOS - Até informar também aos presentes, em alguns casos isolados quando eles apresentam comprovação da cadeira de rodas por quebra, o que acontece? Nós fazemos uma justificativa, o profissional faz uma justificativa do por que ele está pedindo novamente. Então, antes desse um ano que ela tinha falado, nós já estamos conseguindo encaminhar alguns processos com êxito para a aquisição de novas cadeiras. Nós entendemos isso, mas infelizmente, existe uma burocracia que tem que ser respeitada por questões de regulação. A independência de vocês, obviamente a gente entende que tem existir, a nossa luta aqui hoje é para isso.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Bom, nós vamos ouvirmos a todos desde que respeite a fala das pessoas. A Soraia, por favor, rapidamente.

A SRA. SORAIA RACHID – Eu sou mãe de cadeirante e meu filho é bem fortinho, pesa mais do que eu e, ele também é bem comprometido, ele só tem mobilidade, uma boa mobilidade mesmo com o lado direito. A questão das cadeiras e, ele usa cadeira de manhã até a noite, ele vai à escola, vai fazer fisioterapia.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Quantos anos ele tem, Soraia?

A SRA. SORAIA RACHID – Olha, essa semana ele vai fazer 23 anos. Participa de todas as reuniões que a gente vai, meu marido e eu somos bastante ativos tanto na nossa comunidade paroquial como também junto com partidos políticos e outras coisas mais, e o Alexandre está sempre em movimento. Realmente a cadeira não aguenta. Um ano para ele e esse ano teve que passar pela burocracia de pedir uma nova cadeira. Ele está hoje em Brasília com meu marido, porque tem que fazer uma adaptação para ele, aliás, todos têm necessidade de adaptação de cadeira, todos. A cadeira que vem para a gente, a gente até agradece, mas vem crua e cada um tem a sua particularidade. Então, ele está em Brasília no Sara, que o Sara faz esse serviço com excelência. Estão lá. Então essa questão é realmente uma questão que a gente tem pensar na questão da qualidade. E eu queria só falar outra coisa, a questão de andar na nossa cidade, o Alexandre, a gente não anda nas calçadas aqui na nossa cidade, calçada não foi feita, as calçadas aqui é particular, cada um faz a sua do jeito que quer; do tamanho que quer e a gente é que se vire. Então, é por conta disso as cadeiras não aguentam, gente, não tem como.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – É uma realidade. A Ruth que falar alguma coisa, não é Ruth? Usa o microfone para a gente deixar registrado aqui na Casa.

A SRA. RUTH MARIA PEREIRA DOS SANTOS – Eu quero falar sobre as cadeiras, porque eu ajudo muito o cadeirante a conseguir cadeira de roda, a associação. Então, as cadeiras

de roda são de má qualidade, sim, são, porque elas são, até eu própria tenho empurrado cadeirante é dura para você empurrar. Essas cadeiras foram feitas para deixar em casa, para o deficiente ficar em casa, não na rua. O deficiente estuda, trabalha, namora, faz é tudo. Então ele quer ser ativo, quer trabalhar, quer andar, quer ir para todo o lugar. Essas cadeiras não prestam; muleta não demora três meses ela se entorta e se quebra, sai do lugar e tudo. Só Deus sabe o que nós temos que fazer para conseguir cadeira dessas para o deficiente para poder suprir a necessidade dele. Então, senhor Deputado, eu quero que olhem por isso, ajudem a pessoa com deficiência porque essa cadeira da Santa Marcelina não atura mais de três meses, não atura mais.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – obrigado, Ruth. Só para fazer o encaminhamento, a da Santa Marcelina é outro tipo de aquisição é isso, ou é a mesma? Então, é o mesmo caso não adianta a gente se estender, é o mesmo problema que a gente vai ter que avançar. Isso nós vamos nos reunir constantemente para saber qual vai ser a solução adotada pelo Governo. Depois, Rodrigo, a gente vai continuar aqui, porque senão outras pessoas não vão conseguir falar.

João Batista da Silva, Associação dos Jornais Eletrônicos de Rondônia e da ASDEVRON, Associação dos Deficientes Visuais de Rondônia.

O SR. JOÃO BATISTA DA SILVA – Está certo. Bom dia a todos. Olha, eu vou pedir permissão para vocês para não me levantar, Primeiro, porque já me disseram que tem bastante gente na frente aqui, como eu não estou vendo vocês, vocês também não vão me ver, está bom?

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Concedido.

O SR. JOÃO BATISTA DA SILVA – Aqui atrás, me desculpa o pessoal, que eu também não vou me levantar porque eu tenho problemas. Estou tratando de saúde, mas, enfim, Deputado, primeiramente obrigado pela iniciativa de fazer esse trabalho, proporcionar, tentar proporcionar para a gente inclusão, inclusive social. E eu vim aqui e vou passar aqui três coisas que achei de interesse e também por iniciativa do Almir Coelho, que é Presidente da Associação de Jornais Eletrônicos de Rondônia, que pediu para se colocar à disposição aqui das pessoas, da equipe, do próprio Deputado, para ajudar a divulgar esses trabalhos da pessoa com deficiência, assim como ele tem feito em muitas ações. E a nossa Associação pretende em breve, está fazendo um trabalho já a pouco mais de dois anos, devido inclusive a minha filiação como Jornalista, nós temos um projeto chamado Ler com Acessibilidade, que está disponível já no site da ARJORE, www.arjore.com.br. Esse Ler com Acessibilidade facilita os cegos navegarem na internet, através de leitor de tela. Então é um trabalho, digamos assim, inédito a partir de Rondônia, que futuramente a gente deve, inclusive, contar com o apoio do Deputado para poder fazer um trabalho em nível de Estado. Essa é uma das considerações. E outra, eu queria, Deputado, aqui aproveitar tanto a presença das pessoas especiais, deficientes, como os representantes do Ministério do Trabalho, o próprio Deputado, para nos ajudar a buscar um projeto que está apresentado aqui na Casa, creio que há uns 04 meses foi apresentado um projeto, que eu sei que muita gente não conhece, mas, que é de importância absoluta para a pessoa com deficiência, dentro do contexto do trabalho. Tem um projeto circulando na Casa, tramitando, que ele trata da contratação governamental, seja no

Ministério Público, no Estado de Rondônia, nos Poderes Públicos, de 3% de pessoa com deficiência para os cargos em comissão. Esse projeto está tramitando aqui, pouca gente sabe, muitos desconhecem mesmo, eu queria contar com o apoio do Deputado para buscar esse projeto, juntar os seus pares, seus colegas e apresentar esse projeto para a sociedade e ao governo. É importantíssimo, 3% de comissionado. Essa é uma condição. Outra coisa, gente, a alteração da Lei Trabalhista que foi feita pela Presidência da República há uns meses, ela oferece para a pessoa com deficiência uma oportunidade de trabalhar em casa, foi regulamentado o trabalho em home office, E aí, eu solicito aos representantes do Ministério do Trabalho para que procurem oportunizar a nós, pessoas com deficiência, as entidades, Associações, o contato com as empresas. Nós podemos sim, de casa, desenvolver ações, ações de cobrança, ações de relacionamento, falar por telefone, trabalhar com computador, celular, enfim, trabalhar de casa. Tem cadeirante que não consegue pegar um ônibus, não consegue sozinho, o cego que não consegue andar sozinho, mas nós sim, agora podemos trabalhar de casa. E é isso que eu peço aqui ao Ministério do Trabalho para que procure nos ajudar a manter contato com essas empresas. Dizer que nós somos advogados; nós somos jornalistas, como é o meu caso; nós somos Pedagogos, enfim, nós temos diversos profissionais capacitados hoje, que às vezes não conseguem chegar às empresas, mas, que podem desenvolver um trabalho, de telemarketing... Enfim, essa é outra questão que eu quero aproveitar e solicitar do Deputado e das pessoas presentes, que nos oportunizem o trabalho a partir de casa. Por ora agradeço a todos, fiz um esforço, um sacrifício para vir aqui e espero que daqui saíam bastantes situações que nos oportunizem a verdadeira inclusão. Obrigado a todos.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito obrigado. Muito obrigado pela sua participação. A Diretoria Legislativa já está levantando, colega, saber se está tramitando esse projeto, qual que é o status dele atualmente aqui.

A SRA. ROSSILENA MARCOLINO – Eu gostaria de falar sobre esse projeto rapidamente, porque eu acho que ele tem que ser discutido muito bem.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Então, eu quero saber se ele está tramitando, pelo menos ter uma ideia do que está acontecendo.

A SRA. ROSSILENA MARCOLINO – Perfeito, perfeito. Porque é assim, uma opinião a respeito dessa questão do home office, é casos e casos. Quando a gente veio brigar pelos direitos e garantias das pessoas com deficiência, não era para ficar dentro de casa. Era para vir para a sociedade, é para estar num ambiente de trabalho onde todos estão. De repente eu ficar dentro da minha casa, eu vou ficar segregada, eu vou ficar à margem da sociedade, e a sociedade nunca vai me ver, nunca vai saber do meu potencial, a não ser um nomezinho ali no trabalho que foi feito e etc. e tal. Claro que isso é uma discussão em nível nacional, por que é de lá que vem a discussão, mas, eu estou deixando aqui a reflexão acerca da questão.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – O importante é que já existe lei que protege, que cria essa possibilidade. Agora, nós temos que estudar as nuances, os detalhes de cada deficiente, de cada atividade profissional.

A SRA. ROSSILENA MARCOLINO – Perfeito, perfeito.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – É muito peculiar assim, caso concreto. O mais importante é que tem a lei, o que eu estava conversando agora com o Superintendente, há de existir a regulamentação por Decreto, Lei vigente, beleza. Mas, tem que regulamentar se não fica tudo muito vago.

A SRA. ROSSILENA MARCOLINO – A Normatização ela vem contemplar esses detalhes que a gente está aqui neste momento trazendo à baila.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Exatamente. É que tem coisas que não passa pelo Poder Legislativo Estadual, mas outras passam.

A gente tem Instrução Normativa, nós temos Recomendação Legislativa, nós temos um monte de remédio que pode ser colocado à disposição da sociedade.

A SRA. ROSSILENA MARCOLINO – Nada de paliativo.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – O Geovane quer se manifestar, rapidamente, fala para ele que é rápido que o Geovane gosta.

O SR. GEOVANE VASCONCELOS DE SOUZA (Adevaldo Barroso/intérprete/tradutor) – Desculpa. É porque, por exemplo, ouvinte tem muitos comissionados, chega, tudo contratado comissionado, só ouvinte, contratam comissionado, várias vagas e tal, mas cadê para o deficiente? Falta isso aí, para os surdos, cadê? Parece que são palhaços? Não são palhaços.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – O que é que ele está falando?

SR. GEOVANE VASCONCELOS DE SOUZA (Adevaldo Barroso/Tradutor) – Ele está falando questão do cargo comissionado, que tem muito...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Ah! Da contratação, da contratação, o Jailton comentou a respeito aqui. Deixa eu aproveitar que eu já solicitei para o Geovane aqui: assegura o deficiente físico, prioridade de vaga em escola pública. Isso daí é algo ultrapassado, muito que eu pedi para ele, qualquer Projeto que tivesse aqui dentro. Então, a gente pode legislar com isso daqui, Dr. Júlio. Ele quer mais alguma coisa, o que é?

O SR. GEOVANE VASCONCELOS DE SOUZA (Adevaldo Barroso/Intérprete/tradutor) – É porque ele chega num canto tem um monte de ouvinte contratado tudo comissionado, mas cadê os surdos? Cadê os deficientes? Não tem. Só os comissionados que estão aí, com os Governos aí enchendo tudo aí de comissionado, mas cadê os deficientes? Então, isso é importante mesmo. Cadê os surdos? Os surdos são todos tirados fora, mas eles são iguais, são pessoas iguais, têm o mesmo direito.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Beleza. A gente já tinha feito esse encaminhamento aqui, a gente vai levantar e saber o que é que tem de legislação que é importante e é bom que não tem impacto financeiro, não traz vício de iniciativa, não é inconstitucional e a gente pode avançar. Isso também é muito

importante. A questão das contas já é alguma coisa mais difícil.

Thiago Sitta, por favor, Thiago.

O Thiago é o Coordenador Substituto da coordenadoria Estadual de Políticas de Direitos Humanos, é isso Thiago?

O SR. THIAGO SITTA – Isso.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Thiago vem aqui à frente, por favor. Você já usou essa Tribuna? É para o pessoal te ver, a Rossilena disse que é outro problema aqui que é patente, que as pessoas não conseguem ser observadas, por favor.

O SR. THIAGO SITTA - Bom dia a todos! Meu nome é Thiago Sitta, estou aqui enquanto Coordenador Substituto de Políticas de Direitos Humanos no âmbito do Executivo eu sou Psicólogo de formação, e eu queria falar um pouquinho da importância do trabalho da Secretaria de Estado de Assistência Social e de Desenvolvimento Humano dentro desse contexto das pessoas com deficiência.

Dentro da Coordenadoria Estadual de Políticas de Direitos Humanos, uma das atribuições de ordem legal é justamente a articulação com as Instâncias de Controle Social, nesse sentido é extremamente importante e fico feliz de vê que se fazem presentes os Conselhos Estaduais e Municipais, e penso, que é dever nosso e a gente tem tentado trabalhar na capacitação de Conselheiros, eu acho que essa é uma pauta altamente necessária dentro do Estado, nós temos várias Instâncias, eu sou Conselheiro Estadual de Direitos Humanos também, e sei que existe muita dificuldade por parte dessas Instâncias de Controle Social, de entender a sua formulação, suas atribuições, suas competências, enfim, a gente tem encaminhado um Projeto para execução de um grande momento de capacitação para Conselheiros no Estado.

Por fim, eu gostaria de falar que a estrutura da Coordenadoria Estadual conta com uma gerência específica para tratar das questões das pessoas com deficiência cuja responsável está presente, a Laudicéia, que é uma pessoa com deficiência e eu acho que isso é muito importante, penso que é extremamente necessária a questão da representatividade, nós temos uma mulher, na gerência da mulher; nós temos uma pessoa trans à frente Políticas LGBT, eu acho que a questão da representatividade dentro de Políticas de Direitos Humanos é uma condição sine qua non. E queria falar só um pouquinho sobre uma ação desenvolvida agora no dia 22 de setembro, já foi citado aqui, mas enfim, eu acho que é importante trazer isso, a gente teve uma programação do dia estadual, um evento que aconteceu no Espaço do Tudo Aqui que se chamou Inclusão Social, um Direito Humano, esse evento foi um evento bastante robusto do ponto de vista de parcerias mesmo. Porque é interessante pensar que as pessoas com deficiência tal como toda condição humana, elas não estarão contempladas na sua totalidade sem articulação de diversos setores do Estado, não é só assistência, não é só saúde, não é só educação, óbvio que esse tripé de seguridade social é extremamente importante, mas, existe segurança pública, existe trabalho, existe renda enfim, existem várias questões cultura, lazer. Então, eu queria agradecer aos parceiros, eu vou citar os parceiros que estão atrás do folder, que estão aqui atrás do material de divulgação, foi o CONDEF, a UNIR, o SINE, SEBRAE, Secretaria de Estado da Saúde, a Secretaria de Estado da Educação, a Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social, a Previdência Social, o MTE, a PGE, o Tudo Aqui,

o Hospital Santa Marcelina, esta Casa de Leis, o SESC, Associação Zequinha Araújo, o Açaí com Libras. É importante que mantenhamos sempre, eu acho que é importante a iniciativa da Casa de Leis, puxar essa questão, eu acho que direitos humanos vêm causando um bochicho grande, setores contrários, o fato é que causa mobilização social e é importante que o Estado, através da Assembleia, do Executivo insira as pautas pertinentes de direitos humanos para consolidação de uma política, não de igualdade porque isso é um paradoxo totalmente ultrapassado, mas, diz respeito as diferenças. Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Parabéns Thiago, parabéns, muito bom como sempre. Senhora Giuseppina Maria Fulco, Diretora Geral da Associação Casa Família Rosetta, por gentileza a palavra está franqueada a senhora.

A SRA. GIUSEPPINA MARIA FULCO – Boa tarde!

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Boa tarde!

A SRA. GIUSEPPINA MARIA FULCO – Agradecendo ao Deputado pela iniciativa, acho que assim, já participei de várias Audiências Públicas, voltada para o tema da pessoa com deficiência, porém, acredito que hoje a gente conseguiu juntar uma representatividade bem grande de instituições e de pessoas dessa área, de várias secretarias, várias instituições e vários assuntos, hoje, eu acho que atingimos um resultado positivo. Só vou dá uma sugestão para o senhor, posso? Devido ao horário o nosso auditório quase esvaziou. Eu acredito sem desmerecer quem falou primeiro, posso citar palavras, primeiro para as pessoas que são diretamente envolvidas e vivem isso na pele, que eu acho que mais do que nós que trabalhamos no dia a dia, eles têm que ter prioridade na fala. E o que a Rossilena falou nada sem nós, eu também acredito nisso por isso que eu estou fazendo fala, eu acho que isso é importante, isso vai nos servir para as próximas audiências e quem sabe iniciativa assim também o poder público realiza, eles têm que estar a Mesa, eu acho que isso é importante.

A SRA. ROSSILENA MARCOLINO - Se a Giuseppina, me permite até dizer da composição da Mesa, não vejo uma pessoa com deficiência aí.

A SRA. GIUSEPPINA MARIA FULCO – Isso eu ia falar depois, mas você falou tudo bem.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Só para contribuir, exatamente. Mas em que pese não são deficientes, são autoridades dos órgãos e repartições, que também devem apresentar o que está sendo feito.

A SRA. GIUSEPPINA MARIA FULCO – Com certeza.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Porque se não apresentar o que está sendo feito, o que adianta só apresentar os reclames que são legítimos, se não tiver essa ressonância, pergunta, resposta crítica, convencimento e por aí vai. O avançado do horário, ele é inerente à riqueza do debate, e a gente tem que ficar, se vocês já são sobreviventes e heróis da resistência; vamos ficar até o horário que nos permitimos.

A SRA. GIUSEPPINA MARIA FULCO – Por isso que nós estamos aqui.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – É uma coisa que, me desculpe, mas a gente tem que ter coragem de falar até mesmo com os deficientes porque não são até, eles são como nós, então, vão ter que ficar até o final participando do evento.

A SRA. GIUSEPPINA MARIA FULCO – Por isso que nós estamos aqui até o final. E a palavra Audiência vem do latim, Deputado, que significa ouvir.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Ouvir, isso.

A SRA. GIUSEPPINA MARIA FULCO – Ouvir significa.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Temos que ouvir a todos.

A SRA. GIUSEPPINA MARIA FULCO – A todos.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Não teve uma limitação, todo mundo que quis falar está aqui.

A SRA. GIUSEPPINA MARIA FULCO – Por isso, eu estou parabenizando o senhor pela iniciativa, pela forma também como foi conduzida essa Audiência. Bom, vamos direto ao ponto das ações. Eu represento a Casa Família Rosetta, é uma instituição sem fins lucrativos, já atua na Itália há quase quarenta anos na área da pessoa com deficiência entre outras também com dependência química. E aqui em Rondônia, trabalhamos também com pessoas com deficiência principalmente pessoas com paralisia cerebral, deficiências neurológicas e síndromes que são algumas síndromes raras que hoje não são atendidas em nenhuma outra instituição. O que eu percebo hoje na nossa realidade? Hoje, nós estamos oferecendo um serviço que abrange todas as políticas públicas que é a educação, a saúde, através da reabilitação e que também a assistência social, está a Laudicéia, que o nosso colega acabou de citar. Existe recurso público, o senhor fala da escassez, mas, também existe recursos públicos que estão sendo perdidos na nossa área por falta de iniciativa do poder público para poder canalizar esses recursos onde deveria estar, um deles eu vou citar é do Centro-Dia, é recurso federal, que foi perdido. Rondônia é o único que não conseguiu aderir a esse recurso federal, em todos os Estados da federação se implantou o Centro-Dia. A nossa Instituição faz 25 anos que está atuando como Centro-Dia na metodologia, que é da Europa, porém, apresentamos projetos várias vezes junto ao poder público, mas, o poder público não teve, não sei se foi iniciativa, ou o que foi, para poder conseguir trazer esse recurso para Rondônia, esse é um serviço essencial. Hoje nós estamos realizando atividade no Centro-Dia na área de assistência social, na área de saúde, na área de educação, estamos fazendo atendimento domiciliar, inclusive, atendemos pacientes em abrigo por que temos pessoas com deficiência sem família ou que a família já morreu e não tem ninguém no mundo, estão morando na Instituição. Estamos fazendo serviço domiciliar, que hoje só a SESAU tem esse serviço para alguns pacientes, mas, são pacientes com paralisia cerebral grave que necessita do atendimento em domicílio. Nossa profissional, nossa fisioterapeuta, e, a equipe multiprofissional também vai ao seu serviço. Hoje a Casa não está contando com o apoio do poder público. A minha proposta em termos concretos é por que não tem que ser só reclamação, é que eu acho que se hoje existe uma lei muito importante, além do estatuto da pessoa com deficiência, que eu acho que só eu e a Rossilena citamos, mas, esse é o nosso documento oficial em

termos legislativos tem que ser mais conhecida, mais mastigada, uma proposta na reunião que a gente vai ter mensalmente, quem sabe a gente possa conhecer melhor esse estatuto e conseguir concretizá-lo dentro da nossa realidade. Por que o Brasil é o país que tem as leis mais lindas do mundo em várias áreas, inclusive, na área da pessoa com deficiência, mas, na prática ainda estamos distante de muitas coisas. Essa é uma proposta concreta. A segunda proposta é orçamento, nada se faz sem dinheiro, se a pessoa com deficiência realmente é prioridade, no orçamento do Estado, na lei do orçamento do Estado, inclusive, uma porcentagem das emendas parlamentares, Deputado, tem que ser destinada a essa população, de forma clara, efetiva e contínua. Por que hoje, por exemplo, nossa Instituição está vivendo uma realidade bem precária por quê? Perdemos diversos convênios com o poder público, convênios que tínhamos há 20 anos por inúmeras razões que não estou a citar, mas, que criou uma dificuldade enorme na gestão criou, mas, nós estamos como o senhor disse, somos lutadores? Somos, mas não é justo, por que quem pega as consequências disso é a população. Nós estamos continuando oferecendo um serviço com muita dificuldade, mas, estamos, por que acreditamos realmente na nossa missão que é dá poder, dá autonomia as pessoas com deficiência, essa é a nossa missão. Agora o que eu peço para o senhor e eu espero que isso seja estendido aos outros Deputados desta Casa que realmente agora estamos num período de votar o nosso orçamento do Estado, que vamos fazer um gesto concreto, vamos sair além das palavras e concretamente vamos colocar no orçamento quais são as necessidades para atender essa população em todas as áreas. Hoje eu represento a Casa Rosetta, mas tem também APAE, tem também a Pestalozzi, tem um monte de Instituições que aqui vive a mesma realidade. Por que não fazer um levantamento das necessidades das Instituições e propor para vocês para saibem o que nós precisamos é muito pouco. O senhor falou da questão de falta de recursos públicos, hoje a Lei 13.019 que a Lei do terceiro setor, é chamada, permite realizar parcerias com o poder público para poder público, não é a palavra certa descentralizar, é colaborar, a sociedade civil colaborar com o poder público para executar determinados serviços. Quem executa na prática as políticas públicas também é a sociedade civil, eu acredito que merece uma atenção muito especial nesse ponto de vista. Eu peço desculpas se estou passando do tempo, mas, isso eu acho que é importante. Eu acho que assim, fazer um levantamento com as Instituições quais são as necessidades que as Instituições precisam, por que hoje eu posso precisar de uma porcentagem do poder público, o restante eu capto com outras fontes, isso quem ganha é a população. O Estado hoje não tem mais recursos para investirem em criar novas estruturas, mas podemos fechar parcerias.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Só uma dúvida, vocês tinham parcerias, convênios com o Estado é isso?

A SRA. GIUSEPPINA MARIA FULCO – Com o Estado nós chegamos a fazer, acho que a colega da SESAU foi embora, mas, a Mazzarello pode citar, nós pedimos o credenciamento como CERO, como Centro de Reabilitação por que já trabalhamos com isso há 25 anos, porém, a equipe veio informar que não poderia credenciar por que nós tínhamos que contratar toda equipe incluindo médico. Eu estou pedindo credenciamento para executar o serviço, eu tenho que pagar primeiro o profissional, não tenho recurso, eu tenho que pagar o profissional para poder funcionar. É um absurdo, Depu-

tado, como é que eu vou me credenciar como Centro em uma entidade privada? Não tem como. E a prioridade foi dada para as instituições públicas, essa é a informação que foi passada, mas, eu já sei que Porto Velho está criado um CER, criou um CER na Ana Adelaide, parece que vai criar outro. Nós solicitamos também que fossemos credenciados, porque estamos na zona sul, atendemos a demanda de diversos bairros, porque não credenciar? Agora estamos implantando uma piscina para fazer hidroterapia, acabamos de inaugurar um espaço de psicomotricidade, ou seja, estamos oferecendo um serviço completo, que eu acho que nem o Estado tem talvez, porque não colaborar com uma instituição que está aqui há 25 anos, tem uma metodologia reconhecida, temos profissionais extremamente capacitados, estão aqui presentes, a nossa terapeuta ocupacional e a nossa psicóloga, que estão aqui hoje na audiência também, eu acho que merece uma atenção esse tipo de demanda, não pela Casa Rosetta, mas, pelas pessoas que nós atendemos. Eu penso que isso poderia ser um ato concreto, de poder colaborar com essa causa, colocando no orçamento. Eu acho que é isso. É isso, hoje atenderia essa demanda. Obrigada pela oportunidade.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – A D. Mazzarelo tem conhecimento a respeito desse convênio que poderia ser feito?

A SRA. DELCY MAZZARELO – Sim. Nós temos, inclusive, eu recebi esse projeto dela, foi discutido, porém, como é uma entidade filantrópica, o Ministério da Saúde, ele não disponibiliza para ser habilitado. Outra situação que nós temos em Porto Velho, foi na época que estava sendo implantado o CERO e também tem o CER do município, que fica ali ao lado do Ana Adelaide, se o Rodrigo quiser acrescentar mais alguma coisa, e aí ficou nesse estudo e nós não concluímos ainda. Se o Rodrigo quiser falar alguma coisa.

A SRA. GIUSEPPINA MARIA FULCO – Inclusive, Deputado, se me permite só uma palavra que eu vou responder à senhora: muitas pessoas..., porque o CERO tem algumas limitações em termos de atendimento, tem certo número de procedimento que pode oferecer ao paciente. Nós temos pacientes que muitas vezes que saíram do CERO e vêm na nossa instituição para serem atendidos. E há essa dificuldade, inclusive, nós recebemos uma demanda do poder público, a grande maioria vem do poder público, eu acho que seria o mínimo de contrapartida do poder público, correta para poder auxiliar, não é manter, é auxiliar, porque a gente consegue outras fontes também, mas, alguma parte tem que ser.

O SR. RODRIGO MOREIRA CAMPOS – O que eu tenho para falar aqui sobre o credenciamento e habilitação desse Centro de Reabilitação, é o seguinte: Todo Centro de Reabilitação, para ser habilitado e credenciado via Secretaria da Saúde, no Ministério da Saúde, ele tem que seguir o modelo, segundo Plano Nacional dos Direitos da Pessoa Com Deficiência, Viver Sem Limite, que foi criado em 17 de novembro de 2011, através do Decreto 7.612. Ali fica definida a estrutura mínima, física, que o Centro tem que ter, e, quantidade de profissional mínimo também para cada habilitação, se for Centro de Reabilitação nível II, III ou IV. Além do Centro de Reabilitação nível IV, existe a oficina ortopédica também que pode ser credenciada e habilitada. Esse 4 Centros de Reabilitações, podem ser na modalidade visual, auditiva, intelectual e física. Em Porto Velho, o CER municipal não é credenciado, é habilitado. O Centro de Reabilitação ainda não é credenciado, é habilitado, porque

nós precisamos seguir essa regra, que também exigiram dela, por isso nós também não somos habilitados e credenciados. Nós funcionamos como Centro Especializado em Reabilitação, porém, sem habilitação e credenciamento. Hoje o único Centro habilitado e credenciado em Porto Velho, é o Centro de Reabilitação Auditiva do Santa Marcelina e físico do Santa Marcelina, como CER II.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Entendido.

A SRA. GIUSEPPINA MARIA FULCO – Mas, existe também na área de Assistência Social, Deputado, por que exemplo, a Laudicéia colocou, tem o Centro-Dia, que é da Secretaria Estadual de Assistência Social, eu reúno recurso que poderia..., que o Centro-Dia é um serviço que permite as pessoas com deficiência frequentarem durante o dia o serviço onde a pessoa pode receber diversos atendimentos e se socializarem e poderia ser idealizado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – A Laudicéia quer falar a respeito do Centro-Dia.

A SRA. LAUDICÉIA – Para mim ainda é bom dia que eu ainda não almocei, apesar de que são quase 14 horas. Mas bom dia a todos os presentes que continuam permanentes aqui nesta Plenária. Em resposta ao que a Giuse está fazendo a todos nós, que aqui esta Audiência é para isso mesmo. É para que o Estado seja cobrado nas ações para pessoas com deficiências, eu não vou me eximir de estar respondendo. Mas 2011 realmente o que o representante do CERO está falando sobre o Projeto Viver Sem Limites, ele foi extinto e este projeto do Centro-Dia ele foi assinado em 2013 pelo ex-secretário da SEAS, Secretário Márcio e ele foi compactuado, sim, foi feito o Termo de Aceite; foi apresentado nos Conselhos que era uma das diretrizes o que nós seguimos da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e da Secretaria de Assistência. Infelizmente eu fui exonerada em 2014, em janeiro de 2014 no período de implantação do Centro-Dia. Este recurso ele tinha como contrapartida dos três entes federais que seria o Governo Federal, iria disponibilizar 40.000 mensagens durante seis meses, durante a implantação e o Governo do Estado iria disponibilizar R\$ 20.000,00 também durante a sua implantação. E esta responsabilidade de fazer, oferecer os serviços seria do município. Aonde nós tivemos a dificuldade no momento. E também foi exonerada e aí eu não procurei mais saber. Quando eu retornei em 2015 foi uma das primeiras coisas que eu busquei saber e até mesmo dentro do Conselho, já que o Conselho também seria responsável de fazer esta fiscalização, este controle social, para que ele pudesse estar fazendo esta ação para a pessoa com deficiência e este recurso eu não sei te dizer, Deputado, se retornou. Mas, o recurso do Estado, ele foi assegurado no Plano Estadual, ele foi assegurado no PPA da SEAS para que pudesse ser implantado este Centro-Dia. Mas, eu gostaria de também fazer a fala que nós já estivemos em busca desde o ano passado, quando eu retornei o ano retrasado e nós buscamos a Giuse que a Família Roseta é uma instituição bem conceituada. Nós fizemos, no caso, um monitoramento para ver se havia ainda a implantação deste Centro-Dia e nós buscamos através da senhora Deusina que é da Secretaria Nacional, do MDSA, para que houvesse a possibilidade de fazermos o remanejamento deste recurso, para que a gente pudesse estar fazendo este serviço. Mas, infelizmente a resposta que ela me deu através de e-mail, foi que este recurso retornou para Brasília e não podemos aproveitar este recurso,

infelizmente. Então depois disto nós já fizemos algumas reuniões com a família Roseta mais o Município e esta nesta articulação, tanto com a SEAS e a Prefeitura. Aí, depois disto eu não tenho mais, assim eu entrei em contato com a Secretaria Nacional e este projeto que era o Plano Viver Sem limites, ele foi extinto em 2015, foi a resposta que eu recebi da Secretaria Nacional pela senhora Deusina. É o que tenho a falar.

A SRA. GIUSEPPINA MARIA FULCO – Eu acho assim, Laudicéia, concordo com o que você disse, porém, a população precisa. Nossas crianças, a família que nós assistimos, anualmente nós estamos assistindo mais de 800 pessoas que estão recebendo os nossos serviços e recebendo diversos serviços. Eu acho que assim, compreendo que a União não tem mais, mas o Estado e o município que aqui não estão presentes, mas, a gente pode depois fazer uma fala. Eu acho que é interessante que fizesse, colaborasse com este serviço. Eu acho que a gente pode estar pensando em outras formas já que existe a Lei 13.019 quais são as outras formas que nós podemos estar buscando para buscar esta colaboração. Independentemente deste recurso federal que como você disse que foi perdido, infelizmente. Mas se pode buscar outras maneiras, juntos, para poder potencializar os recursos. Eu acho que o Estado, o município, a sociedade civil se unindo, eu acho que as coisas podem fluir melhor. Eu acredito nas parcerias, acredito no trabalho, e você viu nossos serviços. Eu acho que é assim podemos, temos condições de garantir estes serviços, com eficiência, com eficácia, e com qualidade, que este é o objetivo. Mas, precisamos do apoio financeiro do Poder Público, é isso que eu estou pedindo hoje, em nome destas pessoas que nós atendemos. Crianças, adolescentes com paralisia cerebral, síndromes e deficiências neurológicas, nós precisamos.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito obrigado. Nós agradecemos a sua participação. Nós temos alguns encaminhamentos para serem feitos e já foi avisado que daqui a 20 minutos nós teremos uma Sessão Solene com outro tema aqui na Assembleia e nós vamos ter que esvaziar, daqui a pouco vai ser a expulsatória de todos nós aqui. Então, vamos fazer o encaminhamento antes que seja tarde. Outro adendo que deve ser feito em relação à fala da família da Casa Rosetta, destinação de recursos públicos através de emendas parlamentar, já existe medida impositiva do nosso orçamento, 30% dever ser encaminhado à questão da saúde e várias entidades já conseguem perceber esse montante aqui na Assembleia Legislativa. A nossa maior preocupação é que dentro, por exemplo, do orçamento, como a senhora disse, vota até dia 15 de novembro, tem que entender o que está sendo feito dentro da peça orçamentária que irá vigorar em 2018. Esse é o grande desafio e que deveria partir logicamente do governo do Estado. Às vezes, a maioria das vezes quando se apresenta uma emenda aditiva à peça orçamentária, ele é vetado por ser vício de iniciativa, por que isso daí deve surgir lá de dentro do Poder Executivo. É uma questão legislativa viciada, quando você apresenta de imediato se veta. Então, o Poder Executivo tinha que ter, sempre tem que encaminhar essa peça pensando nas entidades e no trabalho assistencial aos deficientes e tantas outras coisas que estão sendo colocadas. Essa prerrogativa tem que se debater, lógico, e a gente nunca se vai se furtar em fazer. É mais que o orçamento, eu não vou me furtar em falar qual é o procedimento, *modus operandi*. Isso já sai daqui até 15 de novembro obrigatoriamente, por mais que se coloque uma emenda vai se atender exatamente o que chegou, porque tem vício, por exemplo, ainda mais no caso de gasto como é a

questão que foi aventada pela senhora Giuseppina, uma coisa importante de se falar. Relatório que a Temis, participou juntamente com o Superintendente lá no Tudo Aqui, a reunião com o Thiago também já pincelou aqui. Vocês viram que saiu um documento da Superintendência, vocês acompanharam? O Thiago, todo mundo, Laudicéia, em relação aos tópicos abordados?

A SRA. LAUDICÉIA – Eu gostaria de fazer, assim, algumas propostas, também, Deputado. Por gentileza, eu também sou uma pessoa com deficiência, sou militante dos movimentos de pessoas com deficiência até em nível nacional. Então para mim eu não posso sair daqui, eu tenho que participar, eu tenho que propor também, eu tenho que fazer valer o direito da pessoa com deficiência.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Proponha minha amiga.

A SRA. LAUDICÉIA – Nós temos uma legislação bem recente há dois anos, a Lei de Inclusão que é a Lei 13.146, de 06 julho, de 2015, ao qual ainda a maioria sociedade ainda desconhece, ainda desconhece também a Lei de Cotas 8.213, que obriga as empresas a nos dar, a garantir vagas para pessoa com deficiência e a gente vê que a pessoa com deficiência parece que ela vive mendigando. Em tudo que nós vamos fazer: obrigado, obrigado, obrigado. Como se fosse favor, isso daí não é favor, é um direito, é garantir o nosso direito. Então, nós, pessoas com deficiência, eu tenho aqui, por gentileza só um momento, eu gostaria que essas audiências fossem itinerantes para que as pessoas com deficiência dos interiores, nas regionais que a SEAS tem 10 regionais, que elas pudessem também ser, para participar dos movimentos sociais de pessoas com deficiência. E eu gostaria de saber, também, Deputado, se nessa nova construção da sede da Assembleia Legislativa, já que nós temos um Decreto 5.296, de dezembro de 2004, a qual garante acessibilidade nas repartições públicas ao qual ela nos dá, ela preconiza a Lei 10.048, 10.098, ao qual essa Lei dá obrigatoriedade para as repartições públicas ou privadas, sendo ou não em projetos ou as repartições públicas antigas, prédios públicos eles serem adequados, eles serem realmente adequados às nossas necessidades, não somos nós pessoas com deficiência que devemos adequar ao sistema e sim o sistema que tem que se adequar às nossas necessidades. Então, essa é uma das propostas e no dia 21 de setembro para nós, pessoa com deficiência, é um dia muito valioso para nós, é um dia que nós comemoramos a nossa luta, as nossas conquistas, os nossos avanços e eu espero, Deputado, que é o nosso dia...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – É o Dia Mundial, é isso?

A SRA. LAUDICÉIA – É um dia nacional, o dia mundial é o dia 03 de dezembro, que é o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. E eu gostaria também de propor, Deputado, que nós dentro do calendário estadual, sejam colocadas no calendário Estadual as datas alusivas de pessoas com deficiência, principalmente esse dia 21 de setembro.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – 21 de setembro é o Dia Nacional?

A SRA. LAUDICÉIA – É o Dia Nacional. Que é o dia que todos os movimentos de pessoas com deficiência, nós nos organizamos, é um momento de reflexão, é o momento de nós mos-

trarmos aos serviços públicos, quem é de movimento social, mostrar o que ainda falta ser feito, ainda falta avançar.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Então, Laudicéia, só estou preocupado, pode acelerar aí, antes que a gente seja expulso daqui do plenário.

A SRA. LAUDICÉIA – Eu estou acelerando, Deputado, que eu falo muito.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Seja concisa.

A SRA. LAUDICÉIA - Nós estamos na SEAS, na Campanha Estadual de Criação de Conselhos Municipais. Nós efetivamos esse Conselho, o Conselho Estadual e nós estamos em período de campanha, o qual vai até o dia 10 de novembro a Campanha Estadual de Conselhos, para a criação de Conselhos nos municípios. Eu gostaria que ficasse também aqui a nos-
sa...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Quantos Conselhos municipais nós temos?

A SRA. LAUDICÉIA – Nós temos 13 Conselhos de pessoas com deficiência, 13 Conselhos Municipais de Direitos da Pessoa com Deficiência, e ativos nós temos 08 Conselhos. Eu gostaria também de colocar que eu acredito que nenhum movimento social se lembrou e eu recebo quase que diariamente, para a SEMTRAN, é o bloqueio do cartão Sim, a pessoa com deficiência entra no ônibus e é bloqueado. A pessoa com deficiência está pagando, ou, o idoso. Até que o idoso não está sofrendo tudo isso, mas, a pessoa com deficiência está pagando e é um direito garantido. Esse estatuto garante que a gente seja isento desse pagamento.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Isso já foi encaminhado à Defensoria Pública, por exemplo, ou ao Ministério Público?

A SRA. LAUDICÉIA - Eu fiquei sabendo a través da Associação, da ASDEF, que a Ruth estava aqui, talvez ela nem lembrou...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Já foi, Rossilena? Porque nós temos que fazer alguma coisa.

A SRA. LAUDICÉIA - E também da Associação de Surdos...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Isso não é uma ação política, é uma ação legal. Já foi política, passou por isso. Então a gente tem que ir ao Ministério Público, à Defensoria propor uma ação, um mandado de segurança, alguma coisa deve ser feita.

A SRA. LAUDICÉIA – Quanto às calçadas, principalmente aonde, ali na Sete de Setembro aonde tem as lojas, Deputado. Os empresários pensam que nós não somos consumidores. Nós não podemos, nós não temos o direito de ir e vir nas lojas. Nós temos que nos deparar com poste no meio, nós temos que nos deparar com aquelas barracas no meio, bancas de camelô, então isso daí para nós é um absurdo. O Geovane já falou quanto à intérprete nas unidades de saúde. Outra coisa, Deputado, esse é meu último já, revisão do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Revisão do Estatuto Estadual que ele ainda está com as nomenclaturas muito defasadas, ainda estão com

aquelas nomenclaturas antigas. Eu quero agradecer aqui o espaço e dizer que nós vamos colocar em público aquilo que foi realizado dentro do Dia de Inclusão Social e quero aqui esclarecer também, colocar como nítido, que nós estamos continuando com o projeto; nós estamos fazendo a visita juntamente com a equipe da SESA, Santa Marcelina, nos presídios. Nós estamos levando esse projeto para dentro dos presídios, onde nós atendemos 6 pessoas com deficiência física dentro do presídio e também no Lar do Idoso, que é o Lar Leal. É onde foram atendidos 13 idosos com deficiência e dentro dos presídios foram 06 pessoas com deficiência, que estão nos presídios públicos daqui de Rondônia, aqui de Porto Velho. Muito obrigada pelo espaço.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito obrigado, Laudicéia.

A SRA. DELCY MAZZARELO – Deputado, eu gostaria, antes de o senhor concluir, sei que o senhor está... É rápido. Mas devido à ansiedade do Geovane, eu já conheço, eu queria dar uma satisfação para ele. Nós já nos reunimos, Geovane, a Laudicéia e outros órgãos para a gente trabalhar o Curso de Libras para a equipe da Saúde, para o próximo ano, junto com a Universidade. Nós estamos vendo a possibilidade de fazer um projeto e trazer esse curso para dentro. Porque muitas vezes eles falaram que já teve até caso de morte por não interpretar o diagnóstico daquela pessoa, segundo ele. E dizer também que o seu Paulino, infelizmente ele não está aqui, mas, dizer que todos os municípios têm médico, através do Programa Mais Médicos, têm médico nas unidades básicas de saúde, nos municípios. E lá ele pode pedir, solicitar os encaminhamentos, que aqui o Estado tem a regulação de médicos especialistas e exame diagnóstico. E eles são encaminhados e até Ouro Preto mesmo, tem um ônibus que leva e traz para esse atendimento. Era só isso que eu queria colocar para o Geovane ali, está bom?

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Rapidamente aqui, as considerações finais. Rapidamente porque eu preciso deliberar com vocês, porque senão não tem sentido algum a Audiência.

A SRA. LAURA CRISTINA SOUZA DANTAS – Rapidamente. É só para concluir, dar uma devolutiva bem rápida para a Associação. Juntamente, Delcy, com a SEGE, nós já estamos verificando que a escola de governo para capacitar nossos servidores é uma agenda de quarta-feira, com a Coordenadora Michele e aí você pode se juntar conosco para a gente planejar de que forma efetiva chega essa capacitação para os nossos servidores do Estado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Isso é bom. Isso é muito bom.

A SRA. LAURA CRISTINA SOUZA DANTAS – Então, pelo menos já vai atender de uma forma mais rápida e efetiva.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – É isso aí. Que bom, já é um encaminhamento de vocês mesmos, isso é importante, o próprio governo se mexendo. Meus amigos, eu gostaria de fazer a leitura aqui. É bom também, eu queria deixar aqui que todos soubessem que daqui a pouco vai ter um..., era para ser um coffee break, mas é um pós-almoço já, mas que a gente

possa confraternizar aqui, celebrar e também trocar ideias que é importante, logo após ao término aqui da nossa Audiência.

Deixa eu fazer a leitura da nossa Ata de forma rápida.

Bem, aqui a gente registra o nome de todas as autoridades e o seguinte: o Deputado Léo Moraes para finalizar e após todos os debates e reivindicações dos participantes, procedeu à leitura dos seguintes encaminhamentos.

1 - A Assembleia Legislativa irá capacitar em Libras, através da Escola do Legislativo os profissionais da Superintendência Regional do Trabalho, para poder melhor assistir o público de Deficientes Auditivos, que era uma necessidade e a própria Superintendência se prontificou a colocar nos seus postos essa questão dos surdos e representa um avanço muito grande e a Assembleia tem que está aqui antenada, a gente vai expedir Memorando para que a Escola do Legislativo acolha esse pedido tão legítimo dos deficientes auditivos, dos surdos da nossa cidade e do nosso Estado.

Na verdade até comentou que teria que fazer uma contratação, mas, isso demanda mais tempo e o mote de todo Governo é enxugamento, austeridade não pode gastar. Não tem problema. Faz aqui com a gente, as pessoas que já lá estão trabalhando vão se capacitar e fazer esse trabalho de forma legítima e é um meio alternativo que não se gasta, parceria.

2 - Que sejam realizadas reuniões periódicas a cada 45 dias com os órgãos públicos e entidades interessadas, a fim de debater políticas públicas destinadas à inclusão dos deficientes.

Pode ser 60 dias? 90? Todos de acordo, a cada 90 dias reunião com todos os interessados, todos os atores, pode ser? Ótimo. 90 dias. Melhor.

3 - Propor através de Projeto de Lei que vagas sejam destinadas aos Deficientes Físicos nos estágios dos órgãos públicos. Os PCD, como a gente tem tratado, Pessoas Com Deficiência, todo o tipo de deficiência.

Lei já existe para contratação, isso é, mediante concurso não precisa eu aqui usar a perfumaria em algo que já existe. Eu só vou tratar das vagas para estagiários, bolsa de estágio, tudo bem? Todos de acordo não é, Dr. Júlio?

4 - Que seja criado o Dia das Pessoas com Deficiência, o Estadual. E aí eu acho que era bom fugir da data nacional para mostrar que aqui é um Movimento Organizado e a gente entender o nível de engajamento de todo mundo e aí poderia, vocês debatem, mas, se hoje é o dia 23, o colega falou, poderia ser até o dia 23 de outubro que foi o dia que nós realizamos essa Audiência que pode ser um divisor de águas no debate das pessoas com deficiência. Se todos estiverem de acordo? Todos estão de acordo? Surdos, estão de acordo?

5 - A Assembleia irá solicitar às Câmaras Municipais, veja bem, não é falta de interesse de fazer, mas, as Câmaras precisam estar mobilizadas para entender a necessidade dos Conselhos e discutir o tema de pessoas com deficiência diretamente nos seus respectivos municípios, nos seus territórios, não dá para a Assembleia se deslocar porque isso, não somente a despesa, mas, eles são mais legítimos para debater do que propriamente a gente, depois a gente colhe essas informações. Pode ser? Até mesmo a SEAS, a SEAS pode ter um orçamento que pode se deslocar, colher as informações depois de três meses tem que vir aqui conosco e aí a gente já faz os encaminhamentos inerentes ao Poder Legislativo Estadual. Pode ser assim como está?

6 - Que a Assembleia Legislativa solicite às Câmaras Municipais para que realize Audiências Públicas a fim de colher subsídios de todo o interior do Estado que sejam criadas políticas mais eficientes para o PCD, as Pessoas com Deficiência em geral, que as Câmaras Municipais promovam esse debate, depois quem sabe de 06 meses a gente tenta fazer o ajuntamento ou ir para uma cidade do meio do Estado e reunir a todos e conversa a respeito do que foi feito.

Só tem 13, pois é a Laudicéia falou, são 13 Conselhos e 08 ativos não é Laudicéia?

Nós poderíamos juntar tudo, por exemplo, o debate daqui com o dos Conselhos, tal, tal, tal, faz um evento só no interior do Estado. Não é?

A SRA. TEMIS TEODORO GOMES CORDEIRO – O Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência está organizando o Fórum Estadual, aonde vai congrega todas essas instituições, inclusive, os Conselhos, o Fórum.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Ótimo. Local? Qual o local? Está decidido, definido?

A SRA. TEMIS TEODORO GOMES CORDEIRO – Ainda não, não é D. Graça? Amanhã vai ter reunião no CONDEF e a gente vai discutir esse assunto.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Eu poderia solicitar encarecidamente faça esse Fórum no interior e daí a gente se desloca e apresenta a nossa evolução, o nosso progresso, e, daí resolve por lá. Será que é possível?

A SRA. DELCY MAZZARELO – De preferência na região central, Ji-Paraná, que tem 14 municípios.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Eu acho que a gente mata dois coelhos com uma cajadada só.

A SRA. TEMIS TEODORO GOMES CORDEIRO – É o CONDEF que está organizando, os Conselheiros, o CONDEF, a D. Graça está aí, pode responder.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – O CONDEF então, aí a senhora nos avisa. Ótimo. Mais algum encaminhamento que seja pertinente para que nós coloquemos aqui? Para que fique registrado nos Anais e a gente cobre de todos os envolvidos. É porque muitos já estarão presentes no nosso debate a cada 90 dias. Além dos estagiários....

A SRA. TEMIS TEODORO GOMES CORDEIRO – Os cargos comissionados.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Que os cargos..., caramba, tem que ver legalmente isso daí. Comissionado, tem que ver legalmente. Vamos fazer o seguinte: a gente delibera isso no nosso próximo encontro, que enquanto isso a minha equipe vai fazer um estudo jurídico dessa possibilidade que eu tenho que entender isso daí. Se legalmente puder, a gente vai para cima. Esses outros, eu sei que pode, por exemplo, lei que as vagas de estagiários que passam por um processo seletivo, estejam também reservadas aos PCDs, é uma coisa que eu vi que não tem.

A SRA. LAUDICÉIA – Pessoa com deficiência, eu acredito que a gente poderia estar trabalhando dentro da Lei 12.470, que é uma Lei de Aprendiz, de pessoas com deficiência.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – 12 mil?

A SRA. LAUDICÉIA - 12.470, que ela é da pessoa com deficiência, a exemplo da Lei que é para adolescente, de aprendizagem para pessoa, adolescentes e jovens, ela é diferente para pessoa com deficiência, ela é independente de idade, se eu tiver 70 anos, 50, 40, eu posso trabalhar como aprendiz.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Isso, a gente vai, aí Laudicéia, eu que te pergunto isso, porque isso daí originariamente vem das Secretarias, é recurso de vocês. Então a gente tem que se envolver daqui a 90 dias, não trazer para a gente, a gente que tem que cobrar de vocês. Então daqui a 90 dias vamos nos reunir para que a gente possa efetivar alguma coisa nesse sentido. Tem que capacitar? A Assembleia não capacita, quem capacita é a Secretaria.

A SRA. LAUDICÉIA – Nós tentamos colocar pelo FECOPEP, mas infelizmente, pelo FECOEP, ele ...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – É um Fundo que até agora, eu não entendi para que ele serve.

A SRA. LAUDICÉIA – Contratação de pessoas e o Fundo ele não...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Para que serve esse Fundo? O Fundo de Erradicação de Combate à Pobreza. Que pobreza ele tem erradicado? Que tipo de política tem sido feita através de um Fundo milionário e em minha opinião, perdulário, porque se é um Fundo que fica parado sem dinheiro, certamente as pessoas estão às mínguas, justamente pela questão desse Fundo.

A SRA. LAUDICÉIA – Tem que haver mudança...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Eu tenho visto algum tipo de capacitação através da Escola, como é o nome? Do IDEP. Eu não senti nenhuma mudança drástica que seja em decorrência desse Fundo, para mim tinha que acabar com o Fundo, carimba, recurso de receita de carimbo fechado que não tem outra finalidade que não seja ficar lá por uma atividade muito pobre muitas vezes. Falando em pobreza, aproveitando a riqueza gramatical, é pobre, é pobre de tudo um Fundo como esse, inclusive, apresentei um projeto para acabar com repelente, protetor solar, que não incida esse Fundo, porque não são doenças, não é uma atividade supérflua, isso traz doença, isso mata, e a gente acabou com o Fundo e um monte de produto, porque isso daí só está arrecadando dividendo, para quê, eu não sei, tomara que não seja para o que eu estou pensando. Então, a gente vai encerrar aqui a nossa Audiência com esses encaminhamentos, se todos estiveram de acordo, permaneçam como estão. Então nós agradecemos a todos os deficientes que são eficientes, PCDs, os portadores, Pessoas Com Deficiência, as pessoas dos órgãos públicos, os nossos amigos que sempre estão aqui; eu gosto de fazer um agradecimento especial aos surdos que vem para cá, prestigiam e

acreditam na mudança, participando efetivamente da Assembleia Legislativa, muito obrigado a todos vocês, vamos ter um coquetel agora que será servido e eu queria aqui que o nosso amigo finalizasse com um rap, um hip hop, é contigo. Use a sua criatividade. Voe, sem sair do lugar. Galera, muito obrigado a todas as pessoas, parabéns a todos. E agora é contigo.

O SR. JOSÉ ROBERTO CÂNDIDO – Quero agradecer pela oportunidade e falar que essa iniciativa é muito boa para as pessoas que têm algum tipo de deficiência. Essa música fala basicamente sobre isso aí, que precisamos de mais apoio.

(Apresentação Musical)

(Encerra-se esta Audiência Pública às 14h03min)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº2199/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

CRISTIANO POLLA SOARES, do Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Gabinete, código DGS-1, do Gabinete do Deputado Anderson Pereira do Singeperon, a contar de 31 de outubro de 2017.

Porto Velho, 24 de outubro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2225/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão da servidora **DAYSE CHRISTINA MADEIRA GOMES GORAYEB**, matrícula 200163227, para Chefe de Gabinete, código DGS-1, e relatar no Gabinete do Deputado Anderson Pereira do Singeperon, a contar de 1º de novembro de 2017.

Porto Velho, 01 de novembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL